

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso
Janeiro /Junho de 2005
v. 10 – nº 24
ISSN 0101-305X

Mas como? Se, ao nomear um ser qualquer, por exemplo, o que nós hoje chamamos de homem, eu lhe dou o nome de cavalo e ao que hoje chamamos de cavalo lhe dou o nome de homem, terá esse ser o nome de homem?

A revolução social do século XIX não pode ser poesia do passado, e sim do futuro. Não pode ser sua tarefa enquanto não se despojar de toda a carga supersticiosa do passado. As revoluções antigas

A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os detalhes é ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente não contou no passado com um grau suficiente desse tipo de compromisso. Muitos dos seus autores não utilizam

Deste logos sendo sempre o mesmo, tornam-se descompassados quando ouvirem que tão logo tenham o que tornam-se todas (as coisas)

À primeira vista, a forma econômica do capitalismo ocidental tem sido influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é

24

Mal poderíamos imaginar, no final dos anos 1970, que hoje, com a publicação desse número 24, a Revista **Comum** estaria completando o décimo volume de atividades editoriais. Ao longo desse período, **Comum** procurou refletir em suas páginas as crises e transformações ocorridas não apenas no campo da Comunicação, mas também em outras áreas das ciências sociais e humanas com as quais obrigatoriamente dialoga.

Procurando seguir nesta mesma direção, abrimos este número com dois artigos que discutem conceitos e valores da modernidade. O texto de Fernando Sá pretende apresentar o conceito de opinião pública, por um lado visto como um fenômeno político e histórico típico do processo de formação da modernidade e, por outro, como um lugar privilegiado de disputas institucionais nas sociedades mediatizadas da contemporaneidade. O ensaio de Vera Lúcia Follain de Figueiredo, por sua vez, aponta para o fato que a dicotomia erudito/popular, que estabeleceu hierarquias e valores na modernidade, hoje está se tornando obsoleta diante do fenômeno de hibridização que caracteriza a produção cultural na atualidade.

Em seguida apresentamos três trabalhos que têm a representação, a semiótica e a língua portuguesa como objetos de estudo. O texto de Aristides Alonso, ao fazer um paralelismo entre as idéias de Alain Badiou e MD Magno, usa o mito de Prometeu, de Ésquilo, para escrever sobre a tragédia como possibilidade de evento. O estudo de Francisco José Paoliello Pimenta analisa o conceito de signo genuíno de Peirce e indica o contínuo aperfeiçoamento de meios e processos de forma a ampliar a capacidade dos processos sógnicos, tanto no sentido de reproduzir qualidades, quanto no de estabelecer conexões existenciais com seus objetos, principalmente na esfera da hipermídia. Já o artigo de Angela Maria Arêas Oliveira pretende analisar a ação dos acadêmicos e as polêmicas lingüísticas que se instauraram na Academia Brasileira de Letras na virada do século XIX ao XX, tendo em vista a questão da “língua portuguesa” associada à questão da construção de uma identidade nacional brasileira.

Marketing e ecologia estão presentes no próximo trabalho publicado, que tem a autoria de Fred Tavares e Marta de Azevedo Irving, e que procura analisar a dinâmica do fenômeno do consumo de produtos/marcas verdes no Brasil, através da rede de atores sociais responsáveis pela sua construção, sob a lógica de um rizoma, enfatizando-se, também, os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais vinculados, sob a ótica da reflexão da sustentabilidade.

Completa este número um ensaio sobre os destinos da brasilidade, onde Ivo Lucchesi propõe o exercício de um olhar da consciência orientado a partir de um olhar crítico sobre o nosso passado recente e que nos faz refletir sobre o futuro do nosso país.

Fernando Sá

Mestre em Ciência Política pelo IFCS/UFRJ, doutorando em História Política pela UERJ, jornalista, editor e professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio e da Facha.

Vera Lúcia Follain de Figueiredo

Doutora em Letras, pesquisadora do CNPq, professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio.

Aristides Alonso

Doutor em Letras (UFRJ) e pós-doutorando (Centro de Estudos da Comunicação e Linguagens / Universidade Nova de Lisboa). Pesquisador do ...etc. – Estudos Transitivos do Contemporâneo (CNPq / UFJF.0001). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Diretor da UniverCidadeDeDeus (UD) e membro do grupo NOVAMENTE. (www.novamente.org.br) (aristidesalonso@br.inter.net)

Francisco José Paoliello Pimenta

Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP – TSOA/NYU), professor Adjunto IV da Facom/UFJF

Angela Maria Arêas Oliveira

Bacharel e licenciada em Língua Portuguesa, mestre em Comunicação pela UFRJ e doutoranda em Letras (área Estudos de Linguagem) na UFF. Atualmente, é professora assistente das Faculdades Integradas Hélio Alonso.

Fred Tavares

Doutorando em Psicossociologia pelo Instituto de Psicologia da UFRJ, mestre em Administração de Empresas, consultor empresarial, colunista do site www.marketing.com.br, professor titular da FACHA, professor e pesquisador do NPPG do UNIBENNETT e professor da UCB.

Marta de Azevedo Irving

Professora adjunta do Instituto de Psicologia da UFRJ.

Ivo Lucchesi

Doutor em Teoria Literária pela UFRJ, ensaísta, professor titular da FACHA e articulista do Observatório da Imprensa (on-line – www.observatoriodaimprensa.com.br), desde janeiro de 2002.

- 05 *Tensões da democracia representativa:
Imprensa e legislativo na esfera pública política*
Fernando Sá
- 29 *Frágeis fronteiras entre arte e cultura de massa*
Vera Lúcia Follain de Figueiredo
- 42 *O trágico: promessa de evento*
O Prometeu acorrentado de Ésquilo
Aristides Alonso
- 58 *Produções multicódigos e o conceito de signo genuíno em Peirce*
Francisco José Paoliello Pimenta
- 69 *Política e polêmicas lingüísticas na casa dos imortais*
Ângela Maria Arêas Oliveira
- 79 *O consumo verde no Brasil:
uma investigação psicossocial e rizomática*
Fred Tavares e Marta de Azevedo Irving
- 97 *Retorno à brasilidade: confissões e fissuras*
Ivo Lucchesi

Expediente

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, José Guilherme de Azevedo Leite, Nailton de Agostinho Maia, Noéli Correia de Melo Sobrinho, Rosângela de A. Ainbinder.

Coordenação Editorial: Fernando Sá

Secretário Executivo: Paulo Cesar Menezes

Projeto Gráfico: Amaury Fernandes

Editoração Eletrônica: André Luiz Cunha

Impressão: Corbã Editora Artes Gráficas Ltda.

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

FACHA

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 2553-0405

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor Geral: Hélio Alonso

COMUM – v.10 – n° 24– (janeiro/junho 2005) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2005

Semestral

140 Páginas

I. Comunicação – Periódicos.II. Educação

CDD 001.501

Tensões da democracia representativa: imprensa e legislativo na esfera pública política*

Fernando Sá

O Jornal *Folha de S. Paulo* de 04 de janeiro de 2004 publicou matéria originada em pesquisa de opinião pública realizada pelo instituto Datafolha. Com a retranca Pesquisa, a matéria principal recebeu o seguinte título: “Igreja Universal e os bancos ganham poder, diz Datafolha” e trazia em seu texto a notícia que, entre os dias 8 e 12 de dezembro de 2003, o instituto teria ouvido 2.950 pessoas em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre), com o objetivo de saber, na percepção dos entrevistados, quais instituições ganharam poder de influência e prestígio no Brasil entre os anos de 1995 e 2003.

No entanto, o que nos chamou mais a atenção foi uma matéria coordenada a esta, publicada no mesmo dia, e que tinha o seguinte título: “Imprensa e clubes lideram em prestígio”. Ali, o texto afirmava que a imprensa, os clubes de futebol e a Igreja Católica são as instituições com maior prestígio no país. A imprensa foi avaliada como tendo muito prestígio por 73% dos entrevistados, enquanto os clubes de futebol e a Igreja Católica foram avaliados dessa maneira por 66% e 59% dos entrevistados, respectivamente. As instituições às quais se atribuiu maior poder de influência são, novamente, a imprensa, o Poder Executivo (Presidência da República e Ministérios) e os bancos. Para 74% dos entrevistados, a imprensa tem muito poder, a Presidência (com os Ministérios) é muito poderosa para

63% das pessoas ouvidas pelo Datafolha, e 61% delas dizem a mesma coisa sobre os bancos. Por outro lado, entre as 12 instituições pesquisadas, as que têm as menores avaliações de poder entre os entrevistados são os partidos políticos, as empresas estatais e os sindicatos, e com menor prestígio são, novamente, os partidos políticos e os sindicatos, além do Congresso Nacional.

O resultado dessa pesquisa revelou um desencanto da população brasileira com o mundo real da política, mais particularmente com as instituições situadas no campo da participação democrática da sociedade (partidos políticos, sindicatos e Congresso Nacional) e uma identificação de graus elevados de poder e prestígio em instituições que também lidam com o poder, mas com ênfase no campo do simbólico (imprensa e Igrejas).

Como as relações entre as instituições que detêm o poder político, real e simbólico, numa sociedade são extremamente delicadas e como algumas das idéias que aparecem na pesquisa de opinião pública citada nos pareceram um pouco deslocadas, nosso objetivo, nesse artigo, é provocar a reflexão sobre o conceito de opinião pública e suas relações com a imprensa e o legislativo numa sociedade democrática.

Opinião pública

A expressão opinião pública é delimitada por duas palavras que, ao longo da história, sofreram muitas transformações em sua significação. Esta é a principal razão para que a opinião pública seja um conceito polissêmico, complexo, interdisciplinar e que tenham sido muitas as dificuldades para se chegar a uma definição universalmente aceita por todos. Contudo, será o termo público aquele que mais sofreu mudanças com o passar do tempo.

Tanto na Grécia como em Roma ficam perfeitamente diferenciadas as categorias de privado e de público. A esfera do privado gira em torno do domicílio doméstico e nela acontece a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres e tudo aquilo que está relacionado com a necessidade e a transitoriedade. A esfera do público, ao contrário, refere-se a todas aquelas atividades públicas onde o cidadão, liberado dos compromissos domésticos, pode participar com liberdade das atividades cívicas (políticas) e comunitárias. Em oposição à esfera privada coloca-se a esfera da publicidade, compreendida como aquele espaço onde é possível a liberdade, o diálogo e a transparência; se a esfera privada vem marcada

pela subsistência e a transitoriedade, a esfera do público é determinada pela competência entre os iguais e a procura pelo melhor (Habermas, 1994: 41).

A evolução da publicidade representativa acontecerá agregada a certos atributos da pessoa, como insígnias, hábitos, gestos e retórica, representados na figura do nobre. Este código de conduta será cristalizado na Idade Média como um código de virtudes cortesãs e eclesiásticas que se manifestam em forma de festas (como os torneios), ou representações do tipo religioso (como procissões ou atos de fé) e, mesmo que esta representação necessite de um entorno (súditos e fiéis), o povo ficará sempre de fora, como espectador, pois a representação exige distância e certa aura de mistério.

A passagem da Idade Média ao Barroco implica uma mudança na representação: as festas que antes se davam nas cidades ao ar livre, como os torneios, a dança, ou o teatro passam agora das praças públicas, dos jardins e das ruas para os salões dos palácios. Com o absolutismo, o Estado e as instituições públicas se concretizam frente à pessoa do monarca e sua corte (que é considerada como algo privado), passando a chamar-se público, a partir deste momento, uma série de cargos e funções relacionadas com a administração do Estado. Inclusive a religião passará a ser considerada um assunto privado.

A burguesia emergente no século XIII põe em funcionamento um novo sistema de produção que, com o tempo, também trará uma nova ordem social. O novo marco das relações será apoiado na circulação de mercadorias e notícias.

Superando as barreiras do mercado local, dominado principalmente por grêmios e confrarias, a burguesia desenvolve o comércio a longa distância, transformando a cidade não tanto na base física do mercado, mas em sua base operativa. Cidades do centro e do norte da Europa, diante da importância de seus mercados e da concentração de comerciantes, contribuirão, inclusive, para o desenvolvimento do sistema financeiro. A burguesia consegue desvencilhar-se do conceito econômico original – vinculado ao senhor da casa e à vida doméstica – e decide trasladar a praça, da casa ao mercado, e transformar a economia em uma economia de trocas comerciais. Todavia, o importante desta mudança é que o burguês continua atuando na esfera do privado, mantendo a distância entre a ordem econômica e a ordem política. A esfera do poder público se concretiza em uma administração constante e um exército permanente, onde a categoria do público está reservada não mais para a corte, mas para o que diz respeito ao estatal e seu funcionamento.

Sennet nos lembra que ao final do século XV, na Inglaterra, identificava-se o público com o bem comum em sociedade e, alguns anos mais tarde, o conceito será ampliado para tudo aquilo que era manifesto e aberto à observação geral, onde público significava estar aberto à consideração de qualquer um, enquanto que privado significava uma parte da vida protegida e definida pela família e os amigos. Um sentido semelhante também terá na França. O público passará a ter uma acepção próxima ao conceito de bem comum, a significar o corpo político ou, um pouco mais tarde, uma região especial da sociabilidade. Esta região encontra-se na cidade, especialmente nas capitais, e o cosmopolita será o homem público por excelência. É a época em que os parques, os hotéis, os salões ou os cafés se transformam em centros de relação social, de exposição e de diálogo público (Sennet, 1988: 27).

A circulação das notícias segue um caminho parecido com a circulação das mercadorias. As grandes cidades se transformam em fontes de notícias e os comerciantes mudarão o velho sistema de informação por outro mais profissional e rápido. Todavia, não será possível falar de correios ou imprensa no sentido estrito até que as suas mensagens não sejam acessíveis ao público em geral (século XVII).

A imprensa periódica do século XVII não apenas informará sobre as mais variadas notícias, mas as transformará em mercadoria. Além disso, e isto é importante, a autoridade dará seu apoio à imprensa (por exemplo, o Cardeal Richelieu na França dará apoio ao jornal dirigido por T. Renaudot) e utilizará este meio de comunicação para dar ordens e baixar resoluções, convertendo os seus destinatários pela primeira vez em *público*. Desta forma, a imprensa começa a transformar-se em fiel servidora da administração.

O fato é que o surgimento da opinião pública sofre um desenvolvimento dialético de ação recíproca com o processo das liberdades públicas, que desembocará (na segunda metade do século XVIII), por um lado, no surgimento do termo e na tomada de consciência do poder da opinião pública em oposição a todos aqueles que querem limitar os direitos e liberdades dos cidadãos e, por outro, na declaração formal desses direitos e liberdades no âmbito das revoluções francesa e americana.

O regime de opinião e a publicidade parlamentar

O regime de opinião é inaugurado como declaração quando o parlamentar inglês C. J. Fox dirige-se à Câmara dos Comuns, em 1792, e diz que é verdadeiramente prudente e correto consultar a opinião pública e proporcionar ao público os meios adequados para sua formação. O público político intelectualizado alcançou tal maturidade nos últimos anos do século, que passou a desempenhar o papel permanente de comentarista crítico, que antes era uma exclusividade do legislativo, e acabou por transformar-se em interlocutor oficial dos deputados (Habermas, 1994: 102).

Como realidade, o regime de opinião instaura-se quando surgem os primeiros governos liberais no princípio do século XIX e são levados à prática os ideais democráticos propostos pelo Iluminismo. Em nenhuma das Constituições que são elaboradas neste princípio do século é citado expressamente o termo opinião pública, mas todas contêm o seu espírito, significado e referência. A partir do momento em que se aceita a origem popular do poder, as opiniões e desejos dos cidadãos não poderiam estar fora do processo democrático e, mesmo que o mundo da opinião fique em liberdade, não será a voz da opinião pública, mas a da vontade geral que passará a expressar-se em atos formais ou a articular-se em leis. Esta ambigüidade, vivacidade e versatilidade que lhe são atribuídas é o que faz com que não faça parte formalmente da lei, mas do exercício de certas liberdades que permitem o diálogo público e a participação de todos os cidadãos nos assuntos de interesse geral. Mas, também é importante notar que, embora não seja citada expressamente no corpo da lei, quem ocupa o poder estará sempre atento à sua manifestação, pois será desta opinião que extrairão a sua legitimidade.

Segundo C. W. Mills (1980: 167-168), a liberdade de discussão é a característica mais importante do público que opina. No regime de opinião também funciona o princípio de autoridade (ligado ao de racionalidade e discussão), mas serão as instituições democráticas as que possibilitarão a discussão pública, primeiro entre particulares e, depois, no legislativo.

O pensamento político e o desenvolvimento democrático do século XIX serão os responsáveis por levar à prática os conceitos que definem a essência do regime de opinião: soberania, vontade geral e lei, limitação e divisão de poderes, pluralismo político e parlamentar, articulação da vida pública através do sistema de partidos políticos e do processo eleitoral,

além de um certo número de liberdades públicas que permitem que o novo sistema funcione. Pela sua relação com a opinião pública e o regime de opinião destacamos, além da liberdade de opinião, expressão e imprensa, o direito que todos têm àquelas informações, particularmente as que se originam no legislativo.

Os intelectuais e todos aqueles que podem agir como tal, são os encarregados de utilizar a razão pública para chegar a acordos sobre os assuntos de interesse comum. O princípio da soberania popular, a elaboração de leis, a custódia dos direitos, o controle da verdade e da moralidade pública estão assentadas no uso público da razão e no princípio da publicidade. O público pensante dos homens constitui-se no dos cidadãos, e a publicidade politicamente ativa converte-se, sob a Constituição republicana, em princípio organizativo do Estado liberal de direito (Habermas, 1994: 140).

A publicidade parlamentar, contudo, é desconhecida nas etapas anteriores às revoluções burguesas. Na Inglaterra, por exemplo, a imprensa não pode informar durante quase todo o século XVII sobre os debates parlamentares, porque o debate é considerado como um privilégio da aristocracia, encarregada de dar sentido e direção aos assuntos públicos. Era considerada uma ofensa grave publicar em opúsculos e periódicos o conteúdo dos debates parlamentares.

O regime de segredo parlamentar na Inglaterra está vinculado ao regime de imunidades e privilégios, com o duplo objetivo de proteger os parlamentares das possíveis vinganças e arbitrariedades da monarquia e de evitar as pressões da população. A defesa do segredo se dá de duas formas: impedindo que o público e a imprensa tenham acesso às sessões parlamentares e proibindo a publicação de qualquer notícia relacionada com os debates, sem a devida autorização.

Apesar da afirmação do legislativo na defesa do sigilo das sessões, o povo inglês insistirá em conhecer os segredos da vida política e o mundo da informação lutará para difundir as discussões parlamentares. É neste sentido que deve ser entendido o surgimento de folhas noticiosas (que cobrirão os debates parlamentares), o uso da sátira e a publicação por parte da Câmara dos Comuns dos *Votes and proceedings* sob a vigilância do *speaker*, criando uma situação ambígua caracterizada pela existência de editores e repórteres privados que cobriam com interesse a atividade parlamentar, em contraste com publicações oficiais sem difusão ou qualquer incidência social. É conhecido o incidente protagonizado pelo presidente da associa-

ção da cidade de Londres que, apesar de ser deputado, foi enviado à prisão da Torre por defender a causa dos repórteres privados.

A imprensa inglesa, durante o século XVIII e a primeira metade do XIX, foi uma imprensa partidária, que ajudou a manter unida a oposição parlamentar. Passada a Revolução Francesa o radicalismo inglês inicia sua luta, ajudado pela imprensa, contra a natureza aristocrática da política, especialmente contra o imposto sobre a impressão (*stamp tax*), a lei do libelo e os direitos de importação do papel. Será a partir de 1860 quando a imprensa inglesa se tornará uma verdadeira rival do legislativo como plataforma de discussão política.

Já em 1681, F. Winnington sustentou que não era natural nem racional que o povo, que os havia eleito, não estivesse informado sobre as ações dos seus representantes; Burke, um século depois, ao mesmo tempo que defendia a independência de consciência e ação dos parlamentares, apoiará a conveniência da publicação oficial de todos os atos das Câmaras e J. Bentham (1973: 103) defenderá o princípio da publicidade parlamentar:

Antes de entrar nos detalhes sobre a forma de funcionamento da Assembléia, vamos colocar logo no início de seu regulamento a lei mais apropriada para assegurar a confiança pública e, com isso, fazer com que possa cumprir sua finalidade como instituição. Trata-se da lei sobre a publicidade.

Na França, a liberdade de expressão fica perfeitamente contemplada nas Declarações de Direitos de 1789 e 1793. Embora não tenha a tradição parlamentar da Inglaterra, isso não é obstáculo para que, uma vez iniciado o processo revolucionário, pratique-se com clareza e nitidez a atividade parlamentar e se defenda a publicidade de suas sessões. Em 1789, a Assembléia Constituinte nomeará uma delegação de 24 deputados para que expresse ao rei sua discordância com o aparato militar em torno do lugar das sessões e com o fato de seu acesso estar proibido ao público. Neste sentido, a Constituição de 1791 estabelece no título III, capítulo III, seção 2, que “as deliberações do corpo legislativo serão públicas e as atas de suas sessões serão impressas”.

Com a publicidade parlamentar consegue-se eliminar os arcanos da política e permitir ao povo o conhecimento das razões e dos argumentos usados por seus representantes no debate da coisa pública e na tomada de

decisões que afetam a população. A informação transforma-se, assim, em educação cívica, apoio à participação política e é utilizada como controle político da atividade do legislativo.

Os sentidos da opinião pública

Atualmente, são tantos os sentidos atribuídos ao conceito de opinião pública, que nos parece pertinente verificar algumas das principais idéias que estão por trás desta expressão. Certamente, opinião pública pode ser entendida, por um lado, como opinião do público (sentido subjetivo) ou seja, pode-se dizer que a opinião pública no sentido subjetivo faz referência ao conjunto de sujeitos que sustentam uma mesma opinião. De outro, como opinião sobre aquilo que é público (sentido objetivo) (Sartori, 2001:52). Ainda atribui-se um terceiro sentido a opinião pública que teria a ver com a idéia de pública como sinônimo de visível ou transparente. Deste modo, poderia se entender a opinião não apenas como a opinião de um determinado público (opinião pública = público opinante), ou como a opinião sobre o que é público (opinião pública = opinião política sobre assuntos gerais, mensagem da opinião), mas também como opinião visível, que tenha sido criada publicamente, sem segredos ou mentiras. Neste caso, antes de se estar diante de um novo sentido de opinião pública, se está diante da condição para a sua existência, tanto se a consideramos do ponto de vista subjetivo como objetivo. Trate-se da opinião pública como opinião de um público ou do público, ou trate-se da opinião pública como opinião sobre a coisa pública, esta terá que se configurar sempre de forma transparente, sem segredos, ou melhor, publicamente.

Há também o que se pode chamar de sentido instrumental, no qual se equipara a opinião pública com os meios de comunicação. Assim, estaríamos diante de um quarto uso da expressão opinião pública quando se apresenta a imprensa ou os meios de comunicação de massa em geral, como o canal ou a via através da qual se cria e se forma a opinião. Aqui estamos mais próximos da expressão opinião publicada pela ou na imprensa com a opinião pública propriamente dita. Certamente não se trata de uma nova acepção ou possibilidade de uso de opinião pública, mas de uma identificação do sentido subjetivo, pois não se está fazendo outra coisa senão designar a opinião da imprensa – na realidade, a opinião de jornalistas e/ou dos proprietários dos veículos e, neste caso, dos cidadãos,

sempre pouco numerosos, que têm acesso à opinião veiculada – como sendo a opinião pública. Ou seja, se está fazendo um uso subjetivo concreto da expressão opinião pública, equiparando esta com a opinião dos titulares efetivos da liberdade de imprensa. Em outras palavras, na perspectiva subjetiva está-se identificando público opinante com jornalistas.

Diante de exemplos de diferentes usos de nossa expressão, embora já se tenha identificado o sentido objetivo de opinião pública como opinião sobre o que é público e este seja seu sentido clássico ou histórico, deve-se apontar um sentido mais lato vinculado à publicidade das opiniões, sem especificar, conscientemente, a necessidade de uma dimensão política das mesmas. Desta maneira equipara-se a opinião pública no seu sentido objetivo com a mensagem da comunicação, independentemente da natureza pública (política) ou privada que esta tenha.

Todavia, ainda que a publicidade de uma opinião possa ser consequência de seu interesse público, ou seja, de que existe um interesse subjetivo dos cidadãos por determinado assunto ou sobre o que se opina sobre ele e por isso se publica, preferimos definir a opinião pública no seu sentido objetivo como opiniões que interessem objetivamente à coletividade, isto é, que versem sobre os assuntos universais ou sobre os problemas políticos (Habermas, 1994:268), no sentido profundo e clássico da expressão. Note-se que é possível dar publicidade a opiniões irrelevantes que nem por isso formariam opinião pública propriamente dita. Por exemplo: uma controvérsia privada à qual se deu publicidade não será opinião pública, a menos que esta afete o interesse geral. Neste caso, como disse Jean-Jacques Rousseau, julgaríamos “aquilo que nos é estranho, sem que tivéssemos qualquer princípio verdadeiro de equidade para guiar-nos” (Rousseau, 1973: 55). Portanto, não serão objeto da opinião pública as opiniões que se preocupem apenas com as questões privadas, desde que essas não tenham qualquer importância para o conjunto das atividades do Estado. Ou seja, não são objeto da opinião pública: 1. nem o âmbito privado, pessoal ou familiar; 2. nem o âmbito social, comercial ou profissional, quando não estejam vinculados ao político, isto é, aos assuntos relacionados com a administração do Estado. Público é aquilo que diz respeito à vida política. Trata-se de não cercear em demasia seu sentido, mas tampouco dar-lhe uma amplitude tão grande que descaracterize o conceito, a ponto de que o objeto da opinião seja qualquer assunto que se submeta ao juízo do público, independentemente de sua natureza público-política ou privada. Em

suma, da perspectiva do conteúdo ou da mensagem da opinião, isto é, do ponto de vista objetivo, a opinião pública será sempre considerada por nós como opinião sobre o político.

A opinião pública como conceito político

A opinião pública como conceito político deve ser resultado de certas condições que podem se concretizar nas seguintes: liberdade de comunicação/expressão; publicidade e ausência de apriorismos.

Liberdade de comunicação

Em primeiro lugar é necessário que exista um regime geral de livre comunicação de idéias e opiniões, que permita conseqüentemente a possibilidade de escolher entre diversas alternativas ou possibilidades: a autonomia e auto-realização de que nos fala J. Habermas¹. Trata-se de que se reconheça e garanta, de fato e juridicamente, o que se poderia denominar liberdade de expressão. Assim, a liberdade de comunicação como direito fundamental das pessoas, deve ser entendida como o tronco comum de onde partem concretas e determinadas liberdades tais como as de manifestar o pensamento e de imprensa. Todas essas liberdades seriam concretizações de um enunciado genérico, e seriam determinadas pelos canais, sobretudo os de natureza técnica, voltados para permitir um exercício efetivo da liberdade de comunicação.

Desta forma, não existirá qualquer diferença substancial ou relevante entre a liberdade de opinião ou de comunicação e a liberdade de imprensa. Simplesmente, quando se fala na história da liberdade de imprensa, naturalmente a partir da sua invenção no século XV, e não tanto de liberdade de opinião ou de comunicação, é porque a imprensa tornou-se o principal instrumento de difusão de idéias e de transmissão de mensagens ou de comunicação pública entre as pessoas. Esta maior importância da imprensa, que supera os instrumentos tradicionais de difusão do pensamento, a linguagem oral e escrita, explicará que se fale, a partir da segunda metade do século XX, em liberdade de imprensa e não em liberdade de comunicação ou expressão. Por esta razão, puramente técnica, apenas em um período muito próximo aos textos e declarações liberais parece ser possível encontrar fundamentos centrados apenas na liberdade de imprimir ou de imprensa. Por isso, historicamente estas liberdades nem sempre apare-

cem como equivalentes ou como entendidas todas no gênero liberdade de expressão em sentido amplo. Isso ocorre não apenas por razões técnicas e históricas já assinaladas, mas também, por razões políticas. Por exemplo, os primeiros textos escritos a favor da liberdade de imprimir, como o *Aeropaqítica*, de Milton, referem-se à liberdade de se imprimir livros. A idéia de liberdade de imprimir como liberdade de imprensa, ou seja, que se refira fundamentalmente às publicações periódicas, não terá desenvolvimento político e legal até à Revolução Francesa, e constituirá um apaixonado tema de debate durante todo o século XIX. A razão de fundo foi a pretensão de excluir a imprensa periódica durante muito tempo como instrumento aceitável de transmissão do pensamento e das chamadas grandes idéias (Sodré, 1977:3). Utilizava-se tecnicamente a estrutura editorial para se criar e difundir a imprensa periódica, mas esta ainda não fazia parte dos conteúdos da liberdade de imprimir, que tinha mais a ver com a publicação de livros, nos quais o verdadeiro conhecimento deveria estar presente.

Sob o ponto de vista histórico, outra exceção à idéia de que estas liberdades não têm autonomia e pertencem ao gênero liberdade de expressão é o que chamamos de liberdade de pensamento. Na realidade, a liberdade de pensamento é a condição das outras liberdades: palavra, opinião, de imprimir, de imprensa periódica etc. Mas, segundo Tocqueville (1973:224), “a expressão é a forma exterior, (...), o corpo do pensamento, mas não é o pensamento mesmo”. Assim, reivindicar a liberdade de pensamento, na história, significava fundamentalmente reivindicar a liberdade de consciência religiosa, a primeira esfera de autonomia privada, como disse Habermas (1994:50). Durante muito tempo, concretamente desde que o Império Romano adota o cristianismo como religião oficial, até o século XVI e XVII com as guerras religiosas, qualquer referência à liberdade de pensamento era, na realidade, uma reivindicação da liberdade de consciência e, por extensão, da liberdade de culto religioso. Circunscrita ao âmbito religioso, a liberdade de pensar está no que era mais que uma consequência lógica da confusão entre a política e a moral (naturalmente a moral da religião católica). Era um tempo de intolerância em matéria religiosa, superior à intolerância política ou civil, da qual Benjamin Constant falará depois. Assim, frente às figuras dominantes do dissidente político e do subversivo de nosso tempo, durante cerca de mil anos a figura do herege foi a que predominou.

Constituída pela síntese das liberdades aqui assinaladas, a liberdade de pensamento pode ser entendida como uma liberdade genérica, hoje podendo ser definida como “a possibilidade para o homem de escolher ou de elaborar ele mesmo as respostas que crê pertinentes dar a todas as questões que definem a condução da sua vida pessoal e social (...) e comunicar aos outros aquilo que acredita ser verdadeiro” (Rivero, 1980:130).

A liberdade de imprimir

As razões que justificarão a liberdade de imprimir nem sempre serão as mesmas, ao menos em parte, que justificarão o conjunto de liberdades compreendidas no que se veio a chamar de liberdade de comunicação/expressão (pensamento, opinião, imprensa periódica). É verdade que a invenção da imprensa foi o que permitiu o surgimento do periódico, mas a reivindicação da liberdade de imprensa não coincidiu, em todos os momentos, com a reivindicação da liberdade de imprimir. A liberdade de imprimir, tal como indicaremos, nos coloca problemas específicos de tipo conceitual que têm origem na sua diferenciada compreensão histórica. Mesmo sendo uma clara manifestação da liberdade de imprensa e, em última instância, das liberdades de comunicação e pensamento, terá um tratamento histórico diferente. Durante o Iluminismo francês, por exemplo, a liberdade de imprimir será vista como um perigo para a liberdade de imprensa, não por problemas de conflito entre duas liberdades (não são duas liberdades que se chocam tal como a liberdade de expressão e o direito à honra ou a liberdade de informação e o direito à intimidade), mas por razões de pura competência pelo controle do monopólio na difusão do conhecimento e da informação entre os intelectuais e filósofos, de uma parte, e os jornalistas, de outra.

A confusão entre liberdade de imprimir e de opinião (com a credence popular e a superstição – que mobiliza a massa, mas não educa², que é emocional, frívola e irracional – em comparação com a liberdade de imprensa e a opinião pública que representam a razão é o que está por trás desta visão negativa da liberdade de imprimir, assim como da opinião popular, que é uma visão histórica própria dos philosophes do século XVIII, em particular Voltaire, Condorcet e D’Alembert³, e que aos poucos desaparecerá a partir de 1789⁴. Ou seja, liberdade de imprensa como liberdade de publicar livros e opinião pública como opinião baseada na razão, teriam pouca semelhança, para os filósofos do Iluminismo, com liberdade de

imprimir e opinião popular. As primeiras serão o melhor instrumento para alcançar os maiores de idade, que devem incluir todo o povo esclarecido, e a única forma de fazer um uso público da razão, enquanto as segundas são apenas armas muito perigosas da massa, sempre ofuscada pelos sentimentos e as paixões mais primárias. Não é estranho que alguns governos fizeram esta distinção e, sobretudo, a utilizaram para controlar restritivamente a liberdade editorial.

Apenas com a chegada de alguns autores tais como Benjamin Constant e em seguida alguns liberais da segunda metade do século XIX, como Mill e Tocqueville, serão encontrados argumentos mais positivos sobre o papel da imprensa em uma sociedade liberal e será defendida, entre os seus postulados ideológicos mais importantes, a liberdade de imprensa que, para Tocqueville (1998): “Confesso não conceder à liberdade de imprensa esse amor completo e instantâneo que se dá às coisas soberanamente boas por natureza. Amo-a mais pelos males que impede do que pelos bens que causa”.

Esta também será a posição de John Stuart Mill, que também não terá dúvidas em afirmar a necessidade da liberdade de imprensa como uma “das seguranças indispensáveis contra (todo) governo corrupto e tirânico” (Mill, 1990:75), mas o fará, tal qual Rousseau, com reservas a respeito de certos efeitos perversos que pode produzir contra a sociedade, contra o indivíduo concreto, convertendo-se em uma nova forma de tirania, diferente e mais perigosa que quando é derivada do poder político, pois “(...) penetra muito mais nos detalhes da vida e chega a aprisionar a alma” (idem:59). Trata-se da tirania da opinião pública, que pode ser comparada à tirania da maioria e parece que suas desconfianças são dirigidas contra o discurso democrático, contra a democracia, que se estabelece pela maioria. Entretanto é possível se fazer uma outra leitura, pois, segundo Rousseau, a tirania da opinião pública, ainda que em seguida se universalize, é fruto apenas da opinião de uns poucos, dos que têm capacidade para influir e decidir na sociedade, criando pautas de comportamento e regras que a coletividade segue fiel e acriticamente.

O debate sobre a imprensa periódica também será estimulado, ainda que por diferentes razões, a partir de posições democráticas e socialistas. Assim, podem ser encontradas veementes críticas à liberdade de imprensa, que tratarão de expressar suas insuficiências (ou melhor, seus excessos) e patologias. Escreve, por exemplo, o socialista Ferdinand Lassalle:

Estava já a ponto de dar à imprensa em Berlim minha carta aberta ao Comitê Leipzig, que deu origem a este movimento, quando vieram a mim os melhores amigos perguntando-me em tom de censura: Você está com o juízo perfeito? Como você quer deflagrar um movimento assim, sem dispor para isso de um só jornal, sem um único órgão de imprensa? E eu respondi: Naturalmente que estou em meu pleno juízo! Se se tratasse de um movimento da burguesia, então isto seria descabido, porque o burguês está acostumado a formar a sua opinião nos jornais; à noite, enquanto toma um vinho, fala sobre o que leu de manhã durante o desjejum, e mais não é capaz de fazer. Mas pertence à essência da classe operária a capacidade de libertar-se do domínio da imprensa. (...) Na classe operária instala-se um profundo instinto de classe, que lhes dá firmeza e autonomia frente a tudo quanto possa dizer uma imprensa canalha. A classe operária já acalenta uma conseqüente e soberana capacidade de pensar por si mesma, que a faz independente de todos os jornalistas do mundo (1988:33).

Apesar da posição de Lassalle, os socialistas, posteriormente, darão conta da necessidade de um instrumento importante como a imprensa periódica para a difusão e comunicação de idéias políticas. Foi assim, por exemplo, que a esquerda francesa lançou ao final do século XIX o periódico *L'Humanité*, que se converterá em uma de suas principais tribunas de comunicação. Atualmente, nas sociedades complexas e massivas, as correntes de opinião não se formam na praça pública, relacionando-se uns cidadãos com outros e conversando democraticamente, ou por efeito de uma consciência comum de classe, mas basicamente como resultado de um processo complexo que se inicia do cada um em sua casa lendo o mesmo jornal (hoje diríamos também e principalmente, vendo televisão e ouvindo rádio) e dispersos num vasto território (Tarde, 1992:31). A partir daqui, se dá uma

(...) consciência que cada um deles possui de que essa idéia ou essa vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por es-

tes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante (idem:31).

O que interessa destacar aqui, apesar de todas as considerações sobre a polêmica histórica sobre a liberdade de imprensa, retornando ao princípio desta seção, é que com relação ao nascimento da opinião pública, o relevante é que exista (seja reconhecido e garantido) um regime de liberdade de comunicação em sentido amplo, que hoje incluiria também o direito à informação, isto é, não apenas a liberdade de informar-se, mas também o direito de ser informado (informação, naturalmente, que deve ser verdadeira), sem censuras ou limitações injustificadas para o seu exercício.

Embora isso não deva ser confundido com a obrigação de que todos opinem, ou com a obrigação de que todos tenham reconhecido o direito de fazer parte da opinião pública, é necessário que se possa opinar e discutir livremente ou em condições de suficiente liberdade. A universalidade da opinião não é condição, por conseguinte, para a opinião pública. Esta poderá existir, e de fato tem sido assim na história, mesmo quando seja fruto de uma minoria. O que será condição será a universalidade do objeto, ou a necessidade de que aquilo sobre o que se opina e discuta seja relevante política ou socialmente. A opinião pública será assim a opinião sobre aquilo que é público e não do que é privado, com o que se está negando, ainda que a realidade social não pareça seguir este caminho, a condição de opinião pública ao que se produz no seio da sociedade civil e, em particular, na imprensa ou nos meios de comunicação de massas em geral, quando trata de assuntos privados ou irrelevantes do ponto de vista político.

Publicidade

No entanto, não é suficiente que se possa opinar e discutir livremente. Esta livre expressão de idéias e opiniões deve desenvolver-se em um marco de publicidade, de espaço público ou esfera pública política⁵. É necessário que a discussão se produza em um contexto de transparência ou visibilidade – ou em sua formulação negativa, de ausência de segredo e/ou da prática de opinar e decidir mediante acordos secretos –, não apenas de ação do poder, mas do processo político-jurídico em geral.

Segundo Norberto Bobbio, estar comprometido com o segredo significa o dever de não revelá-lo; e o dever de não revelá-lo implica na obrigação de mentir. Da mesma maneira, esta ilegitimidade ou ausência de justificativa do segredo de Estado coincide, em linhas gerais com o que Bobbio denomina o poder invisível, o Estado duplo, ambos incompatíveis com a democracia e sérios obstáculos à opinião pública (Bobbio, 2000:97). O poder político e o poder social devem ser, portanto, poderes essencialmente visíveis, exercidos sempre em público, o que implica no máximo de distância das práticas de simulação e do engano, pois o segredo não apenas tolera, mas exige a mentira. Aqui estamos diante de uma condição da função crítica ou de controle do poder que se vem atribuindo tradicionalmente à opinião pública. Ou seja, em qualquer reflexão em torno da opinião pública encontramos sempre que esta é concebida como uma instância crítica e de controle, das mais importantes, se não desde o ponto de vista da legitimidade, pois isto dependerá do nível de participação da cidadania na sua configuração, certamente do ponto de vista de sua eficácia. Atualmente, com os poderosos meios de comunicação de massa, e em particular com a televisão, não nos parece que se possa suscitar muitas dúvidas a este respeito.

Apenas para deixar claro, quando usamos o termo publicidade partimos do seu sentido originário e ao mesmo tempo comum hoje em dia. Dar publicidade significava tornar público, entendendo-se o público como aquilo que pertence a todo o povo. Por conseguinte, publicidade refere-se aqui ao que é político, transparente, ausente de obscuridade e de segredo em relação aos assuntos de interesse geral ou de caráter público.

Publicidade não é apenas uma condição para que se possa formar a opinião pública livre – princípio de publicidade como transparência do processo político-jurídico – mas também pode apresentar-se como sinônimo de opinião pública⁶. Na realidade, estamos diante de usos diferentes do termo publicidade ainda que vinculados entre si, na medida em que um serve para construir o outro. A publicidade será, assim, de acordo com este segundo sentido, simplesmente “a esfera da opinião pública, contraposta inclusive aos poderes públicos” ou melhor, “o sujeito da publicidade será o público como portador da opinião pública”⁷.

Gostaríamos de registrar, por outro lado, que vários autores se manifestaram contra esta tese que vincula opinião pública em sentido subjetivo e publicidade. O filósofo do direito argentino E. G. Valdés, por exemplo, defende a inexistência deste vínculo quando sustenta que pode

haver opinião pública onde não haja publicidade. Segundo Valdés, ninguém poderá negar que em sistemas políticos como os de Pinochet ou Rafael Videla havia uma opinião pública, mas ninguém afirmará que nestes regimes se praticava o princípio da transparência das decisões públicas ou da publicidade.⁸

Especialmente quando a opinião pública é entendida no seu sentido subjetivo, há um argumento suficientemente forte acerca da existência de vínculo entre publicidade e opinião pública. Diríamos, ainda, que uma é condição necessária para a outra. Trata-se, mais uma vez, da função de controle político – do poder de influência –, que é cumprida pela opinião pública em uma sociedade moderna. Sem o princípio da publicidade, sem informação, é impossível o controle da cidadania, e se não há possibilidade de controle eficaz, não pode haver opinião pública. Como indica Habermas, não haveria sequer a cidadania.⁹ Neste caso teremos a opinião não pública vinculada ao que o mesmo autor chama de publicidade fabricada. Aquela, a opinião não pública e sua consequência lógica, a publicidade fabricada, se dão quando os cidadãos, muitas vezes por iniciativa ou estímulo do poder político, adotam uma posição ou uma atitude não participativa politicamente. É o silêncio dos povos, tal como chamava Tocqueville em *A democracia na América*, que se dá quando os cidadãos limitam-se a esperar decisões emanadas do poder político, permitindo que a publicidade representativamente fabricada decida por eles, decisões sempre estranhas aos seus interesses políticos ou, quando muito, alguma manifestação de cunho plebiscitário.

É possível, no entanto, que nestes casos exista uma minoria social e politicamente ativa – talvez fosse nela que Valdés estivesse pensando, quando falou de opinião pública no regime de Videla – que da clandestinidade, da obscuridade e do segredo, apareça um germe da opinião pública futura, no sentido subjetivo. São os casos de conspiração política contra poderes ditatoriais ou totalitários, nos quais do segredo pretende-se chegar à publicidade. A conspiração tem, assim, um componente positivo nestes casos e pode ser vista como um meio legítimo para se alcançar o poder, quando se deseja que este seja democrático, transparente ou visível. Dizer que existia opinião pública no Brasil de Garrastazu, no Chile de Pinochet ou na Argentina de Videla é o mesmo que dizer que qualquer Estado que tenha leis é um Estado de Direito. Isso implica uma aproximação excessivamente formal, pouco exigente (em termos normativos) do ponto de

vista conceitual, o que dificulta a crítica teórica e, neste sentido, a possibilidade de conduzir a uma certa confusão. A utilização da censura e do segredo de Estado são práticas comuns a todos os totalitarismos como instrumentos para a manipulação e o envilecimento da sociedade, impedindo toda sorte de opinião pública em termos objetivos e subjetivos.

Desta forma, a segunda condição para que se possa falar, propriamente, de opinião pública é a presença garantida da publicidade e da transparência ou, ainda, da ausência de segredo de Estado (de sigilo, mentira ou simulação).

Ausência de apriorismos

A discussão livre termina onde começam os apriorismos, as verdades objetivas ou evidentes, que sem discussão racional não passam de ser meros pré-julgamentos em sentido literal, ainda que possam ser fruto de uma razão isolada ou solitária.¹⁰ Como consequência da condição anterior, é preciso que as idéias e opiniões pública e livremente manifestadas, sem segredo ou simulação, concorram entre si em regime de igualdade e sem apriorismos. Que não sejam limitadas ou impedidas de circular por certas evidentes ou preconcebidas, tal como as chamou Locke (1973:144), que não tenham passado pelo crivo da razão¹¹ e da livre e pública discussão. Por conseguinte, todas as idéias e opiniões devem concorrer sem que nenhuma possa arrogar-se uma maior racionalidade ou justificação previamente à discussão, tal como posteriormente defenderia John Rawls em *Teoria da justiça*. Quando aceitamos uma idéia por inércia, por respeito ou por medo, comumente a aceitamos com tanta força que ela acaba resistindo a toda refutação racional, ou seja, a toda refutação que recorra a argumentos racionais. Pois, como diz Bobbio, o pré-julgamento não é outra coisa que uma opinião, um conjunto de opiniões, por vezes uma doutrina, que é aceita acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade cujo discurso é aceito sem ser debatido.

No entanto, a opinião pública estará muitas vezes equivocada, seja ela formada a partir de uma minoria esclarecida ou da maioria. A opinião errada é perfeitamente possível no âmbito da opinião pública. A diferença estará, devemos insistir, em que o pré-julgamento precede, como seu próprio nome indica, à discussão racional, enquanto que a opinião errada é sempre posterior e pode, ou não, acontecer. Portanto, não se deve confundir pré-julgamento ou idéia preconcebida com a opinião errada ou equivocada.

A opinião pública precisa de informação e educação; cada sujeito deve estar suficientemente informado e instruído sobre os assuntos públicos de tal maneira que seja capaz de, sem se deixar influenciar pelos apriorismos, formar sua opinião sobre tais assuntos que lhe dizem respeito. É evidente que aqui estamos dotando a opinião pública de um mínimo material, de um elemento definitório prévio, a saber, a necessidade de que a opinião pública seja formada sob mínimas condições de liberdade, concretizadas na liberdade de comunicação de idéias e opiniões, no princípio de publicidade e que seja o resultado da reflexão e da vontade igualmente livre dos sujeitos (sejam quais forem) e que participam da sua configuração. Ou seja, pode-se concluir que a opinião pública ou é opinião pública livre ou, simplesmente, não é opinião pública.

O fundamento da opinião pública política, portanto, deve ser situado nas transformações que são produzidas com as revoluções burguesas, quando o legislativo passa a ser entendido como um órgão da sociedade e não mais como um órgão do Estado. Os liberais aceitarão alguns argumentos dos fisiocratas tais como a separação entre a sociedade civil e o Estado, a doutrina da ordem natural, a idéia de liberdade e a regulação do mercado segundo as leis da oferta e da procura. O único sistema de relações de interesses, dizem os fisiocratas, é aquele que se desenvolve na esfera do privado (entre particulares), recusando o artifício do Estado e negando, portanto, a distinção entre o público e o privado. Não existe o público do Estado, mas o público do privado, assim como o mercado é o responsável por regular a circulação dos produtos, a opinião pública terá como missão racionalizar o mundo da política e a sociedade.

Se a opinião pública expressa os desejos naturais e racionais dos homens, as instituições públicas apenas poderão legitimar-se através dela na medida em que, em sua formação e em seu funcionamento, recolham e traduzam concretamente os seus conteúdos. Desta maneira, o legislativo, que, por um lado, será convertido na peça fundamental do sistema político, por outro, apenas encontrará a sua razão de ser, e sua justificação final, enquanto se apresentar como parte fundamental dessa estrutura da opinião pública e da publicidade burguesa.

O legislativo, segundo esta concepção, deve ser compreendido como um órgão da sociedade e não do Estado, é um claro reflexo e uma continuação do diálogo político dos particulares e, ao converter-se em veículo de canalização, orientação e expressão da opinião pública, deve ater-se às regras da

publicidade. O mandato representativo que foi recebido de todos os cidadãos o obriga a dar publicidade sobre tudo aquilo que discute e decide.

Poder Legislativo e meios de comunicação

Por um outro ângulo, é cada dia mais freqüente encontrarmos quem defenda a idéia que os meios de comunicação acabam por ocupar o espaço político que seria institucionalmente destinado aos partidos políticos e, por conseqüência, ao legislativo. Gostaríamos de participar desta discussão argumentando que: 1. O sistema de oferta e demanda que determina o funcionamento dos meios de comunicação de massa, particularmente a imprensa, faz com que estejam diariamente em contato com os cidadãos e a sociedade e não de tempos em tempos mais longos, como ocorre com os partidos políticos seja através dos programas eleitorais exibidos ao longo da legislatura, seja, mais intensamente, durante os períodos eleitorais; 2. Como conseqüência desta necessidade de renovação diária própria dos meios de comunicação, produz-se uma relação entre os meios e a sociedade com uma tal intensidade que, dificilmente, seria possível imaginar tal velocidade, constância e intensidade na relação do legislativo com a sociedade.

Se estes argumentos são verdadeiros, o legislativo seria uma instituição constitutivamente deficitária se comparada com os meios de comunicação enquanto expressão ou representação da opinião pública. Esta é uma das razões que explicam o crescimento da insatisfação com a representatividade parlamentar em praticamente todos os países democráticos. Insatisfação que é acompanhada pelo espetacular desenvolvimento dos meios de comunicação social e o conseqüente aumento do volume e diversidade de informações colocadas à disposição dos cidadãos.

Tal insatisfação, provocada pelo déficit de legitimidade, é acentuado pelo déficit de eficácia de uma instituição que, se por um lado, simplifica demasiadamente a sociedade quando a representa, por outro, é excessivamente complexa para poder ser um instrumento de auto-direção política da sociedade. A forma com que o legislativo obtém a informação, a processa e a traduz em uma decisão vinculante (lei), não o habilita a dirigir efetivamente a sociedade e é exatamente isso que determina uma outra simplificação institucional adicional da complexidade social, que se dá através da eleição de um Governo ou do poder Executivo.

Desta forma, o legislativo será permanentemente deficitário com respeito à opinião pública do ponto de vista da legitimidade e permanentemente deficitário ante a opinião pública no que diz respeito ao Governo e sua necessária eficácia, daí a dificuldade de afirmar sua posição no dia a dia da vida do Estado. Apenas quando há uma crise de legitimidade importante no sistema o legislativo torna visível sua posição central no Estado representativo, ponto de referência sem o qual pouco se pode fazer.

Completamente diferente é a posição dos meios de comunicação na sua relação com a opinião pública. Os meios de comunicação, embora até desejem isso, não conseguem traduzir a opinião pública em lei, não são obrigados a tomar decisões vinculantes para o conjunto da sociedade. Os meios de comunicação têm a função de expressar diretamente a complexidade social, de ser a expressão da sua diversidade, de ser o representante da sociedade tal como ela espontaneamente se apresenta. E é esta a função que está na origem do reconhecimento da liberdade de expressão nos textos constitucionais, a de se permitir a expressão da opinião pública da maneira mais direta possível, com a maior diversidade possível, como a melhor fórmula para se chegar à interpretação racional da opinião pública e sua transformação em ação de governo.

A melhor maneira de perceber concretamente a diferença entre a função do legislativo e a dos meios de comunicação, na sua relação com a opinião pública, obtém-se quando verificamos as cautelas que as Constituições incorporam para proteger o legislativo diante da possibilidade de um erro e as que são estabelecidas para que os meios de comunicação possam errar. A lei deve ser submetida a um processo de verificação que não tem comparação com nenhum outro ato do Estado constitucional. Os meios de comunicação, ao contrário, devem se proteger não para que não se enganem, mas devem estar protegidos para que possam se enganar. A opinião pública deve ser capaz de se expressar espontaneamente a qualquer momento e através de qualquer meio, em especial através dos meios de comunicação, sem qualquer limite além da comprovação mínima indispensável que garanta que o que se está transmitindo não é algo intencionalmente incorreto. Os meios de comunicação devem estar protegidos não para que não errem, mas para que possam errar, simplesmente porque isso é mais saudável para a democracia. E isto é assim nas democracias porque a função dos meios de comunicação não é a de traduzir em lei a opinião pública, mas a de permitir que essa opinião pública seja ouvida e considerada da forma mais completa possível.

Em outras palavras, as funções dos meios de comunicação e do legislativo em uma sociedade democrática são completamente diferentes, porém são complementares. Sem meios de comunicação livres, protegidos constitucionalmente inclusive quando erram honestamente, não há sociedade democrática. Sem um legislativo que seja capaz de traduzir honestamente a opinião pública em lei que vincula a todos e que verifique, através de um processo meticuloso e demorado, a correção das decisões que serão tomadas, não haverá Estado que possa funcionar e, por conseqüência, sociedade que se possa auto-dirigir politicamente,

As tensões entre o legislativo e os meios de comunicação estão inscritas, como diriam os juristas, na natureza das coisas. No entanto, estas tensões se tornam preocupantes quando os déficits de legitimidade e de eficácia estruturais do legislativo passam a ser identificados pela sociedade como sinais da obsolescência da instituição.

Notas

* Este artigo é uma adaptação de parte da dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao PPGCP do IFCS/UFRJ, em 2000.

1. Esta é uma condição que permite a realização da pessoa em um duplo sentido: como sujeito individual e como sujeito político. No primeiro sentido, a pessoa, ao expressar as suas idéias e opiniões, desenvolve suas virtualidades intrínsecas, defendendo e potencializando sua autonomia individual; no segundo, o cidadão contribui para a formação da opinião pública, e participa, através dos canais democráticos estabelecidos para se tomar as decisões políticas, na formação da vontade política, na construção prática da soberania popular. Certamente estaremos mais preocupados neste artigo com a segunda dimensão, isto é, aquela dimensão onde a liberdade de expressão está vinculada à formação da opinião pública política.

2. Apesar de, no século das luzes, a imprensa ter sido considerada um veículo de difusão das idéias iluministas, a intelectualidade, salvo na Inglaterra, depreciava abertamente os jornalistas e raramente colaborava com os periódicos com textos de sua autoria. Ver Quintero, A. *Información y poder. El mundo después de la imprenta*: 85.

3. Ver: Voltaire: *Tratado de metafísica*; Condorcet: *Esbogo de um quadro histórico sobre os progressos do espírito humano* e D'Alembert: *Discours préliminaire de l'Encyclopedie*.

4. Por exemplo, em 1850, Tocqueville irá se referir à imprensa como um instrumento de integração e esclarecimento das pessoas em países democráticos (algo parecido com isso já pensava Benjamin Constant 40 anos antes). Ver Tocqueville, A. *A democracia na América*.

5. Em trabalho desenvolvido no âmbito do bicentenário da Paz perpétua, J. Habermas destacou, concordando com Kant, sobre a idéia de espaço público político como uma das três tendências naturais que são favoráveis à razão (as duas outras seriam o caráter pacífico das repúblicas assentadas sob o princípio do governo das leis e a força socializadora do comércio internacional). Ver Habermas, J. *La paix perpétuelle. Le bicentenaire d'une idée kantienne*: 27.

6. Embora autores como J. Habermas insistam que se trata de realidades diferentes.

7. Em alemão a mesma palavra *öffentlichkeit* é comumente empregada para significar ao mesmo tempo *publicidade* e algo que poderia ser traduzido por *sujeito, o portador, da opinião pública*. Ver Habermas, J. *Historia y crítica de la opinión pública*: 42.
8. Ver Valdes, E. G. *Acerca de los conceptos de publicidad, opinión pública, opinión de la mayoría y sus relaciones recíprocas*.
9. Nas ditaduras não há informação propriamente dita, mas comunicação unilateral seguida da tomada de decisões autoritárias. Ver Habermas, J. *La paix perpétuelle. Le bicentenaire d'une idée kantienne*: 133.
10. Em política as razões não valem se não são discutidas, se não são suscetíveis de serem discutidas.
11. Uma forma de entender a razão é vê-la como faculdade ou fundamento do conhecimento apriorístico confrontado à experiência.

Referências bibliográficas

- BENTHAM, J. *Princípios da moral e da religião*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FOLHA DE S. PAULO. Pesquisa: Igreja Universal e os bancos ganham poder, diz Datafolha. São Paulo, editoria Brasil, 04 de janeiro de 2004.
- GARZÓN VALDÉS, E. *Acerca de los conceptos de publicidad, opinión pública, opinión de la mayoría y sus relaciones recíprocas*. In: *Doxa*, 14, Alicante, 1993.
- HABERMAS, J. *Historia y crítica de la opinión pública*. Barcelona: G. Gili, 1994.
- _____. *La paix perpétuelle. Le bicentenaire d'une idée kantienne*. Paris: Edition du Cerf, 1996.
- LASSALE, F. *A essência da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Liber Juris, 1988.
- LOCKE, J. Carta ao leitor. In: *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MILL, J. S. *Sobre la libertad*. Madri: Alianza, 1990.
- MILLS, C. W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MONZÓN, C. *Opinión pública, comunicación y política*. Madri: Tecnos, 1996.
- QUINTERO, A. *Información y poder. El mundo después de la imprenta*. Madri: Eudema, 1993.
- RIVERO, J. *Le regime des principales libertés*. In: *Les libertés publiques 2*. Paris: PUF, 1980.
- ROUSSEAU, J-J. *O contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SARTORI, G. *Homo Videns. Televisão e pós-pensamento*. São Paulo: Edusc, 2001.

- SCHRAMM, W. *Homem, mensagem e meios*. Madri: Forja, 1982.
- SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. In: STEINBERG, Ch. & BLUEM, W. A. *Os meios de comunicação social*. México: Roble, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Resumo

O objetivo do artigo é apresentar o conceito de opinião pública como um fenômeno histórico e político construído pela sociedade burguesa. Além disso, procura mostrar as aproximações e tensões entre opinião pública, imprensa e legislativo.

Palavras-chave

Opinião Pública, Legislativo, Imprensa, Democracia.

Abstract

The intention of this paper is to present the concept of public opinion as a historical and political phenomenon constructed by the bourgeoisie society. In addition, tries to find the proximities and tensions between public opinion, journalism and parliament.

Key-words

Public Opinion, Parliament, Journalism, Democracy.

Frágeis fronteiras entre arte e cultura de massa

Vera Lúcia Follain de Figueiredo

A indiferenciação entre os diversos campos de produção cultural vem deixando, hoje, de ser uma conjectura para se tornar uma realidade e atinge, inclusive, a esfera da crítica, cujas reflexões vão inspirar certos tipos de produtos populares, sendo por eles incorporadas como mais um dispositivo de sedução. A própria análise crítica é integrada à mercadoria e a metalinguagem deixa de ser exclusividade das obras destinadas a um público restrito, de iniciados, tornando-se um recurso corriqueiro.

O pensamento filosófico, as teorias, mesmo as mais apocalípticas, enfim, tudo pode ser integrado, reciclado, dando lugar a um novo produto para o mercado de bens culturais. Como observava Edgard Morin¹, na longínqua década de 1960, a cultura de massa tende a deslocar-se e a recuperar as correntes desintegradoras. Comprovando essa tendência, no início do século XXI, o pessimista Jean Baudrillard, em entrevista concedida a um jornal brasileiro² – sem deixar de afirmar que considera o ritmo acelerado da circulação de imagens, no mundo pós-moderno, um caminho para catástrofe – comenta, bem-humorado, com uma espécie de complacência resignada, a presença de um de seus livros nas telas do cinema, contribuindo para o sucesso de bilheteria do filme *Matrix* (EUA, 1999), dos irmãos Wachowski, e, ao mesmo tempo, para que a obra do crítico seja divulgada num âmbito muito mais abrangente do que costuma atingir.

Enquanto o artista do filme, Keanu Reeves, cita, em suas entrevistas, o livro de Jean Baudrillard, *Simulacros e simulação*, o pensador francês, de sua parte, não deixa de mencionar, docemente constrangido, que foi convidado, mas não aceitou, para prestar assessoria filosófica a *Matrix Reloaded* e a *Matrix Revolutions* que continuam a série, declarando:

Hoje, a cultura pop pode fazer parte da análise crítica, pode funcionar como a crítica funciona. A análise pode ser integrada à mercadoria, pode ter a mesma essência de obsolescência da mercadoria.³

Se um dos critérios de valoração da obra de arte consistia na capacidade de pôr em discussão sua própria condição, ou seja, na sua maior ou menor capacidade de negar-se, este procedimento generalizou-se e não funciona mais como entrave ao deleite imediato da obra. Um filme de grande sucesso de bilheteria pode incorporar certa dose de autonegação, sem prejuízo dos mecanismos de repetição que o filiam a um determinado modelo popular de narrativa.

Na mesma linha, cabe lembrar, também, que estratégias textuais como a metanarratividade, a intertextualidade, a desarticulação da seqüência temporal, há muito deixaram de ser soluções estilísticas apenas de vanguarda⁴ – harmonizadas com um enredo romanesco atrativo, têm sido popularizadas, isto é, bem assimiladas por um público maior. As comédias da série *Scary Movie*⁵, por exemplo, constroem-se a partir da citação de filmes de terror, tirando partido da exaustão a que chegaram as obras do gênero. Trata-se de mais um caso em que a indústria do entretenimento revigora-se com a crítica dos produtos que ela mesma fabrica, porque os espectadores se divertem com a identificação dos filmes satirizados por *Scary Movie*, isto é, o efeito de humor é provocado, sobretudo, pelas remissões a outras obras. Em *Femme Fatale* (EUA, 2002), Brian De Palma recorre à dissolução das fronteiras entre sonho e realidade como estratégia para revitalizar uma trama banal, típica das narrativas de suspense e, através do personagem vivido por Antonio Banderas – um fotógrafo, com veleidades artísticas que é obrigado a ganhar a vida como *paparazzo* – tematiza seu próprio impasse como artista e profissional da indústria cinematográfica: a dimensão metanarrativa convive, assim, com os clichês dos filmes de ação.

Por outro lado, esgotados os procedimentos radicais das vanguardas, a arte tenta marcar o seu lugar dobrando-se sobre o discurso da cultura de massa, mas para instituí-lo como ingenuidade observada, chamando a atenção para sua retórica, desnaturalizando-a. A linguagem da cultura de massa é trabalhada como um sistema semiológico primeiro para o qual a arte se volta, com o propósito de esvaziar o seu sentido ideológico, transformando-o num mero estilo, numa forma vazia de que a arte se apodera. Segue-se, então, o caminho apontado por Roland Barthes⁶, isto é, a melhor arma contra o mito seria mitificá-lo a ele próprio, produzindo um mito artificial. É por isso que uma vertente significativa da ficção contemporânea parece encenar um estilo de encenação, representando modos enunciativos e inflexões dos subgêneros depreciados pela alta cultura, lançando mão de seus estereótipos temáticos e técnicos. Através deste procedimento, a ficção narrativa formula, a seu modo, uma pergunta central em nosso tempo, isto é, se todo o imaginário contemporâneo está permeado pelos sonhos veiculados pela publicidade, pelas telenovelas, pelos filmes de ação, enfim, pelos mitos criados pela cultura de massa, como a arte, ao focar o presente, pode desprezar essa dimensão que é constitutiva do tempo em que vivemos?

Tal indagação permeia, por exemplo, a literatura de Manuel Puig, construída a partir da reciclagem estética de materiais depreciados pela cultura erudita, aproveitando-se de restos de melodramas cinematográficos e radiofônicos, de letras de música e toda sorte de discursos banais. Exemplar também, neste sentido, é *Tia Júlia e o escrevinhador* (1977), de Mario Vargas Llosa⁷, que contrapõe o sucesso das novelas de rádio criadas pelo personagem Pedro Camacho, incorporadas ao romance, ao fracasso de Varguinhas quando tenta despertar interesse pelos seus contos, escritos nos padrões da alta literatura. Ao mesmo tempo, o livro de Vargas Llosa, constituindo-se como um produto híbrido, isto é, um misto de autobiografia e ficção, e incorporando outros tipos de narrativa, como o melodrama radiofônico, seduz o leitor, tendo, inclusive, como um dos eixos principais do enredo, a história real, mas novelesca, do caso de amor proibido, que o escritor e sua tia tiveram, nos anos 1950, na cidade de Lima.

Mais recentemente, não parece ser outro o viés adotado, no cinema, por Pedro Almodóvar, o que se evidencia no sentimentalismo *kitsch* de seus personagens. Também no campo cinematográfico, pode-se citar o

filme *Adaptação* (EUA, 2002), de Spike Jonze que, como o título sugere, gira em torno da dificuldade de se fazer adaptação de textos literários para o cinema. Adaptação contrapõe a “seriedade” da literatura à “leveza” das obras voltadas para o entretenimento. Esta oposição, no nível do enredo, será expressa pelo desdobramento da figura do cineasta em dois personagens: um diretor que se atormenta, porque quer que o filme em que está trabalhando tenha a mesma complexidade do romance adaptado, e outro, seu irmão gêmeo, que segue, sem qualquer conflito, os padrões da cultura de massa e faz sucesso, lotando as salas de cinema. O filme *Adaptação* será a tentativa de ultrapassar essa esquizofrenia, gerada pelo que Andreas Huyssen chamou de “a grande divisão”, optando por uma composição híbrida: o resultado é um filme que, fazendo uso, a partir de determinado momento, ainda que de maneira irônica, dos estereótipos dos filmes de ação, diverte o espectador, ao mesmo tempo em que problematiza a separação entre arte e prazer, através da dualidade que atormenta o personagem e o esteriliza como criador.

Esse movimento de apropriação distanciada dos mitos criados pela cultura de massa, entretanto, já pode ser encontrado no século XIX, guardadas, evidentemente, as diferenças entre cada época. Ao longo daquele século, a tensão entre o pólo de produção restrita e o pólo de produção ampliada da cultura chegou, muitas vezes, a desestabilizar as fronteiras entre alto e baixo, transformando a luta pela autonomia da arte numa questão de permanente vigilância, em função do perigo, sempre iminente, de deslizamento de um campo a outro. Nesse sentido, são muito significativas as seguintes palavras de Flaubert sobre *Madame Bovary*: “todo o valor do meu livro, se é que ele o tem, estará em ter sabido andar direito sobre um cabelo, dependurado entre o duplo abismo do lirismo e da vulgaridade (que quero fundir numa análise narrativa).” Cabe lembrar, ainda, que, em plena fase heróica de luta pela autonomia da arte, escritores que dependiam de seu ofício para sobreviver, como Edgar Allan Poe, fizeram concessões ao gosto de um público mais amplo, às exigências dos editores, sem abdicar de um grau de inovação formal e de crítica. Equilibravam-se num fio de cabelo, para usar a metáfora de Flaubert, tentando conciliar o que, em certa medida, era inconciliável – atitude que, talvez, seja mais característica da literatura, naquele momento, do que a negatividade radical.

A “angústia da contaminação” – expressão utilizada por Andréas

Huyssen⁸ para caracterizar a reação do modernismo a uma cultura de massa crescentemente consumista e opressiva – no entanto, estimulou sempre a busca de critérios objetivos para a realização do inventário das diferenças entre os produtos da cultura de massa e os da chamada alta cultura. Um desses critérios, largamente utilizado, no século XX, pelos pensadores da arte e da comunicação de massa, diz respeito à maneira como cada um dos dois campos se relaciona com os gêneros de discurso preestabelecidos. Costumava-se salientar, por exemplo, que, na cultura de massa, não existia aquela contradição dialética entre a obra e o seu gênero, característica da arte – ao contrário, a obra-prima de massa podia ser definida como aquela que melhor se enquadrava nas convenções. Por outro lado, destacava-se que o grande escritor contrapunha-se aos limites impostos pelos gêneros, desafiando as suas regras para afirmar a liberdade de criação e o estilo individual. Assim, no ensaio “Para que servem as teorias”, publicado, em livro, em 1963, Alain Robbe-Grillet, tentava mostrar a importância das inovações trazidas pelo *nouveau roman*, fazendo o elogio daqueles que procuram novas formas de romance e opondo-se ao que considerava uma atitude absurda e prejudicial – a repetição sistemática das formas do passado:

Cada romancista, cada romance deve inventar sua própria forma. Nenhuma receita pode substituir essa reflexão contínua. Só o livro cria suas próprias regras. Na verdade, o movimento do estilo deverá fazer com que freqüentemente essas regras sejam postas em perigo, em xeque talvez e deverá mesmo explodi-las. Longe de respeitar formas imóveis, cada novo livro tende a constituir suas leis de funcionamento, ao mesmo tempo em que produz a destruição delas mesmas.⁹

Se o valor do romance, para Robbe-Grillet, decorria da capacidade inventiva de seu autor, capacidade esta que o levaria a romper continuamente com todas as convenções, hoje, quando as fronteiras entre uma cultura elevada e uma cultura de massa parecem cada vez mais nebulosas, o critério da submissão ou não às regras genéricas vai se tornando obsoleto, se o objetivo é estabelecer distinções entre arte e entretenimento. A retomada vertiginosa, pela narrativa contemporânea, dos subgêneros que tiveram sucesso comercial no século XIX, como o romance policial, o romance

histórico e a autobiografia aponta para a falência dos esquemas opostos rígidos entre a esfera de produção de bens culturais restritos e a esfera de produção voltada para atender o público mais amplo. O fato é que se a cultura de massa sempre se apropriou das inovações estéticas da arte, esta também não tem deixado de incorporar formas daquela, num processo de canibalização recíproco, que cria uma espécie de zona de indistinção entre as duas esferas de produção.

Nesse sentido, a proliferação das narrativas policiais que vem ocorrendo a partir das duas últimas décadas deve ser relacionada à constituição de uma estética híbrida que tende a aliviar as tensões entre a cultura culta e a cultura de massa. Ou seja, a ficção policial situa-se num lugar privilegiado quando se trata de trabalhar nos limites entre esses dois pólos, em desestabilizar a dicotomia alto/baixo, até porque o motivo do crime se constitui num ponto de entrecruzamento de diferentes campos da produção cultural: o literário, o jornalístico, o dos quadrinhos, o televisivo e o cinematográfico. Ao retomar a narrativa policial, a literatura contemporânea não está interessada em desviá-la de seu destino comercial ou em dissolvê-la em meio à livre pesquisa estética. Está interessada na apropriação de uma estrutura de gênero – que, desde o século XIX, vem funcionando como um sistema de convenções que circula entre a indústria editorial, o texto e o leitor – com o objetivo de estabelecer uma mediação entre a expectativa de um público mais amplo e a dimensão crítica e reflexiva da qual esta literatura de que se está falando não abre mão. Trata-se de um procedimento de negociação utilizado pelo escritor para se adaptar aos novos tempos, pouco afeitos às radicalidades e às rupturas.

O gênero funciona, no caso, como dispositivo de sedução, porque facilita o reconhecimento, oferecendo-se como uma chave de leitura – ainda que, ao cabo e ao fim, a porta aberta por essa chave possa não conduzir a nenhum lugar, a nenhuma certeza tranquilizadora. Estamos falando de uma ficção que procura se localizar entre aquilo que Jesús Martín-Barbero¹⁰ chama de narrativa de autor e narrativa de gênero, entendendo o gênero como um lugar exterior à obra, de onde o sentido da narrativa é produzido e consumido: ou seja, através da convenção, a obra se dirigiria para fora de si, acionaria a sua capacidade de comunicar.

A utilização da isca do gênero relaciona-se, então, com a tentativa, por parte da literatura, de romper com a idéia, sedimentada com a arte moderna, de que a obra de valor é aquela que provoca escândalo e é rejeitada

pelo grande público. Se a sociedade de massa institucionalizou a revolta modernista, o efeito de choque da atitude provocadora é neutralizado. A própria categoria do novo fica sob suspeita, já que a novidade é o recurso utilizado pelo mercado para atrair os consumidores, ou seja, a inovação como um valor em si pode ser vista como resultado da pressão da sociedade de consumo e se confundir com os ditames da moda. Neste quadro, a repetição, constitutiva da estética de gêneros, já não precisa ser vista como um pecado, como algo que se opõe à “verdadeira arte” indissociavelmente ligada à criação do novo – o que leva, por exemplo, Ricardo Piglia¹¹ a afirmar que a forte presença dos gêneros já não é polêmica e que a alta literatura deixou de ser o espaço exclusivo da combinação livre e da criatividade pura. Segundo o escritor, os gêneros se definem por serem estereotipados e estruturados, por oferecerem a versão positiva de um procedimento fixo, mas, hoje, se reconheceria “a elegância da repetição de certas fórmulas”.

Na verdade, a literatura e também o cinema, para falar apenas de artes da narrativa, tentam tirar partido da estratégia que vem garantindo a vitalidade da cultura de massa, isto é, a utilização de fórmulas de sucesso do passado aliadas a algo de novo, evitando o risco de desagradar o público, seja pelo excesso de repetição, seja pelo excesso de novidade. Este equilíbrio instável entre invenção e padronização, intrínseco à dinâmica da cultura de massa, devido ao seu atrelamento à esfera do consumo, vem sendo buscado pela ficção contemporânea como um caminho para a própria sobrevivência, ainda que sob a ameaça de diluir as fronteiras que a delimitavam segundo os princípios de autonomização da esfera da arte que fundaram a modernidade estética.

A partir do momento em que as vanguardas foram se tornando tradição e, portanto, o que era dissonante transformou-se em algo harmônico, como observou Umberto Eco, a inaceitabilidade da obra deixou de ser critério soberano para definir o que é arte, uma vez que o inaceitável estava doravante codificado como agradável. Diz o autor:

Desconfio que devamos talvez renunciar àquela idéia subjacente que domina constantemente nossas discussões e segundo a qual o escândalo público deveria ser uma prova da validade de um trabalho. A mesma dicotomia entre ordem e desordem, entre obra de consumo e obra de provocação, mesmo não

perdendo sua validade, talvez deva ser examinada de outra perspectiva, isto é, penso que será possível encontrar elementos de ruptura e contestação em obras que, aparentemente, se prestam a um consumo fácil, e perceber que, ao contrário certas obras que se mostram provocativas e ainda fazem o público pular na cadeira não contestam coisa nenhuma.¹²

A busca desse difícil equilíbrio entre agradar o público, obtendo sucesso comercial, e preservar a complexidade, a dimensão crítica da obra, vai levar os autores contemporâneos a trabalharem com uma multiplicidade de códigos, que se entrecruzam no texto, permitindo diferentes níveis de leitura, atendendo-se às exigências de um público variado. Preserva-se o enredo, sem preconceito para com aquele leitor que busca divertir-se com a intriga. Por outro lado, oferece-se um mais além da intriga, uma dimensão metalingüística e reflexiva, reforçada por inúmeras citações, que permite a um outro tipo de leitor contemplar de maneira distanciada e também nostálgica as estratégias narrativas que criam o fascínio na primeira dimensão. No caso da narrativa policial contemporânea, este procedimento fica bem claro, porque enquanto o primeiro tipo de leitor busca a elucidação do enigma no nível do enredo, o segundo busca decifrar os enigmas da composição da obra a partir do reconhecimento das referências que se cruzam em seu tecido intertextual. O cinéfilo, por exemplo, vai se deliciar com as referências ao chamado *cinema-noir*, das décadas de 1940 e 1950, feitas pelo filme *O homem que não estava lá* (EUA, 2001), de Joel Coen.

Se a obra de arte moderna era, por definição, uma obra difícil de interpretar, despertando um sentimento de estranheza, causando um choque no leitor, a obra pós-moderna quer se fazer passar como algo familiar, cabendo ao público mais refinado desconfiar dessa familiaridade e recuperar a sua dimensão complexa, encoberta por esta aparente simplicidade. Para recuperar o desfrutável, a dimensão do prazer que, de certa forma, fora relegada à cultura de massa, a arte moderna vai recorrer às repetições e às semelhanças, características do jogo, mas também trabalhar com sutilezas que deixem espaço aberto para o discurso interpretativo, que resgatará seus aspectos diferenciais, nem sempre percebidos pelo leitor ingênuo. Evidencia-se, então, o caráter conciliatório desta arte – não se trata, agora, de desafiar as exigências do mercado de bens culturais, de heroicamente rechaçar o sucesso comercial.

A partir do que foi dito pode-se entender melhor, por que o gênero policial ganhou tanto vigor na ficção contemporânea. Seus dois eixos temporais – um que remete para o passado onde o crime foi cometido e outro que remete para o presente da investigação – abrem espaço para uma dupla leitura: pode-se priorizar o passado, considerando que é nele que se encontram todas as respostas ou, reconhecendo o abismo existente entre esses dois tempos, priorizar a dimensão do presente, as artimanhas do discurso que se propõe a elucidar o mistério. Neste último caso, o que vai ser destacado é o caráter construído de toda a verdade, é a astúcia do autor, os artifícios do jogo lógico criado, que não remete para nada fora dele mesmo e, sim, para a disposição de peças num tabuleiro e para as regras que precisam ser conhecidas para que se possa movê-las imprimindo um sentido a cada jogada. É evidente que a narrativa policial de que se fala é a chamada narrativa de enigma, porque, no romance policial de ação há uma concomitância entre os sucessivos crimes e o tempo da investigação, que abrevia o hiato entre presente e passado, abolindo ou pondo em segundo plano o processo de dedução lógica, enfim, os mecanismos mentais, que levavam à solução do caso no romance policial clássico.

Assim, a própria estrutura da narrativa policial de enigma favorece a indagação sobre o estatuto da verdade, ao mesmo tempo em que nos envolve numa busca incessante que mantém vivo o interesse pela leitura. Nesse tipo de narrativa, que se tece de uma dobra – tomando o passado como um pré-texto a ser interpretado – o nexos entre os fatos do enredo é estabelecido pelo discurso de reconstituição do crime feito pelo narrador e pode, portanto, ser resultado de uma construção arbitrária: é em torno desta questão que gira, por exemplo, o romance *E do meio do mundo prostituto só amores guardei ao meu charuto*, de Rubem Fonseca¹³. Alguma coisa na narrativa policial parece, então, girar em falso. No entanto, é exatamente este girar em falso e não “as verdades” que ela constrói que seduz o leitor em tempos em que a dimensão da profundidade tende a se perder em meio à profusão de imagens e à circulação de incessantes relatos que se desmentem uns aos outros.

Existe algo de lúdico na narrativa policial que imprime um caráter artificioso às performances de seus detetives, aspecto acentuado, por exemplo, em alguns filmes recentes, como em *Twin Peaks: Fire walk with me* (EUA, 1992), de David Lynch. Daí que, freqüentemente, nas ficções contemporâneas, a figura do investigador se confunde com a do ficcionista ou

com a do louco, que vê relações de semelhança onde elas não existem, ou mais especificamente com a do paranóico que inventa, numa lógica persecutória, explicações para tudo, enxergando o mundo sob o signo da conspiração – tal é o caso do narrador do romance *Teatro*, de Bernardo Carvalho¹⁴. O louco, como diz Foucault, julga a cada instante decifrar signos, de onde vem sua semelhança com o detetive. Quando já não mais se crê na capacidade do homem de conhecer objetivamente a realidade, qual a diferença entre os dois? Quando as próprias regras que presidem várias dimensões da vida social dão a impressão de serem gratuitas, arbitrariamente concebidas por um poder anônimo, segundo princípios autônomos, como distinguir o discurso explanatório de paranóico daquele articulado pelo detetive ao explicar como chegou aos resultados da investigação?

Por outro lado, toda investigação policial é uma busca da identidade de um culpado. Só que, hoje, é tão difícil delimitar culpas como fixar identidades. Assim, na ficção de Paul Auster¹⁵, aquele que vigia é tão prisioneiro quanto o que é vigiado e o investigador não sabe o que investiga: em *A trilogia de Nova York* o crime é um lugar vazio, uma pressuposição, o que abre espaço para o jogo de espelhos entre detetive e suspeito. O crime como virtualidade é também a justificativa para a presença de câmeras nos aeroportos, no metrô, nos elevadores, o que significa que todos, em princípio, são considerados suspeitos. Todos sentem-se, em certa medida, culpados e, ao mesmo tempo, potencialmente vítimas de um crime que pode acontecer a qualquer momento – esta indefinição afeta a estrutura da narrativa policial contemporânea. Nesse sentido, o mito de Édipo é atualizado, sendo relido não para que se priorize o drama familiar do personagem, inexoravelmente marcado pela maldição do incesto – mas pelo redimensionamento da culpa que a lenda propicia, já que, nela, investigador e culpado se confundem, como se um mesmo homem se desdobrasse em dois homens – o inocente e o criminoso. O mesmo desdobramento está presente, por exemplo, em *Sobre meninos e lobos*, de Clint Eastwood (EUA, 2003), isto é, diante da violência maior que permeia a vida urbana, em suas mais diversas esferas, todos os personagens do filme são, ao mesmo tempo, inocentes e culpados pelos crimes cometidos e só no âmbito do discurso ideológico se pode absolver ou condenar alguém ou a si próprio. A lei e o crime, a justiça e a vingança, o bem e o mal se confundem de tal forma que não há como pensar em nenhum parâmetro objetivo de julgamento.

Não é, então, de estranhar que o gênero policial ganhe força numa sociedade que, voltada para a conquista da máxima segurança, vive sob o signo da ameaça constante do crime, ainda que este, em determinada dimensão, perca a sua concretude, pairando no ar, como um fantasma evocado pelas máquinas de vigilância, que criam, assim, as condições propícias para a expansão de um imaginário do crime – imaginário que, por outro lado, vem compensar a vida prosaica do cidadão comum das grandes cidades, onde a prática da violência, tornando-se rotineira, generalizada, já não instiga a decifração de enigmas, não favorece a criação de um clima de mistério.

Nesse cenário, são inúmeras as iniciativas, no campo editorial, voltadas para as narrativas policiais. Textos clássicos do gênero são republicados, a ficção de autores estrangeiros contemporâneos é traduzida, compondo coleções como a da Companhia das Letras – que inclui, dentre outros, P. D. James, Lawrence Block, Dennis Lehane – e a *Coleção Negra*, da Record. Em edição de luxo, é lançada, pela Ediouro, a reunião de todos os contos e romances de Arthur Conan Doyle, sendo também publicadas algumas coletâneas como *100 melhores contos de crime e mistério da literatura universal*, também da Ediouro, e *Crime à brasileira*, da Francisco Alves, ambas organizadas por Flávio Moreira da Costa.

Exemplo bem expressivo da estética híbrida da pós-modernidade é a coleção *Literatura ou morte*, da Companhia das Letras, composta de textos de autores brasileiros, escritos por encomenda. *Literatura ou morte* reúne escritores, identificados com a esfera da cultura erudita, que escrevem romances policiais tendo como ponto de partida um grande nome da literatura universal, como Borges, Rimbaud, Marquês de Sade, Molière. Mistura-se, aí, o gênero policial, de apelo popular, sugerido pela presença da palavra “morte”, no título da coleção, e a promessa de um contacto com o cânone literário, evocada pelos nomes dos autores revisitados – nomes que, na capa dos livros, se entrelaçam com o do autor de cada volume. Unem-se, assim, dois pólos que, no modernismo, tendiam a se repelir: a literatura “séria” e a de entretenimento. Escritores contemporâneos e reconhecidos como letrados encarregam-se da tarefa de fazer a intermediação que põe em xeque a dicotomia alto/ baixo que marcou a estética moderna. Por outro lado, ao aceitarem escrever por encomenda, esses escritores estão afirmando o caráter profissional de sua atividade e, portanto, contrapondo-se à premissa de que a verdadeira arte seria uma atividade desinte-

ressada, incompatível com a idéia de remuneração. Mais que isso, reagem positivamente ao fato de terem de criar seus textos a partir de um molde que lhe foi proposto pelo editor, ou seja, concordam em partir da repetição para engendrar o novo. O editor assume, então, de forma explícita, o seu papel como instância de mediação institucional entre o escritor e o mercado – mediação externa à obra, mas que vai afetar a maneira como o autor se relaciona com a sua escritura. Nesse sentido, o nome da coleção “Literatura ou morte” é bem sugestivo: ao afirmar o caráter imprescindível da literatura como fonte de vida, legitima qualquer esforço para impedir o seu fim e justifica todas as negociações, inclusive, com os interesses do mercado.

Notas

1. MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
2. Entrevista realizada por Alexandre Werneck, publicada no *Jornal do Brasil*, de 10 de junho de 2003.
3. Idem.
4. A esse respeito ver ECO, Umberto. Ironia textual e níveis de leitura. In: *Sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
5. *Scary Movie 1* (EUA, 2000) e *Scary Movie 2* (EUA, 2001), ambos dirigidos pelos irmãos Keenen Ivory, Shawn e Marlon Wayans. No Brasil, os filmes receberam o título de *Tôdo mundo em pânico 1 e 2*.
6. BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
7. LLOSA, Mario Vargas. *Tia Júlia e o escrevinhador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
8. Huyssen, Andréas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
9. ROBBE-GRILLET, Alain. *Por um novo romance: ensaios sobre uma literatura do olhar nos tempos de reificação*. São Paulo: Documentos, 1969, p.10.
10. MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 195.
11. PIGLIA, Ricardo. Letras mestiças. Folha de S. Paulo, 15 de junho de 2003, MAIS!.
12. ECO, Umberto. *Pós-escrito a O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.53.
13. FONSECA, Rubem. *E do meio do mundo prostituto só amores guardei ao meu charuto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
14. CARVALHO, Bernardo. *Teatro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
15. AUSTER, Paul. *A trilogia de Nova York*. São Paulo: Best Seller, s/d.

Resumo

A reflexão sobre as transformações ocorridas no campo da cultura nesses tempos de economia globalizada não pode deixar de considerar que a dicotomia erudito/popular, que balizou o estabelecimento de hierarquias e valores na modernidade, tornou-se incômoda diante do caráter fronteiro de parte significativa da produção cultural contemporânea. Neste ensaio, a partir da análise de uma certa vertente da produção cinematográfica e literária, procura-se refletir sobre o fenômeno de hibridização que vêm tornando obsoleta a linguagem conceitual herdada da estética filosófica do passado.

Palavras-chave

Erudito, Popular, Hibridismo

Abstract

The reflexion about the transformations that have taken place in our age of global economy must take into account the fact that the erudite/popular dichotomy, which demarcated the establishment of the hierarchies and values of Modernity, became awkward, because of the borderland character of a considerable amount of the current cultural production. The point of departure of this paper is the analysis of a certain tendency noticeable in contemporary cinema e literature. Such analysis is followed by a reflection about the phenomenon of hybridization, responsible for the obsolescence of the conceptual language inherited from the philosophical esthetics of old days.

Key-words

Erudite, Popular, Hybridization

O trágico: promessa de evento

O Prometeu acorrentado de Ésquilo*

Aristides Alonso

Estrela é que é meu penacho!
*Manoel de Barros***

**Os vestígios da mordida no nenhures. Também
a isso tens de combater, a partir daqui.**
*Paul Celan****

Neste trabalho, pretendemos destacar uma articulação pontual: o modo como Alain Badiou concebe as noções de verdade e situação, principalmente em *Manifesto pela filosofia* (1991), para dar relevo ao sentido e ao lugar do evento no pensamento filosófico, e a crítica de MD Magno à noção de sujeito vinda da filosofia, como herdada do pensamento de Lacan. Nessa crítica, que se estende ao longo de seu trabalho de construção da Nova Psicanálise, leva ao extremo tal noção até seu definitivo abandono na consideração conseqüente da hipótese freudiana da Pulsão (de Morte). Com a retomada do mito de Prometeu de Ésquilo, pôde refazer a significação desse personagem conceitual, que destaca a possibilidade de acontecimento no campo fechado de qualquer situação sintomaticamente dada, e assim indicar possibilidades de intervenção mediante a Clínica Geral que a psicanálise pode propor.

Situação: evento e verdade

Para Badiou, em *Manifesto pela filosofia*, trata-se de fazer um passo a mais na filosofia depois de Descartes, passo esse que pudesse ligar às condições da própria filosofia os três conceitos nodais que são ser, verdade e sujeito.

A filosofia, para que ela exista, exige condições particulares, que são processos transversais, uniformes e reconhecíveis e cuja relação com o pensamento é relativamente invariável. O nome dessa invariante é Verdade¹. Ao referir-se à sua origem, aponta também para sua singularidade no pensamento grego:

(...) Se a Grécia viu nascer a filosofia, certamente não foi porque ela detinha o Sagrado na fonte mítica do poema, ou porque o velamento da Presença lhe fosse familiar à guisa de uma proposição esotérica sobre o Ser. Muitas outras civilizações antigas procederam ao depósito sacral do ser no proferimento poético. A singularidade da Grécia é muito mais a de ter interrompido a narrativa das origens pela proposição laicizada e abstrata, de ter ferido o prestígio do poema com o do matema, de ter concebido a Cidade como um poder aberto, disputado, vacante, e de ter trazido à cena pública as tempestades da Paixão.²

Desse modo, Badiou põe em evidente destaque o matema como condição fundamental da própria filosofia: “Aqui não entra quem não for geômetra”³.

Procedimentos genéricos da verdade

O autor a seguir propõe as quatro condições da filosofia, que ele nomeia como procedimentos genéricos da verdade: o matema, o poema, a invenção política e o amor. Essas condições devem aparecer em conjunto, pois, na falta de qualquer uma delas dá-se a desapareição ou a suspensão da filosofia, isto é, a sua dissipação mediante uma sutura.

Filosofia então só há uma, sendo possível falar em a filosofia. Ela tem por condição os procedimentos genéricos, mas isso não significa que produza verdades, apenas faz com que tenham lugar, pois “busca reunir todos os nomes-a-mais”⁴.

Esses procedimentos da verdade ou procedimentos genéricos distinguem-se do campo estabelecido dos saberes e de sua acumulação enciclopédica por sua origem eventual. Quando se mantém o mesmo estado de uma situação, quando nada aí acontece, há tão somente o exercício dos saberes acumulados, há veridicidade, mas não pode haver verdade, pois ela é, ao mesmo tempo, algo raro, excepcional, novo e próximo,

ontologicamente, do estado de coisas inicial⁵. Essa origem da verdade, diz Badiou, é da ordem do evento.

Para que um procedimento de verdade se desdobre relativamente à situação é preciso que um evento puro a suplemente. Essa suplementação não é nomeável nem representável pelos recursos ou expedientes da situação dominante – a sua estrutura, a língua estabelecida etc. O evento é inscrito por uma nomeação singular, o que significa pôr-em-jogo um significante a mais. Só há verdade se houver um evento que a suplemente.

(...) na situação, se nenhum evento a suplementa, não há nenhuma verdade. Há o que chamo de veridicidade. Em diagonal, perfurando todos os enunciados verídicos, há chance de que advenha uma verdade, desde que um evento tenha encontrado seu nome extra-numerário.⁶

O caráter eventual dos procedimentos genéricos da verdade exclui, portanto, o alistamento enciclopédico. A enciclopédia é uma dimensão do saber e não da verdade, pois esta é justamente aquela que fura o saber quando de seu comparecimento.

Suturas

Quando se trata de destacar empiricamente o que o autor chama de “tempos modernos”, faz questão de frisar que não há aí nenhuma invariância, mas sim que se pode fazer alguns recortes de Descartes aos nossos dias:

- que na idade clássica, a de Descartes e Leibniz, é a condição matemática que é dominante, sob o efeito do evento galileano, o qual tem por essência introduzir o infinito no matema;
- que a partir de Rousseau e de Hegel, escandida pela Revolução Francesa, a compossibilidade dos procedimentos genéricos está sob a jurisdição da condição histórico-política;
- que entre Nietzsche e Heidegger, é a arte, cujo coração é o poema, que retorna, por uma retroação anti-platônica, nos operadores pelos quais a filosofia designa nosso tempo como o de um niilismo esquecedor.⁷

Mas o que se destaca nitidamente nesse campo bastante suturado é que a nossa época não é nem técnica nem niilista. E a filosofia não está de

forma alguma acabada, mas sim que ela foi longamente suspensa. Assim também, se ela tratou de questões cruciais, deixou inacabada a meditação cartesiana e não soube perceber que uma nova etapa da doutrina da verdade já se anunciou, a do múltiplo-sem-Um, o das totalidades fragmentárias, infinitas e indiscerníveis⁸.

Uma suspensão da filosofia pode se dar porque o jogo necessário para a efetiva compossibilidade dos procedimentos genéricos fica restrito ou, de alguma forma, bloqueado. Segundo Badiou, a causa mais freqüente desse emperramento consiste exatamente no momento em que a filosofia delega suas funções a esta ou àquela condição e dessa maneira apóia-se toda em apenas um dos procedimentos. A essa situação o autor dá o nome de sutura⁹. A sutura é o processo de clausura, de fechamento da filosofia, pois ela é posta em suspensão a cada vez que se apresenta suturada em uma das suas condições. Se a filosofia está então suspensa é porque ela está cativa em uma rede de suturas, particularmente para as suas condições científicas e políticas, que a interditam de prosseguir em sua compossibilidade geral.

(...) o gesto que proponho é pura e simplesmente o da filosofia, o da des-sutura. Acontece que o desempenho principal, a dificuldade suprema, é a de des-suturar a filosofia de sua condição poética. Positivismo e Marxismo dogmático não constituem mais do que posições ossificadas. São suturas puramente institucionais e acadêmicas. Em contrapartida, o que deu poder à sutura poetizante, a Heidegger, portanto, está longe de se desfazer, até por falta de ter sido examinado.¹⁰

O filósofo faz então a severa crítica do que ele chamou de a “era dos poetas”. Se a rivalidade entre poesia e filosofia é muito antiga, somente depois de Nietzsche e de Heidegger é que realmente se deu uma maior “poetização” do Ocidente. Descartes, Kant e Hegel podem ser chamados de muitos modos (matemáticos, físicos, etc), mas certamente que não foram poetas. Para ele, então, a “era dos poetas” está acabada e enumera os “sete poetas capitais” que, de algum modo, escandiram ou furaram essa era. São eles: Höelderlin, Mallarmé, Rimbaud, Trakl, Pessoa, Mandelstam e Paul Celan. A linha fundamental seguida por eles consistia precisamente na destituição da categoria de objeto, a poesia como desobjetificação. “Os

poetas souberam, é verdade que melhor do que os próprios matemáticos, que não existia objeto matemático”¹¹, diz Badiou. Essa desorientação e essa desobjetificação não são mais obrigadas a se enunciar na metáfora poética, pois hoje eles são conceitualizáveis¹².

Sítios eventurais

Pode-se demarcar o sítio onde se deram os eventos importantes de nosso tempo acolhidos pelos procedimentos genéricos da verdade. No matema, o trajeto de Cantor a Paul Cohen e a postulação do múltiplo indiscernível ou genérico. No poema, a obra de Paul Celan em crise cerrada com a sutura filosófica que aí operava. Na política, com as eventualidades obscuras (Maio-68, revolução cultural chinesa, revolução iraniana, Solidariedade, etc.) e no amor, Lacan, do qual Badiou diz não conhecer “nenhuma teoria do amor que seja tão profunda quanto a sua depois da de Platão, o Platão do Banquete com o qual Lacan dialoga incansavelmente”¹³. É precisamente esse pensamento (e seu retorno a Freud) uma das condições de renascimento da filosofia: “Uma filosofia é hoje possível por dever ser compossível com Lacan”¹⁴.

Por isso afirma então em seu manifesto o seu gesto platônico¹⁵ para fazer do fim da “era dos poetas” um ato e compossibilitar os procedimentos genéricos da verdade: “Uma verdade é essa consistência mínima (uma parte, uma imanência sem conceito) que verifica na situação a inconsistência que faz o ser”¹⁶. A situação é efetiva, ela tem lugar, é uma essencialização do lugar e por isso freqüentemente pensado no senso-comum como a única possível dada a sua consistência já estruturada, desde que se entenda esse *um* como suposição da abrangência do lugar por inteiro. O que, no aforisma de Leibniz, seria: “O que não é *um* ser não é um *ser*”, muito adequado ao sentido e à definição de situação.

Os componentes de uma situação com o que quer que seja que a constitua, que são todos os índices que a produzem, são múltiplos e não redutíveis apenas a indivíduos ou a enunciados. Uma situação é sempre infinita e sua aparente finitude é efeito do saber, que opera por redução e simplificação. A situação é infinita, mas enumerável, contável. A situação é tal que se pode aí enumerar os seus componentes embora essa enumeração não seja jamais efetiva:

Formalmente, se eu chamo \underline{S} uma situação e \underline{c} os componentes da situação, dizer que os componentes são enumeráveis vale dizer que existe uma série $C_1, C_2, \dots, C_n, \dots$ infinidade de componentes que esgota a situação.

Utilizei livremente a notação dos conjuntos \in para indicar pertinência. Assim, que C_n seja um componente da situação \underline{S} poderá ser abreviada sob a forma $C_n \in \underline{S}$ ¹⁷.

Entretanto, toda situação já está envelopada em uma linguagem, com setores mais ou menos formalizados segundo sua natureza. Não se deve confundir sua veridicidade (que é uma convenção ou consenso da situação) com a verdade que é sempre pós-eventualística. Pode-se deduzir então que, se a situação é infinita, os enunciados do saber que a compõe não o são. A recoleção, inefetuável como todo, é tão somente a enciclopédia que dela resulta. Assim, não há como confundir saber e verdade.

O caráter eventualístico dos quatro procedimentos genéricos (o matema, o poema, a invenção política e o amor) exclui qualquer listagem enciclopédica, pois esta é uma dimensão do saber e não da verdade. Para que haja um corte dentro da situação é necessária a aparição de um significativo que não pertence à linguagem da situação dada. Esse corte sendo então puro traço formal, fora de tudo o que se constitui como conjunto enciclopédico de componentes de uma situação. Um corte na situação é uma interrupção, uma pontuação. Ou como diz Badiou: um clarão.

Todo evento tem um sítio singular, historicamente dado, através do qual o evento pode acontecer. Dizemos pode, pois um sítio não é necessariamente eventualístico e tão somente o será no só-depois, quando puder ser pensado retroativamente tendo-se o evento por horizonte. Não é porque há sítio que há evento, mas sim que, porque houve evento, pode-se determinar o sítio – o sítio eventualístico: “O sítio é uma condição de ser do evento”¹⁸. O evento não está na linguagem da situação. Muito pelo contrário, ele a invade como infiltração ou como inundação. Esse processo é então infinito e para ele não há saber, pois a verdade é inominável dentro do saber já organizado. Isso também significa que não há critério da verdade, assim como também não há saber da verdade. Uma verdade é inominável dentro da enciclopédia, uma verdade não é jamais sabida¹⁹.

A conta-por-um

O pensamento de Badiou torna-se assim uma reflexão vigorosa sobre “sujeito” e “subjetivação”. Senão, vejamos:

Porque o sujeito é uma configuração local do procedimento, é claro que a verdade é igualmente indiscernível “para ele”. Pois a verdade é global. “Para ele” quer dizer exatamente isto: um sujeito, que efetua uma verdade, não é entretanto comensurável a ela, pois ele é finito e a verdade é infinita. Ou seja, o sujeito sendo interno à situação, não pode conhecer, ou seja encontrar, senão os termos ou múltiplos apresentados (contados por um) nesta situação. (...) Deve-se abandonar absolutamente toda definição de sujeito que faça suposição de que ele conhece a verdade ou que esteja a ela ajustado. Sendo o momento local da verdade, o sujeito fracassa em sustentar a junção global. Toda verdade é transcendente ao sujeito precisamente porque todo o seu ser está em suportar a efetuação. O sujeito não é nem consciente nem inconsciente do verdadeiro.²⁰

A situação é toda multiplicidade apresentada, pois, sendo a apresentação efetiva, uma situação é o lugar de ter-lugar sejam quais forem os termos da multiplicidade em questão. Toda situação admite um operador de conta-por-um e a definição mais geral de uma estrutura é aquela que estabelece, para uma dada multiplicidade, o regime de conta-por-um. Não há na situação nada além de um resultado, pois na situação tudo é contado. Ela é uma operação de conta-por-um onde o um, de fato, é efeito dessa operação. Vejamos o desenvolvimento dessa conta:

Seja uma situação qualquer. Eu disse que a sua estrutura – o regime do conta-por-um – aí cindia o múltiplo apresentado: cinde-o em consistência (composição de uns) e inconsistência (inércia do domínio). Contudo, a inconsistência como tal não é verdadeiramente apresentada, pois toda apresentação está sob a lei da conta. A inconsistência, como múltiplo puro, é somente a suposição de que na amontante da conta, o um não é. Mas o explícito de uma situação qualquer é efetivamente o que o um

é. De modo geral, com efeito, uma situação não é tal que a tese “o um não é” aí pudesse ser apresentada. Ao contrário, porque a lei é o conta-por-um, a situação envelopa a existência do um, nada aí sendo apresentado que não seja contado. Nada mesmo é aí apresentável de outro modo que não seja no efeito da estrutura, então na forma de um e sua composição em multiplicidades consistentes. De modo que o um não é somente o regime da apresentação estruturada, mas também o regime do possível da apresentação ela-mesma. Em uma situação não-ontológica (não matemática), o múltiplo só é possível na medida em que a lei ordene explicitamente o um da conta. Do interior de uma situação, nenhuma inconsistência é apreensível que seja subtraída à conta, e portanto a-estruturada. Uma situação qualquer tomada em sua imanência revira então o axioma inaugural de todo nosso procedimento. Ela anuncia que o um é, e que o múltiplo puro – a inconsistência – não é. O que é natural, pois uma situação qualquer, não sendo apresentação da apresentação, identifica necessariamente o ser ao apresentável, logo à possibilidade do um.²¹

Em síntese, esse é o movimento de incorporação de qualquer eventualidade que se apresente descrito em *Manifesto pela filosofia*, sempre na dependência do conta-por-um, pois o que se disponibiliza como sobra é a conta e seus produtos.

A justiça de Prometeu

Nesse momento, MD Magno se aproveita das articulações de Badiou em seu Manifesto para um fecundo diálogo entre psicanálise e filosofia, na medida em que já há algum tempo sua teoria do sujeito também se afastava da tradição estruturalista de cunho lacaniano dos anos 1960/70. A estratégia utilizada é a leitura da tragédia Prometeu acorrentado, de Ésquilo, tendo como interlocução proposições de Badiou acerca do lugar da filosofia. Também já havia criticado há algum tempo a ética da psicanálise como formulada por Lacan particularmente no Seminário VII²² e essa posição se acentua em seminários subsequentes até ganhar recorte preciso em *Arte & Fato* (1990), com o desenvolvimento da idéia de *Eclosão do Sujeito*, já muito

diverso do sujeito barrado do classicismo lacaniano, até a formulação do conceito de *IdioFormação* ou *Pessoa* tempos depois. Como se sabe, a Nova Psicanálise abandona definitivamente a categoria de sujeito, importada da filosofia por Lacan, que ajudou a manter a psicanálise ainda acorrentada a uma perspectiva antropológica.

O mito de Prometeu da tradição grega é retomado para ficcionar, via psicanálise, a emergência de *evento* e sua circunscrição em uma dada *situação*. Agora não se trata mais do sujeito barrado, mas o que o que ele ainda nessa ocasião chamava de Sujeito da Denúncia ou “Sujeito em Abismo”. Na versão de MD Magno assim terá acontecido a estória de Prometeu e sua guerra contra o poder olímpico:

1. No início era apenas Urano, a pura inconsistência do Haver; a seguir, um outro deus, Kronos, descendente direto de Urano, opera sobre ele a primeira castração, um corte sobre a inconsistência para dar-lhe alguma consistência: “Urano é essa grande inconsistência do Haver que, por uma operação, uma emergência qualquer, sofre uma limitação, um corte, que se chama (...) Kronos”²³.

2. Kronos passa então a dominar a cena por esse primeiro recorte que torna o Haver mais consistente, mas nem por isso pode-se aí localizar qualquer coisa ainda. É consistência sem arranjo, sem discernimento interno, consistência altamente voraz em relação a tudo o que aí emerge.

3. Surge então Zeus, um dos filhos de Kronos, que, depois de sucessivas peripécias segundo a tradição mitológica, rebela-se contra Kronos para fundar um lugar que pudesse escapar à devoração crônica; nesta luta Zeus é ajudado pelos Titãs, sendo um dos Titãs justamente Prometeu.

Zeus repete sobre Kronos o que este já fizera com Urano, repetição fundadora do Olimpo e possibilitadora de uma ordem de estado já configurada como *pólis*. Mas acontece que nessa revolução os próprios Titãs tornaram-se submissos a Zeus. Ocorre então a revolta dos Titãs contra Zeus que novamente vence, desta vez com o auxílio de Prometeu. Ele supunha que, nessa decadência, as forças titanescas dominadas por Zeus acabariam por ser distribuídas aos homens. Mas Zeus, perversamente, mais uma vez toma para si todo o poder possível através de artimanhas e trapaças.

4. Agora, ao ver-se traído, quem se rebela é Prometeu. Mas não estava em condição de operar sobre Zeus um novo corte que pudesse dialetizá-lo. Zeus, todo-poderoso, embora não pudesse destruir Prometeu, manda acorrentá-lo no alto de uma montanha:

(...) Isto para que ele não insistisse na distribuição da força aos homens. Que força? O fogo. Prometeu tinha a força do fogo – justamente aquela que, em forma de raio, junto com outras, estava na mão de Zeus para dominar tudo”²⁴.

Mas com isso Prometeu não é destruído; está tão somente acorrentado e no final da tragédia de Ésquilo ainda fica afirmando que Zeus um dia seria derrubado. Anúncio de futuro. Na peça, a fala de Prometeu é radical e positivada:

Que um inimigo sofre todo mal que lhe pode fazer o outro, nada mais natural. Pois que caiam sobre mim os raios fulminantes; que os ventos furiosos inflamem os céus; que a tempestade agitando a terra em seus fundamentos, abale o mundo; que flagelos sem exemplo confundam as vagas do oceano com as estrelas da abóbada celeste; que Júpiter (Zeus), usando seu invencível poder, precipite meu corpo nos abismos do Tártaro; faça ele o que fizer... eu hei de viver!²⁵

O trágico: promessa de evento

Na limitação totalizante operada por Kronos sobre Urano sobra algo, sobra um resto de sua própria inconsistência. Na estória mitológica trata-se da castração de Urano, cujo pênis cai no mar para retornar como Vênus, em co-memoração da inconsistência original. Assim resumem-se os tempos mitológicos dessa fundação:

Então, rememorando até aqui: momento Urano, inconsistência; momento Kronos, o corte operado sobre Urano; cai Vênus, co-memoração da inconsistência – co-memoração porque não é a inconsistência pura, mais o lembrete por negação da inconsistência – esta dialética é em aberto. Isto que poderíamos chamar de Nome-do-Pai é horizonte. Portanto, dialetiza com Vênus.²⁶

Há uma grande insistência de MD Magno na complexidade da operação efetuada por Zeus. Ele é também a operação do rebatimento de recorte sobre recorte capaz de construir *fronteira*, ou seja, linha divisória fixa onde se perde a elasticidade infinitesimal do horizonte como *limite* (w), como se o ato olímpico de Zeus pretendesse a total supressão de todo e qualquer ato comemorativo da inconsistência. E isto já é perversidade. É justamente contra ela que Prometeu se rebela, mediante um *não* radical à postura olímpica de Zeus. Prometeu é então aquele que insiste na *distribuição do fogo para todos*, num verdadeiro *comunismo das singularidades*, segundo Badiou²⁷. Aquele que aposta radicalmente na possibilidade de furar o cinturão olímpico instaurado por Zeus e dessa maneira trazer para dentro da situação estabelecida a emergência do novo resultante do vigor da inconsistência. Para Êsquilo, o trágico não é tão somente erro fatal, mas promessa de evento²⁸.

Não adianta vir com essa lei, pois ela é só regional. Existe uma Lei maior que, o tempo todo, pede Justiça. E fazer Justiça é deixar de emergir no seio do Estado o que é não-Estado; no seio do lugar o que não tem lugar; no seio do espaço o senlugar, diria Alain Badiou. Esta é a função de Prometeu que, nesta linhagem, vem concluir o esquema que estou apresentando, escrevendo-se como o deus a ser produzido – porque é mero Titã – e que insistirá na derrubada do trono de Zeus enquanto distribuição radical a cada um dos homens. Então, Prometeu é aquele que insiste em tomar o excessivo, a exceção, que Zeus se julga ser, e colocá-la para dentro. Ou seja, fazer um buraco na situação, no interior da fronteira (...).²⁹

É precisamente esse ato, considerado na seqüência dos movimentos lógicos da fundação, aqui representado por Prometeu, que MD Magno chamou em dado momento de Falanjo, ou seja, é aquele que torna possível uma operação, dentro da situação já dada, pela insistência vigorosa e afirmativa da efetiva possibilidade da transmissão. Do quê? De tudo aquilo que é possível, enquanto emergência, como produto de um evento. É na transmissão de Prometeu que a guerra pela Justiça tem lugar e vez. Transmissão matemática, poética, política e erótica³⁰, a única capaz de libertar Prometeu para o exercício pleno e plerômico da sua arte em ato de

*destruição e reconstrução*³¹ da situação para refazer e perfazer essa situação no tempo da *utopia*, no tempo do *evento*, no tempo do *terá sido*, prometendo para o futuro a plenitude possível do que há em movimento da Pulsão, mesmo que impossível de fato, mas requerida de direito como simetria absoluta.

Trata-se de convocar a psicanálise para muito mais do que somente a uma ação setorizada na clínica de divã. É uma retomada do projeto freudiano de efetiva intervenção na realidade do mundo, na ordem da situação, para acessá-la e assim, quem sabe, deslocar a sua inércia cultural fossilizada ou então acolher, mediante interpretação, os efeitos de qualquer verdade pós-eventualística. Verifica-se então o exercício de livrar a psicanálise de sua atual submissão à postura olímpica e reacendê-la com o fogo de Prometeu para a efetiva transmissão como distribuição para todos. Mas isto tem um alto preço - quem sabe o mais alto - e uma postura por vezes até arrogante, que é a postura de Prometeu, apesar de acorrentado (ou vai ver que por isso mesmo), pois se trata do *desejo de liberdade*, do desejo radical do Haver, que é pura impossibilidade.

A esse “Sujeito da Denúncia” ou “Ecloração do Sujeito”, ecloração prometéica no seio do Haver tornado situação, MD Magno chama de *Clínica Geral*, pois não se trata mais de cura eventual de um ou outro (também muito importante), mas de uma intervenção curativa na própria cultura, tarefa sem dúvida ambiciosa e de alto risco em todos os sentidos. Afinal, Zeus supõe que sua tranqüilidade e sua paz dependem da morte de Prometeu. Mas, como se sabe, isso também é impossível. Contra ele está toda a organização muito bem montada da ordem estabelecida sob a égide e o governo de um poder olímpico perversista que se coloca como instância legal para um grupo de neuróticos anônimos que nomeia apenas esse poder e dele cobram o exercício efetivo do seu mando, como se fosse necessário! Nossa cultura, de origem neolítica, está constituída pela sobreposição de várias camadas de fósseis mitológicos e isso torna qualquer alteração, pela emergência dos procedimentos genéricos, extremamente difícil e complicada.

Esta é a guerra sem tréguas que a psicanálise exige de cada um que toma o fogo de sua transmissão, a única exigência que de fato conta, a exigência do fato de haver pulsão que deseja o que não há, a Morte, que tudo enfim pacificaria. Isso é categoricamente impossível. Essa guerra contra a situação é sem tréguas e sem quartel e, por isso mesmo, requer maquiavelicamente toda astúcia e artifício.

Filosofia e psicanálise

Então, para MD Magno, pode-se também pensar a especificidade da psicanálise em contraponto com as hipótese de Badiou sobre a filosofia, nesse momento um bom interlocutor. O lugar da filosofia e da psicanálise ressaltando-se a singularidade de cada uma das vias. Vejamos o fragmento final da *Nota ao Manifesto pela filosofia* na edição brasileira do livro:

(...) se a Filosofia trata de discorrer sobre a compossibilidade pós-eventual de suas condições (Matemática, Poética, Política e Erótica), o que cabe então à Psicanálise? Como aquela que foi capaz de acolher a condição Erótica como a moduladora desse quatro no “Um” do Nó (chafurdando no amor para dele distanciada recolher o Dois a cada emergência de verdade no seu pantanal), o que lhe cabe é sua Clínica Geral: acossamento da verdade que terá-sido, à pronúncia do evento que será-tido (na interpretação). E daí, o diálogo infinito da Psicanálise com a Filosofia – pois das considerações desta em torno da compossibilidade nesse Nó, aquela há de tirar alguma gasolina para seu motor, de cujo movimento esta há de colher as aventuras que colher para sua aventura de compossibilitação. E assim por diante e para sempre, até que a Morte as não separe jamais: enquanto Isso durar.

Filosofia: “veracidade efetiva sob condição de efetividade do verdadeiro” (Badiou).

Psicanálise: acossamento da situação à pronúncia do eventual, para advento de verdades efetivas. À eclosão do Sujeito.

Eis a Clínica Geral como Militância do psicanalista. A Filosofia ajudando, como agora podemos esperar.³²

E como se dá essa militância da psicanálise? Não se trata mais da clássica idéia de revolução, que nos conduz sempre de volta ao mesmo lugar, mas do projeto de Eclosão: uma escuta atenta do mundo para surpreender as possibilidades de Evento e, mediante seu reconhecimento e nomeação na situação, acolher essa emergência como Arte ou Técnica, sempre capazes de transformar o estado da situação e minorar o mal-estar a que estamos irremediavelmente condenados.

Notas

* Trabalho produzido para o Projeto Integrado de Pesquisa *Um Pensamento Original no Brasil: Revisão da Modernidade*, da Linha de Pesquisa *Psicanálise, Cultura e Modernidade* desenvolvida pelo ...etc. – Estudos Transitivos do Contemporâneo, inscrito nos Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq pela Universidade Federal de Juiz de Fora, código UFJF. 0001.

** BARROS, M. (1990), p. 203

*** CELAN, P. (1985), p. 119

1. BADIOU, A. (1991), p. 7

2. Ibidem, p. 8

3. Ibidem, p. 8

4. Ibidem, p. 10

5. Ibidem, p. 10

6. Ibidem, p. 10. Confira-se também *Le nombre et les nombres* (1990), p. 133. “Diremos precisamente que isso que aqui faz sintoma é a diferença radical entre nomeação e significação. Uma significação é sempre distribuída pela língua da situação, a língua dos saberes estabelecidos e transmitidos. Uma nomeação, ao contrário, surge na falta da significação para fixar um evento, para decidir a ocorrência, no momento em que esse evento, que suplementa a situação por um acaso incalculável, está à beira de seu desvanecimento. Uma nomeação é uma invenção “poética”, um significante a mais, que finca na língua isso para que nada a preparara. Uma nomeação, desde que o evento que suportava a invenção jamais foi abolido, permanece no vazio das significações.”

7. Ibidem, p. 29

8. Ibidem, p. 34

9. Ibidem, p. 41

10. Ibidem, p. 39

11. Ibidem, p. 46

12. Ibidem, p. 47

13. Ibidem, p. 61-64

14. Ibidem, p. 68

15. BADIOU, A. (1988), p. 32

16. Ibidem, p. 200

17. BADIOU, A. (1991), p. 67

18. BADIOU, A. (1988), p. 434-435

19. Ibidem, p. 65-66

20. Ibidem, p. 75-76

21. Ibidem, p. 77

22. Esta crítica de MD Magno à ética como formulada por Lacan em *A ética da psicanálise* (de 1959-1960) teve seu desenvolvimento em duas sessões do seu Seminário *De Mysterio Magno* intituladas *Até e Le tic de la psychanalyse*. Esse tema ganha ainda maior extensão a partir do seminário *Est'ética da psicanálise - I* (1989) quando a questão da ética recebe o seu agravamento conceitual à luz do Pleroma. Cf. MAGNO, MD (1989).

23. MAGNO, MD (2001), p. 177

24. Ibidem, p. 179

25. ÉSQUILO (s/d), p. 64.

26. MAGNO, MD (2001), p. 180

27. BADIOU, (1989), p. 91-92
28. Evento também como pensado por Alain Badiou. Cf. *Manifesto pela filosofia*, p. 65.
29. MAGNO, MD (2001), p. 182
30. Ibidem, p. 183
31. Ibidem, p. 183: “por aí é que passa a CURA, pela libertação de Prometeu e a criação de condições para que se transmita o fogo: matematicamente, poeticamente, politicamente e eroticamente – que são as condições da transmissão. Só que têm que ser transmitidos em conjunto, não se pode perder nenhuma área, pois perder alguma é deixar preso um dos membros de Prometeu. Tem-se que soltar todos os grilhões para que Prometeu possa exercer sua Arte Total, a qual exercida, se chama CLÍNICA GERAL. Soltar esses grilhões em todas as condições ao mesmo tempo é praticar a Clínica Geral”. Confira-se também o segundo capítulo do livro de Alain Badiou, anteriormente citado, intitulado *Condições* a propósito dos *procedimentos genéricos* da filosofia.
32. MAGNO, MD (1991). Nota. In: BADIOU, Alain. *Manifesto pela filosofia*. Rio de Janeiro: Aoutra: 1991, p. 69-74.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Aristides. *Arte da Pilotagem*. In: *Subjetividade e Escrita*. Org. Robson Pereira Gonçalves. Bauru: EDUSC; Santa Maria: UFSM, 2000, p. 185-223.
- BADIOU, Alain. A autonomia do processo estético. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Org. por Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Portugalia, 1968, p. 397-417.
- _____. *Le nombre et les nombres*. Paris: Seuil, 1990, 284 p.
- _____. *L'être et l'événement*. Paris: Seuil, 1988, 561p.
- _____. *Manifesto pela filosofia*. Rio de Janeiro: Aoutra, 1991. Versão e nota de MD Magno, 74 p.
- _____. *Peut-on penser la politique?* Paris: Seuil, 1985, 124 p.
- _____. *Théorie du sujet*. Paris: Seuil, 1982, 353 p.
- BARROS, Manoel de. *Arranjos para assobio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, 61 p.
- CELAN, Paul. *Hermetismo e hermenêutica: Paul Celan - Poemas II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Instituto Hans Staden, 1985, 243 p. Introdução, tradução, comentários e organização de Flávio R. Kothe.
- ÊSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1970, 200 p.
- LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.
- MAGNO, MD. *Sexo dos anjos: a sexualidade humana em psicanálise* [1986/7]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1988.

_____. *Psicanálise e Política* [1981]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
_____. *Est'Ética da psicanálise: introdução* [1989]. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
_____. *Arte e psicanálise: estética e clínica geral* [1995]. Rio de Janeiro: Novamente, 2000.
_____. *Arte & fato: A Nova Psicanálise da Arte Total à Clínica Geral*. Rio de Janeiro: Novamente, 2001.

Resumo

A tragédia como possibilidade de evento: o mito de Prometeu. Um paralelismo entre a filosofia como pensada por Badiou e a Nova Psicanálise de MD Magno. Arte e Técnica.

Palavras-chave

Evento; Situação; Prometeu; Eclosão; Clínica Geral.

Abstract

The tragedy as a possibility of event: the myth of Prometheus. A parallelism between philosophy as it is presented by Badiou and the New Psychoanalysis of MD Magno.

Key-words

Event; Situation; Prometheus; Eclosion; General Clinics.

*Produções multicódigos e o conceito de signo genuíno em Peirce**

Francisco José Paoliello Pimenta

A questão que se coloca neste trabalho envolve uma aparente limitação das produções multicódigos em termos de sua efetividade, tendo em vista o conceito de signo genuíno, tal como o definiu o lógico Charles Sanders Peirce. Observa-se, por um lado, que o desenvolvimento da eletrônica tem proporcionado à esfera da Comunicação o contínuo aperfeiçoamento de meios e processos de forma a ampliar a capacidade dos processos sógnicos, tanto no sentido de reproduzir qualidades, quanto no de estabelecer conexões existenciais com seus objetos. Atualmente, a hipermídia é o melhor exemplo desse contato ampliado entre signo e objeto. Contudo, Peirce defende que tais relações podem gerar semioses “degeneradas”, e, daí, não constituírem o caminho mais adequado para que seus produtores consigam, efetivamente, atuar sobre hábitos mentais de seus receptores e, eventualmente, até alterá-los.

Este problema, de fundo teórico, será tratado aqui já dentro dos esforços que começo a empreender na esfera de um projeto de pós-doutorado, que visa pesquisar possíveis relações entre a utilização de suportes hipermídia como instrumentos de estímulo à participação política direta de âmbito global e a formação de hábitos de conduta ligados à democracia participativa e ao novo universalismo. Entre as referências bibliográficas aqui utilizadas destaco, além dos *Collected Papers* de Peirce, o artigo *The Degenerate Sign*, de Hanna Buczynska-Garewicz.

1. Os processos multicódigos e os signos degenerados

Uma das principais características dos processos sgnicos contemporâneos, em todas as suas instâncias, incluindo aí as trocas relacionadas à vida cotidiana, é a crescente interferência de meios técnicos com o objetivo de facilitar ou acelerar a comunicação. Isto não ocorre apenas na escala humana, pois os próprios meios técnicos vêm estabelecendo, entre si, trocas cada vez mais rápidas e complexas. Em todos estes casos, contudo, os processos sgnicos acumulam, ao máximo, características daquilo que representam, e ainda buscam estabelecer relações existenciais que reforcem as relações com seus objetos, no limite do possível. Nas diversas transições históricas, do artesanal ao computadorizado, estas semioses vão adquirindo, no caso da imagem, formas, cores, movimentos e outras qualidades de seus objetos, e no caso dos sons, sua altura, intensidade, duração e timbres, às vezes traduzidos em ritmos, o que conduz tais processos a estabelecer crescentes relações de interatividade.

Semioses nas quais o signo reproduz qualidades e estabelece relações com seus objetos nos aparecem como ideais para a comunicação, marcadamente nos atuais meios multicódigos, como a hipermídia, ao tornarem mais fácil a aquisição de informações, em função da presença ampliada do objeto no interior do signo. Interpretantes assim formados têm um fundamento muito mais forte na realidade a ser representada. No jornalismo impresso, basta comparar um jornal da década de 1950, praticamente sem diagramação, com pouquíssimas fotos, e sem cores, com as publicações contemporâneas. No jornalismo televisivo, passamos de um teatro ou rádio filmado para uma profusão de produções com uma ampla gama de sons, imagens e interatividade. A Internet e sua linguagem hipermídia ampliam ainda mais estas possibilidades.

Entretanto, alguns destes processos constituem aquilo que Peirce denomina semioses degeneradas e, como tais, segundo ele, não são as mais adequadas para atuar de forma efetiva sobre o pensamento do intérprete, seus hábitos e crenças. Dentre as três categorias, somente a terceira, marcada por generalizações abstratas, acolhe os processos genuínos. Diz Peirce: “O mundo dos fatos contém somente aquilo que é, e não tudo aquilo que é possível de qualquer descrição. Daí, ele não pode conter uma tríade genuína. Mas, embora não possa conter a tríade genuína, o mundo dos fatos pode ser governado por tríades genuínas” (Peirce, 1: 478).

Esta postura decorre da filiação de Peirce ao idealismo semiótico, ou seja, à tendência filosófica que privilegia processos significativos abstratos e gerais em detrimento daqueles de caráter concreto. Como poderíamos conciliar, assim, a valorização que os atuais meios de comunicação conferem aos signos que se aproximam ao máximo de seus objetos e tal conceito de signo genuíno como algo abstrato, único a gerar significações autênticas, aptas a interferir com nossos hábitos mentais, ou seja, algo altamente desejável no atual ativismo global?

2. Primeiridade, secundidade e degenerescência

A primeiridade e a secundidade não implicam necessariamente em degenerescências. Ao contrário, constituem o fundamento de qualquer tríade verdadeira. Diz Peirce:

Terceiridade, na verdade, envolve Secundidade e Primeiridade, num certo sentido. Isto quer dizer que se você tem uma idéia de Terceiridade você deve ter tido as idéias de Secundidade e de Primeiridade para desenvolvê-la. Mas o que é necessário para a idéia de uma Terceiridade genuína é uma Secundidade sólida e independente e não uma Secundidade que é um mero corolário de uma Terceiridade inconcebível e infundada; e uma observação semelhante deve ser feita em relação à Primeiridade (Peirce, 5:91).

As categorias mais fundamentais têm, assim, não só sua relevância, como mantêm uma autonomia frente à terceiridade que as determina. O que seria, entretanto, tal “secundidade sólida e independente” frente a uma secundidade como “mero corolário”? Sabemos que tal categoria de fenômenos se caracteriza pela concretude e, daí, pela radical autonomia frente ao que pensemos sobre eles. Daí, a comunicação ter esta esfera dos acontecimentos como algo que lhe é bastante caro, como uma garantia de objetividade. Porém, há uma secundidade genuína e uma secundidade degenerada, e saber distinguir uma da outra implica em podermos construir tríades autênticas, com toda a efetividade semiótica que lhes é característica.

Em vista da lógica numérica que preside as categorias, a primeiridade não tem como se degenerar, uma vez que não há categoria inferior, enquanto a secundidade tem uma situação de degenerescência. Esta se dá quando um de seus dois elementos pertence ao par somente por um aspecto. Daí, um gênero caracterizado por reação, e determinado por tal marca essencial, se dividirá em duas espécies, uma na qual a secundidade é forte, a outra fraca. A espécie na qual é forte, por sua vez, se subdivirá em duas que serão relacionadas de modo similar. No caso da espécie fraca, não haverá qualquer subdivisão correspondente. O exemplo é de Peirce:

“Por exemplo, Reação Psicológica se divide em Disposição, onde a Secundidade é forte, e Sensação, onde é fraca; e Disposição se subdivide novamente em Disposição Ativa e Disposição Restrita. Esta última dicotomia não tem nada correspondente na Sensação”(Peirce, 5:69).

Isto pode ser aplicado a uma situação na qual um manifesto relativo à globalização, por exemplo, seja tomado como um signo por um receptor, gerando uma reação. Caso tenha características genuínas, uma “secundidade sólida e independente” da qual nos fala Peirce, o signo manifesto estará numa rede de relações entre entidades atuando fisicamente umas contra as outras, ou seja, estará na esfera própria das ações brutas, e servirá como um substituto do objeto que visa representar. De outra forma, o manifesto não se relacionará com a situação à qual se refere com a força necessária para gerar no intérprete mais do que uma mera sensação, e, assim, não poderá gerar novas dicotomias e o processo tenderá a se degenerar.

Os atuais suportes hipermídia poderão garantir esta inserção da semiose nos processos brutos de ação e reação, na medida em que estabeleçam conexões existenciais genuínas com os processos dinâmicos que visam representar, a partir de seu caráter multicódigos. De fato, a contínua sofisticação dos suportes amplia a inserção do signo na complexa rede de ações e reações e pode constituir um fundamento importante para a geração de tríades genuínas, plenas de efetividade semiótica. A interatividade em tempo real, associada às linguagens multicódigos, pode permitir que um site ligado ao ativismo global, por exemplo, amplie drasticamente a participação de militantes afastados geograficamente em uma mobilização.

3. As tríades degeneradas

No rumo às semioses genuínas, contudo, será preciso superar, ainda, dois outros tipos de processos degenerados, já na esfera da terceiridade, um de caráter monádico e outro diádico. O fato da cor laranja ser intermediária entre o vermelho e o amarelo é um exemplo de tríade monadicamente degenerada, ou seja, de uma conexão completamente incidental de três elementos quaisquer, carentes de sentido geral ou persistência. Para Peirce, esta ocorrência praticamente vai contra a própria idéia de signo, pois não implica em regularidade. Portanto, não é relevante para a comunicação. Já as tríades diadicamente degeneradas se apresentam em três relações: signo/objeto; objeto/mente interpretante e signo/mente interpretante.

3.1. A tríade degenerada e a esfera do signo

No primeiro destes domínios, só há relação genuína no caso do Símbolo, pois tanto no caso na díada genuína, o Índice, quando da díada degenerada, o Ícone, há degenerescência da tríade. No caso do Índice, é preciso frisar, em primeiro lugar, que ele tem relações com o seu objeto independentemente do fato de ser ou não interpretado como signo. Segundo Peirce,

Índices podem ser distinguidos de outros signos ou representações por três marcas características: primeiro, eles não têm nenhuma semelhança significativa com seus objetos; segundo, eles se referem a individuais, unidades singulares, coleções singulares de unidades ou contínuos singulares; terceiro, eles dirigem a atenção a seus objetos por compulsão cega (Peirce, 2:306).

Ou seja, Índices constituem díadas auto-subsistentes e não o efeito de uma interpretação. Este fato, contudo, não diminui sua relevância nos processos de comunicação. O que ocorre, neste caso, é a formação de tríades que não são as genuínas, mas que associadas a elas lhes conferem sua necessária ancoragem existencial. Ou seja, para que tríades genuínas sejam operativas na realidade física elas têm de ganhar exis-

tência, por meio de réplicas degeneradas e de outros processos sgnicos a elas associados, e, para isso, exigem Índices.

Num processo de comunicação tal como um site da Internet voltado para o ativismo global, por exemplo, relações degeneradas entre signo e objeto, na forma de Índices, são fundamentais para que se despertem os sentidos do receptor, o próprio processo perceptivo, ações e pensamentos. Ou seja, são os Índices que mantêm as conexões físicas com o Objeto Dinâmico ao qual se refere o site, conduzindo o receptor aos Interpretantes.

Ainda nas relações diádicas signo/objeto, existe o caso do Ícone. Segundo Peirce,

Um Ícone puro é independente de qualquer propósito. Ele serve como signo somente e simplesmente por exibir a qualidade da qual ele se utiliza para significar. A relação com seu objeto é uma relação degenerada. Ele não afirma nada. Se conduz informação, é somente no sentido no qual pode ser dito que o objeto que ele costuma representar conduz informação. Um Ícone só pode ser um fragmento de um signo mais completo (MS, 517).

Assim, o mesmo raciocínio adotado com o Índice se aplica ao Ícone, ou seja, a mera possibilidade de um signo vir a compartilhar qualidades com seu objeto não conduz, por si só, à significação, porém tal relação, quando estabelecida, é fundamental para as tríades genuínas. Ou seja, Ícones são a forma mais básica de ancoragem destas tríades na realidade existencial. Aí, eles, naturalmente, deixam de ser meras possibilidades de ocorrência e passam a ter o caráter de Hipoícones, ou seja, de signos existentes marcados pela semelhança com o objeto.

Um site multicódigos sobre o ativismo global, por exemplo, pode construir semelhanças com o que ele busca representar, seja um vago sentimento de insatisfação com o sistema financeiro internacional, uma demonstração de rua ou mesmo um sofisticado conceito de fundo filosófico relativo à globalização. A semelhança pode se dar por diferentes articulações. O sentimento de insatisfação pode vir em um fundo sonoro qualitativamente desagradável, associado a um signo do sistema financeiro; a demonstração de rua pode ser representada por sons e imagens gravadas, cuja semelhança deriva de seu registro físico; e, finalmente, o conceito

pode aparecer em um texto numa diagramação que o qualifique frente a outros conceitos, por exemplo, como mais relevante. Em todos estes casos, o signo está degenerado, pois se aproxima de seu objeto por compartilhar, com ele, qualidades.

3.2. A tríade degenerada e a esfera do Objeto

Outros casos de degenerescência nascem da relação diádica entre o objeto, tal como é representado pelo signo, e a mente interpretadora. Quando o signo se relaciona com o objeto apenas no sentido de poderem vir a compartilhar alguma qualidade, é chamado Rema. Quando é um signo de existência concreta, em relação ao Interpretante, é chamado Dicente. Naturalmente, as díadas degeneradas anteriores se relacionam com esta última na medida em que também se situam nas esferas da primeiridade e da secundidade.

Assim, a idéia de degenerescência nos mostra que os processos sgnicos precisam se ancorar na realidade existente, que não só fundamenta suas relações com o objeto, mas também lhe fornece as condições existenciais de se poder chegar às interpretações. Daí a importância de tal esfera nos diversos processos comunicacionais, principalmente na medida em que lidam com representações da realidade, seja com fins artísticos, jornalísticos, políticos, etc. Em todos estes casos, estamos sempre envolvidos com Índices, relações icônicas, Remas e Dicentes, e tais relações só tendem a se disseminar com o desenvolvimento tecnológico e sua contínua invenção de suportes e códigos, que apelam cada vez mais para percepções sinestésicas, abrangendo não só palavras, mas imagens, sons, tatilidade e interatividade.

3.3. A tríade degenerada e a esfera dos Interpretantes

Um último caso de tríades degeneradas ocorre, segundo Peirce, nas relações diádicas entre signo e mente interpretadora. Aí se colocam os dois Interpretantes não genuínos, ou seja, o Dinâmico e o Emocional, casos em que a semiose não gera pensamentos e sim ações ou experiências, ou somente meras qualidades de sentimento. Nestes processos, as tríades genuínas cedem espaço para efeitos externos produzidos pelo signo sobre o intérprete. Como nas situ-

ações de degenerescência do Índice e do Ícone, e do Dicente e do Rema, estes Interpretantes são aqueles que, de fato, são operantes na esfera da existência.

No caso do site citado acima, tais efeitos externos do signo sobre o receptor não só são desejáveis como imprescindíveis para que a interpretação ocorra. A partir das relações signo/objeto degeneradas por meio de Índices e Ícones, tais como as já descritas, o intérprete pode se conectar com o site e interagir com pessoas, instituições e até mesmo diretamente com eventos que estejam ocorrendo ao redor do globo, inclusive em tempo real. Tais processos sógnicos podem gerar no receptor vagos sentimentos que podem ser associados à exclusão social ou o pertencer a um grupo, caso do Interpretante Emocional. Ou então, gerar efeitos de caráter existencial, como seria o caso do intérprete tomar conhecimento de uma nova opinião sobre a dívida dos países pobres, ou ser convencido a tomar uma posição mais ativa sobre isso a partir de um grupo de discussão, ou, ainda, ser levado a uma sensação de impotência frente à magnitude do problema. Em todos estes casos, estaríamos diante do Interpretante Dinâmico.

4. Os processos genuínos

Entretanto, quando o processo comunicacional pretende modificar crenças, hábitos do pensamento e comportamentos, como é o caso de sites dos ativistas globais, é necessário deixar a esfera dos signos degenerados e partir para os processos triádicos genuínos. Já vimos que o Índice e o Ícone, degenerados na relação entre signo e objeto, carecem da generalidade exigida para a significação, condição que só é preenchida pelo Símbolo. Se Índices e Ícones têm algum significado, isso só ocorre por sua articulação com processos nos quais existam Símbolos. Já que semioses sempre se dão a partir de ocorrências individuais, os Símbolos funcionam como regras gerais ou leis que governam o modo como Ícones e Índices operam. Assim, embora o significado tenha a natureza de uma lei, o Símbolo deve denotar um individual e dar significado a um caráter. O exemplo, nas duas instâncias, é de Peirce:

Um homem andando com uma criança aponta seu braço para cima e diz: ‘Lá está um balão’. O braço que aponta é parte essencial do Símbolo, sem o qual este último não conduziria informação. Mas se a criança perguntar, ‘O que é um balão?’, e o homem responder ‘É algo parecido com uma grande bolha de sabão’, ele torna a imagem parte do Símbolo (Peirce, 2:293).

Além disso, num processo genuíno, a tríade não se degenera na relação diádica entre o objeto, tal como o signo o representa, e a mente interpretante, seja como Dicente ou Rema, porque o objeto também é da natureza de um pensamento, ou seja, tem caráter sógnico e se constitui como Argumento. Já em relação aos Interpretantes, o único genuíno é o Lógico, ou Final, o qual, em lugar das ações ou experiências, do Dinâmico, e das meras qualidades de sentimento, do Imediato, também é de natureza sógnica. Sua origem deve ser, como vimos, um signo também necessariamente genuíno, ou seja, um Símbolo, que vai gerar um efeito da mesma natureza e, por ser assim, é o único capaz de alterar crenças ou hábitos do pensamento.

Portanto, a tríade genuína implica no signo ser um Símbolo, o objeto ser também de natureza sógnica, como um Argumento, e o Interpretante tem de ser Lógico. Ou seja, num site sobre ativismo global, os aspectos multimídia só poderão contribuir para mudanças de crenças e hábitos mentais na medida em que conseguirem atingir esta condição de signos convencionais e compartilhados. O verbal já é caracteristicamente convencional, porém as imagens e sons e, mais importante, o hibridismo entre todos estes códigos não pode ficar apenas no nível empírico, mas deve significar no seu sentido mais estrito, ou seja, representar o objeto por convenção. Como se daria, contudo, este processo?

Este é, portanto, um dos pontos principais da pesquisa que venho desenvolvendo e para o qual não tenho, ainda, respostas prontas. Será necessário aliar os esforços das investigações bibliográficas com aquelas de campo, no sentido de se obter dados novos que tragam avanços sobre o tema. A partir deste trabalho, contudo, alterou-se a compreensão do problema apontado no início. Na realidade, não há contradição entre os impactos da linguagem hipermídia e o signo genuíno.

Embora estes desenvolvimentos possam, à primeira vista, ter relações com processos degenerados, tendo em vista sua aproximação com o objeto em termos empíricos, os novos suportes também parecem permitir a construção de tríades genuínas.

Nota

* Comunicação apresentada no XXV Congresso da Intercom (Salvador - Bahia), em 2002.

Referências bibliográficas

BUCZYNSKA-GAREWICZ, Hanna (1971). The Degenerate Sign. In: *Semiosis*, 13. Stuttgart.

PEIRCE, Charles Sanders (1931-1958). *Collected Papers*. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press (citações traduzidas pelo autor).

Resumo

Este trabalho analisa uma aparente limitação das produções multicódigos em termos de sua efetividade, tendo em vista o conceito de signo genuíno de Peirce. Observa-se, por um lado, o contínuo aperfeiçoamento de meios e processos de forma a ampliar a capacidade dos processos sógnicos, tanto no sentido de reproduzir qualidades, quanto no de estabelecer conexões existenciais com seus objetos, principalmente na esfera da Hipermídia. Contudo, Peirce defende que tais relações podem gerar semioses “degeneradas”, e, daí, não constituírem o caminho mais adequado para que seus produtores consigam, efetivamente, atuar sobre hábitos mentais de seus receptores e, eventualmente, até alterá-los.

Palavras-chave

Multicódigos; Hipermídia; Semiótica.

Abstract

The aim of this paper is to analyze an apparent limitation of multicode productions in terms of its effectiveness, accordingly to Peirce's concept of genuine sign. We may observe the development of the media and their processes as a factor of enhancing sign capacities, not only for purposes of reproducing qualities, but also for establishing existential links with their objects, mainly in hypermedia area. However, Peirce considers that such relations may generate degenerate semiosis. So, they may consist an inappropriate way of acting upon someone's mental habits and, eventually, change them.

Key-words

Multicode languages; Hypermedia; Semiotics.

Política e polêmicas lingüísticas na casa dos imortais

Ângela Maria Arêas Oliveira

Sabemos que todas as vezes que, para além dos estudos descritivos, a língua se torna objeto de discussão, o que está em jogo é a questão das identidades culturais por um lado e questão da história, por outro. No âmbito de um território delimitado, a língua se torna um campo de debates quando interesses diversos de comunidades, etnias entram em confronto, assim como se torna objeto de polêmica também quando grupos maiores, como os configurados pelas nações, sentem-se ameaçados por forças que lhes são externas.

No Ocidente moderno, é impossível pensar a questão da língua sem considerar a instituição da escrita. É, sobretudo, a partir da prática escriturística que se estabelecem normas, definem-se “usos” tidos como padrão. O domínio da escrita, na modernidade, associou-se ao poder de atribuição de sentido e de construção de identidades. Não é à-toa que um dos critérios utilizados, no século XIX, para que um povo fosse reconhecido como nação era a existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito, como nos mostrou Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo*. O historiador reconhece que a existência de uma língua vernácula acabou por constituir-se numa base indispensável para a criação da consciência nacional e, onde ela existisse, facilitaria essa criação.

De um modo geral, na Europa, o Estado conseguiu impor uma cultura e uma língua, desenvolvendo um sentimento de patriotismo entre seus cidadãos, como se deu na França. O Estado, assim, criou a nação não só para defender sua legitimidade, mas também porque é sempre mais fácil governar se se consegue formar um senso de comunidade entre as pessoas governadas, dando origem à existência de outros laços que não o meramente político.

No caso dos países colonizados, como o Brasil, cujas origens se basearam em mecanismos de estado originalmente estabelecidos pelas sociedades colonizadoras, que não levaram em conta as unidades culturais que os incluíam, o nacionalismo desempenhou, então, de forma geral, um papel importante no incentivo a movimentos sociais, estimulando a transição para a condição de Estados independentes. A língua passou, nessa medida, a ocupar um espaço específico e adquirir papel relevante no tocante à construção de uma nacionalidade, a despeito de ter sido herdada do colonizador. O Brasil independente era, ainda, um “país” de europeus sem ancestrais, sem raízes históricas e culturais e, para construir uma nação moderna brasileira, seria preciso criar uma proto-história que justificasse a sua existência, e “igualmente trabalhar com a idéia de ruptura em relação a Portugal de modo a consolidar a emancipação política ocorrida há pouco tempo” (Figueiredo, 2001: 76).

Na luta pela construção do sentimento de nacionalidade, o que pressupõe, evidentemente, a luta pela existência de uma nação, desenvolveram-se sempre, no Brasil, duas frentes de luta no que diz respeito ao poder de atribuição de sentido. Uma que se realiza no espaço intranacional – ou seja, resultado das tensões entre uma classe dominante que se “apoderou” da língua e as vozes silenciadas que, muitas vezes, não atingiram sequer o mundo da escrita. E outra que diz respeito às tensões entre uma língua nacional a as línguas dos países hegemônicos, que definem as tendências constitutivas da cultura contemporânea. E é a partir desses espaços polêmicos, principalmente, que a questão da língua nacional irá se estabelecer como ponto crucial na construção de uma identidade para a nação brasileira.

Sabemos que, por exemplo, no século XIX, para José de Alencar, que escrevia para constituir uma literatura que desse fundamento cultural a nossa jovem nação, o que estava em jogo era fazer um contraponto com o discurso do colonizador. Caberia à intelectualidade, à elite branca, tomar para si o direito de construir “discursivamente” o país. Inspirado pela

temática nacionalista dos românticos, o escritor chega a “pleitear uma “língua brasileira”, com léxico, sintaxe e ortoepia próprios” (Mariani & Souza, 1996: 85).

Já nos inícios de 1900, com a República e com o Estado brasileiro já agora mais decididamente configurado, a questão da língua brasileira irá encontrar, no próprio Estado, a garantia da nossa diferença em relação a Portugal. “Língua e Estado se conjugam em sua fundação” (Orlandi, 2001: 13). Assim, surge a Academia Brasileira de Letras, firmam-se acordos ortográficos, criam-se faculdades.

Neste nosso trabalho, pretendemos, mais precisamente, pôr em foco o espaço discursivo polêmico que formou e se formou na ABL na virada do século XIX ao XX, tomando como *corpus* o livro de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, *A dança das cadeiras – Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Entendemos que o jovem historiador, de arguta curiosidade, realiza exaustiva pesquisa sobre essa fase da Academia, recuperando, com maestria, os bastidores da história cultural brasileira. Ao se fixar na idade heróica da ABL, João Paulo revela-nos “como os primeiros acadêmicos foram retoricamente eficazes na auto-edificação de uma visão mitológica da Arte Literária e da Língua Nacional”, no dizer de Francisco Foot Hardman em seu prefácio ao livro (Rodrigues, 2001:12).

Considerando que o autor pretendeu mostrar em sua pesquisa o quão políticos eram os literatos da virada do século, mesmo quando se imaginavam livres do perigo representado pelo engajamento, e que, para alcançar este fim, seria necessário desvendar a prática e o discurso dos acadêmicos, percebemos ser o trabalho de João Paulo um rico material para, numa abordagem discursiva, entendermos que os sentidos sobre a língua produzidos pela Academia resultavam dos sentidos que este sujeito atribuía ao país, assim como, nessa relação, faziam significar este mesmo sujeito, conferindo-lhe uma identidade.

É por isso que a Casa de Machado de Assis é de relevante importância naquele contexto histórico. A nova instituição literária produziu, para a sua fundação, sobre os alicerces de um discurso que se pretendia despolitizado, um gesto de sentido ancorado no distanciamento e na neutralidade, colocando-se, assim, acima de tudo aquilo que os literatos entendiam contribuir para a decadência moral da nação, isto é, da politicagem, da corrupção, dos interesses mesquinhos e estreitos e dá má administração dos recursos públicos. Revela-nos João Paulo Rodrigues o seguinte:

Os literatos que escreveram a respeito nos jornais eram unânimes: os conflitos existentes na vida pública desapareceriam quando se tratasse de uma Academia de Letras, onde, por sua natureza, os literatos se restringiriam ao culto da arte, irmanados por um sentimento patriótico acima das contingências do momento, ou seja, haveria algo em comum, uma identidade que estava acima das lutas políticas: o desejo de progresso intelectual, o cuidado com a língua portuguesa e o respeito por nossa tradição literária¹.

Na verdade, no panorama de debates que se estabeleceram sobre a criação de uma academia de letras, para a qual os literatos tentavam conferir um sentido apolítico, na medida em que o projeto se colocava no terreno neutro do amor à arte e à pátria, sentidos outros, marcados pela negatividade, reclamavam o seu lugar de significação, atribuindo aos futuros acadêmicos uma identidade exatamente oposta a que pretendiam. Como defendiam uma academia neutra, já que a política era uma entidade amaldiçoada da qual eles queriam se ver livres, reverbera, por outro lado, o sentido de que, na vida republicana, havia algo ruim de que se distanciar. Além disso, o discurso patriótico servia apenas para camuflar um jogo de interesses menos elevado, posto que, de fato, ambicionavam o sustento financeiro e a chancela do Estado, oferecendo em troca o reconhecimento público aos governantes de plantão; pediam, portanto, ajuda oficial para se definirem como à parte da influência da vida parlamentar e partidária.

O decreto de fundação da ABL não foi jamais assinado e ela teria de surgir de forma realmente independente, o que veio a acontecer em 20 de julho de 1897. Debaixo de uma bem polida retórica, é possível ver, desde então, exatamente naquilo que os discursos dos acadêmicos silenciavam o quanto estavam presentes os sentidos contraditórios e ambíguos que levaram à sua fundação, ou seja, o quanto a história política e literária recente do Brasil significavam, compondo uma realidade com a qual dialogavam constantemente. Em seu discurso de posse como presidente da Academia, Machado de Assis lembra a seus pares o que seria o projeto inicial da instituição quando diz: “... Iniciada por um moço {Lúcio de Mendonça}, aceita e completada por moços, a Academia nasce com alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária...” (Rodrigues, 2001: 59).

Em outro discurso, proferido em 7 de dezembro de 1897, o escritor bate na mesma tecla ao reafirmar a vocação daquela de “casa literária”: “... Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora...” (Rodrigues, 2001: 66).

Embora não compartilhasse da postura de muitos dos literatos que, mesmo desiludidos com a vida pública do país, ainda imaginavam que deveria caber aos homens letrados e de cultura superior a definição dos rumos da nação para a almejada civilização, Machado reafirma o que já apontara em seu discurso fundador: “... Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure...” (Rodrigues, 2001: 59). E essa tradição seria, então, preservada e legitimada não só pelos Estatutos da ABL onde se podia ler que a nova casa teria por “fim a cultura da língua e da literatura nacional” (Rodrigues, 2001: 67), mas também pela proposta de realização de dois trabalhos: um dicionário bibliográfico dos literatos nacionais, desde os primórdios da literatura colonial até aquela época, e um vocabulário crítico dos chamados “brasileirismos” da língua portuguesa.

Mesmo não sendo idéia estritamente sua, Machado de Assis vê, nesses projetos, principalmente em relação ao do idioma, a forma de destacar o que era genuinamente brasileiro. No próprio discurso de sete de dezembro, o escritor prega um cultivo dinâmico da língua e, a exemplo da Academia Francesa, impulsiona um projeto estritamente literário, como se pode observar no trecho: “... E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas.” (Rodrigues, 2001: 68).

O que fica apagado em seu discurso é que o projeto proposto é também um gesto político.

Também o abolicionista e fundador da Academia, Joaquim Nabuco, advogava a mesma causa de Machado, defendendo uma postura de tolerância entre os intelectuais ao se revelar bastante compreensivo com a existência de grandes divisões políticas e estéticas entre seus colegas de letras. Naquela tarde de 20 de julho de 1897, Nabuco declarava: “... mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata” (Rodrigues, 2001: 76).

Nas cerimônias de posse dos futuros imortais, “o caminho encontrado por quase todos os discursantes era o de teorizar sobre a poesia, a prosa, a oratória – enfim, o que muitos chamavam de Arte (com “A” maiúsculo, mesmo) – e a história nacional.” (Rodrigues, 2001: 89). Como bem aponta João Paulo, tratava-se de “política nas letras” e não política das letras - acréscimo nosso.

A questão da “língua portuguesa” estava, assim, ligada à construção de uma identidade nacional brasileira e o discurso polêmico sobre a língua e a literatura, na ABL, era muito mais uma discussão política para a afirmação de uma unidade literária capaz de definir os rumos da nação para a “almejada civilização” do que um posicionamento neutro e despolitizado como os acadêmicos pretendiam nos fazer crer.

O projeto da reforma ortográfica surge, portanto, pelo mesmo gesto de sentido expresso na recusa em denominar a atuação dos acadêmicos como ação política. Imbuídos da idéia de que caberia aos membros da Academia o cultivo da literatura brasileira, a eles também caberia zelar pela pureza e correção do idioma – instrumento básico da atividade de todos -, reservando, pois, para si, “a definição última de como tal ferramenta poderia ou não ser apropriada pela sociedade”.(Rodrigues, 2001: 181-182).

Proposta pela primeira vez por Medeiros de Albuquerque em 1901 e discutida pela Academia entre os anos de 1907 e 1913, o palpitante assunto da reforma ortográfica constituiu-se no primeiro trabalho coletivo de monta e de conseqüências práticas da ABL, instaurando um espaço discursivo polêmico em torno da questão de se devíamos ou não simplificar a ortografia no Brasil. O assunto causou enorme repercussão na imprensa no ano de 1907, o que pode ser averiguado pela grande quantidade de charges e de colunas humorísticas que ridicularizavam as alterações propostas pelo projeto, ainda que os acadêmicos tenham ressaltado que a reforma serviria apenas para uniformizar a ortografia de suas publicações.

Seria exaustivo, aqui, descrever os acalorados e numerosos debates que se travaram na e fora da Academia sobre a questão da nossa ortografia, nem é a isso a que este trabalho se propõe. O que mais precisamente desejamos destacar é que os reformistas e seus simpatizantes não só se atribuíam o papel de detentores dos rumos das letras e da cultura brasileira, como também acreditavam que a língua era parte central de nossa identidade como nação.

Eles acreditavam ter a ferramenta que desvendaria os fundamentos da nação e a capacidade de corrigir nossas falhas. No novo contexto em que a ABL surgiu, eles começaram a recuar. Ficaram com a defesa do panteão cultural, com a chancela das novas glórias literárias e com a defesa de nosso idioma. Ressentidos com a República que os espinafrrara, arrogaram-se novamente ares superiores, só que desta feita por ficarem com a pureza da arte.

E a língua? Esta lhes dava, ainda, a posse de nossa identidade nacional. E os identificava como aqueles que, sem a necessidade da política, definiam se tínhamos ou não o necessário para sermos civilizados. O idioma expressava nosso apenas tênue liame com as nações cultas².

Acusado de foneticista, Medeiros de Albuquerque, argumentando que reinava a desordem no nosso idioma, atacava fortemente a adoção do critério etimológico na reforma e propunha uma simplificação pura e simplesmente, pois a língua não fora feita para os eruditos e sim para o povo. Argumentava, ainda, que se o castelhano, mais antigo e com maior tradição, fora reformado, por que não o português?

Contrário à posição de Medeiros e “intransigente defensor” do princípio etimológico, Salvador de Mendonça, em seu contraprojeto, alegava que o português era uma língua latina e sua ortografia deveria seguir esta única fonte. Na verdade, Mendonça também concebia a língua como afirmação da nacionalidade. A diferença residia no fato de possuir uma visão para além das questões nacionais, qual seja a de que, em uma época de imperialismo europeu, um “socialismo democrático” poderia dominar o mundo e, dessa feita, mudar as instituições e, nesse caso, somente a língua manteria a identidade nacional. Para ele, a proposta de Medeiros viria a criar um português do Brasil e um de Portugal. Nesse sentido, inclusive, cabe destacar a figura do gramático português Gonçalves Viana que via, na reforma da ABL, uma simplificação historicamente falsa e não condizente com a pronúncia de Portugal. Este e tantos outros exemplos poderiam ser dados para mostrar que também se estabeleceu um lugar discursivo polêmico com o país de Trás-os-Montes, lembrando aquela frente de luta do século XIX na qual se viu envolvido José de Alencar em sua tentativa de “construir um espaço dizível para a língua brasileira”. (Pfeiffer, 2001: 175).

As duas correntes a que acima nos referimos ilustram bem como o modelo acadêmico e a ideologia da despolitização eram desmentidos o tempo todo. Podemos, ainda, perceber que, nesses primeiros anos de trabalho da Academia de Letras, o discurso acadêmico sobre a questão da ortografia “expressava uma vontade pela verdade na medida em que lhe conferia cientificidade e autoridade. O teor das regras passa pelo jogo de verdadeiro ou falso, refletindo a disputa daqueles que se julgam os ‘donos da verdade’”. (Mariani & Souza, 1996: 90).

O fracasso da reforma ortográfica, como afirma João Paulo, deveu-se, em grande medida, à soberba da Academia. E, até hoje, nos vemos envolvidos com a questão ortográfica e também com novas comissões compostas por portugueses e representantes dos países lusófonos da África, porém este novo projeto de unificação parece estar hibernando. Mas esta também já é uma outra história, ou não?

Notas

1. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. In: *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001, p.45
2. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. In: *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001, pp. 229-230

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. 9ª ed. Coleção Temas de Todo Tempo – 13. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- _____. *Uma política do idioma*. 5ª ed. Coleção Diagrama – 3. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. In: José de Alencar e o projeto de criação do imaginário nacional. VALDÉS, Mario J. e KADIR, Djelal. *Latin American Literatures: comparative history of cultural formations*. Vol. 3. Nova York: Oxford University Press, 2001.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARIANI, Bethania & SOUZA, Tânia C.C. de. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. (org.). *Discurso fundador*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo; Cortez, 2002.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polémicas do século XIX / XX. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001.

Resumo

Este artigo pretende analisar a ação política dos acadêmicos e as polêmicas lingüísticas que se instauraram na Academia Brasileira de Letras na virada do século XIX ao XX, tendo em vista a questão da “língua portuguesa” associada à questão da construção de uma identidade nacional brasileira. Nesse sentido, o palpitante assunto da reforma ortográfica serviu de palco a calorosos debates na e fora da Academia, onde os reformistas e simpatizantes não só se atribuíam o papel de detentores dos rumos das letras e da cultura brasileira, como também acreditavam que a língua era parte central de nossa identidade como nação.

Palavras-chave

Política, Polêmicas lingüísticas, Língua Nacional, Academia, Cultura brasileira, Identidade, Nação, Nacionalismo

Abstract

This article intends to analyse the political actions of academicians and the polemics concerning linguistic issues that started into the Brazilian Academy of Letters at the turn of the XIX to XX century, about the “Portuguese language” associated to the process of brazilian culture and national identity building. The situation of orthographic reform has provoked a heated debate in and out of the Brazilian Academy of Letters, where reformers and followers having assumed the role of detainers of the brazilian literature and culture course, as much as they believed that language was the turning point of our identity as a nation.

Key-words

Politic, Linguistic polemics, National Language, Academia, Brazilian culture, Identity, Nation, Nationalism

O consumo verde no Brasil: uma investigação psicossocial e rizomática*

Fred Tavares

Marta de Azevedo Irving

**Mais do que nunca a natureza não
pode ser separada da cultura e precisamos
aprender a pensar “transversalmente” as
interações entre ecossistemas, mecosfera e
universo de referências sociais e universais.**

Félix Guattari

**O indivíduo tornou-se um centro decisório
permanente, um sujeito aberto e móvel
através do caleidoscópio da mercadoria.**

Gilles Lipovetsky

O verde é negócio.

Hans Jöhr

Considerações iniciais

A sociedade¹ contemporânea, através do olhar da temática ambiental, vem passando por mudanças significativas nesses últimos anos. Influenciadas pelo paradigma da sustentabilidade, diversas nações estão engajadas nesse processo, sobretudo a rede de atores sociais, no sentido das conexões proposto por Capra (2003), em cuja interface se apresentam a mídia, as empresas, as ONGs, o poder público e a sociedade civil como participantes na elaboração e no agenciamento mútuo de ações voltadas às questões ambientais, tanto no papel de desenvolvimento, criação e controle, quanto na idéia de produção do consumo como estratégia de biopoder (Hardt e Negri, 2001).

Nesse contexto, novas tendências econômicas, sociais, políticas e culturais emergem; os paradigmas mudam em toda amplitude do conhecimento e, a partir desse cenário, o homem contemporâneo começa a perceber os riscos dos modelos de desenvolvimento vigentes, bem como sua responsabilidade para o bem-estar global das gerações futuras, incluindo, entre as suas preocupações, a conservação do meio ambiente, sobretudo dos recursos naturais não-renováveis.

Sendo assim, as questões ambientais ganham uma dimensão espetacular que transcende os limites de cada nação. Suas conseqüências não podem mais ser pensadas como fatos isolados. Segundo Michael Hardt e Antonio Negri (2001), vivemos a era da sociedade mundial de controle² na qual a rede de atores sociais³ tem papel preponderante de vigilância e denúncia das ações contra o meio ambiente. Os organismos não-governamentais, a mídia, o poder público e a sociedade civil vêm exigindo uma postura de maior compromisso ambiental das empresas, que, por sua vez, por meio do sistema integrado de gestão ambiental⁴, estão mais atentas a esses movimentos e aos desdobramentos gerados por esse cenário, e, começam, no Brasil, a trabalhar dentro de uma nova realidade econômica e estratégica, através da mudança de mentalidade para uma cultura empresarial com responsabilidade ambiental (Callenbach, 1993).

A pista para compreender essa aglutinação entre os diferentes atores sociais, sobretudo com a preocupação do capital corporativo em adaptar-se a esse novo contexto mercadológico, é o desenvolvimento sustentável.

Em *O bom negócio da sustentabilidade*, Fernando Almeida destaca a importância do envolvimento dos atores sociais na construção do processo do desenvolvimento sustentável: “No novo mundo tripolar, o paradigma é o da integração de economia, ambiente e sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos básicos: empresários, governo e sociedade civil organizada” (Almeida, 2002:23).

E é através dessa rede de atores sociais, integrando interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais, que o conceito de desenvolvimento sustentável desenvolveu-se, tornando-se uma questão estratégica mundial para a sociedade contemporânea e influenciando o seu comportamento de consumo.

Destarte, o fenômeno do consumo de produtos⁵ e marcas verdes no Brasil pode ser observado através desse rizoma (Deleuze e Guattari, 1995), que engloba, igualmente, uma multiplicidade de vetores e movimentos

psicossociais, tendo o capitalismo mundial integrado (Guattari e Rolnik, 2000) um papel estratégico de articulação política na sociedade de controle, considerada também como a sociedade de consumo, através do olhar da modernidade líquida, segundo Bauman (2001).

A seguir, a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sociedade de controle, serão apresentadas as idéias de consumo verde, biopoder, rizoma, capitalismo mundial integrado e modernidade líquida, enfatizando-se, inclusive, os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais bem como a rede de atores envolvidos, sob a ótica da reflexão da sustentabilidade, com intuito de compreender a dinâmica do fenômeno do consumo verde no Brasil.

Assim, percorrendo os passos de Deleuze e Guattari (1992), deve-se ir ao encontro de uma filosofia que não obedeça à lei e à razão, mas sim, à perversão com a finalidade de percorrer o não-pensado no pensamento.

Desenvolvimento insustentável?

Para entender melhor a estratégia do desenvolvimento sustentável, é preciso recorrer a um olhar na história recente, a fim de que se possa compreender a magnitude do que seja o seu tema.

A expressão “desenvolvimento sustentável” emerge na questão central de um questionamento: como conciliar desenvolvimento e conservação do meio ambiente? Esse tema se desdobra com maior intensidade a partir da Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, que apresentava a idéia que desenvolvimento e conservação ambiental não eram temas incompatíveis. A partir de então, surge um crescente movimento em torno de compatibilizar e racionalizar interesses sociais e ambientais e recursos econômicos, respectivamente, em prol do futuro e do bem-estar da humanidade.

Do velho modelo cartesiano economia vs. ecologia para um novo paradigma: o desenvolvimento sustentável, que traz a proposição de uma completa integração que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades, envolvendo muitos atores em uma rede social na condução do processo, aglutinando interesses e diferenças, uma diversidade política, econômica, cultural e social em benefício da conservação ambiental e do próprio homem.

Para começar a construir o conceito de desenvolvimento sustentável, e a noção de capital ambiental, eis que é criada a Comissão Brundtland, que

é composta por 21 pessoas, entre políticos, diplomatas e cientistas dos seguintes países: Alemanha (então República Federal da Alemanha), Arábia Saudita, Argélia, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Costa do Marfim, Estados Unidos, Guiana, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Iugoslávia, Japão, Nigéria, Noruega, Sudão, Zimbábue e da então União Soviética. Para fazer seu trabalho, os membros da Comissão recorreram às contribuições de milhares de pessoas em todo o mundo (Almeida, 2002).

Com a formação da Comissão Brundtland, presidida pela ex-primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, formaliza-se, então, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, em dezembro de 1983, para estudar e propor uma agenda global, a fim de estudar os problemas associados ao modelo vigente de desenvolvimento. O trabalho dessa comissão fez por recomendar à Assembleia Geral da ONU a convocação para a II Conferência Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, mais tarde, seria realizada no Brasil, intitulada Rio-92, com a missão de estabelecer uma agenda de cooperação internacional, a Agenda 21, para pôr em prática, ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável no planeta (Nosso futuro comum, 1991).

Contudo, na Rio-92, a participação das empresas foi reativa. No máximo se submetendo aos controles estabelecidos pelo poder público. A temática ambiental, vista na melhor das hipóteses como um mal necessário, só começou a mobilizar as empresas quando a imagem corporativa ficava ameaçada pela exposição pública negativa, tanto pela mídia quanto pelas ONGs.

As empresas mais pressionadas pela opinião pública buscavam tomar “banhos de verde”. Recorriam às pressas à ajuda de especialistas em marketing, na tentativa de mudar a imagem comprometida por décadas, às vezes séculos, de descaso ambiental. Faltava às empresas formular seu papel no mundo da sustentabilidade (Almeida, 2002:57).

Ainda assim, tudo indica que a responsabilidade ambiental empresarial só progrediu, a partir da Rio-92, levando, finalmente, as empresas a despertarem para a problemática do meio ambiente em suas tomadas de decisões, ainda que esse processo tenha sido lento e não linear.

A partir do foco na responsabilidade ambiental, surgem novos paradigmas: sistema de gestão ambiental, ISO 14000, Eco-eficiência, Agenda 21, políticas ambientais mais focalizadas, responsabilidade social verde, marcas, serviços e produtos verdes ou ecologicamente corretos, entre outras questões, são preocupações que, nos dias de hoje, fazem parte da agenda estratégica das corporações para este novo século. As empresas reconhecem o seu papel social e a importância de desenvolver programas e ações ambientais, mas sabem que a imagem corporativa tem papel fundamental e crescente na decisão de compra dos consumidores, envolvendo não só a qualidade dos seus produtos e processos como também o esforço de comunicação e, principalmente, através de uma estratégia verde⁶, capaz de diferenciar as suas marcas corporativas na percepção do mercado, expandindo, assim, o seu brand equity ⁷.

Flertando com Wolfgang Haugh, essa conscientização ambiental empresarial parece emergir para um forte propósito, ou seja, o meio ambiente está sendo tratado, também, como mais uma mercadoria⁸, esteticizado⁹ sob a estratégia de uma “política mundial verde” para a produção de mais lucro, além de servir ao domínio supranacional corporativo.

A filosofia deleuziana do paradigma da sociedade de controle explica, em parte, a concepção de meio ambiente travestido em um produto cujo valor reside na idéia de ser mais uma poderosa marca¹⁰ com a capacidade de se adaptar através de redes flexíveis e moduláveis no consumo pós-moderno. Ou, trilhando os passos de Antonio Negri e Michael Hardt, segundo a perspectiva do consumo verde, o meio ambiente é a mais nova estratégia de Biopoder na ordem mundial de controle.

Na sociedade de controle, ou pós-moderna¹¹, conforme Deleuze (1992), o capitalismo global é rizomático, atravessando todos os espaços, de forma a obliterar a diferença entre público e privado. Agindo como uma serpente¹² de produção social, política e econômica dentro da esfera do Biopoder¹³, o consumo verde, através da lógica de uma marca comercial, torna-se mais um dispositivo de controle na contemporaneidade.

Para melhor compreensão do paradigma de sociedade de controle, como foco de análise ao entendimento do consumo na contemporaneidade e sua interface com o mercado de produtos e marcas verdes, será aprofundado o seu conceito a seguir.

Por dentro da sociedade de controle

Para refletir o conceito de sociedade de controle com a finalidade de estabelecer as necessárias reflexões acerca do seu tema, através do objeto aqui estudado, é de suma importância estabelecer um olhar genealógico da formação da sociedade, a partir da noção de sociedade disciplinar. Isto porque, o termo sociedade de controle situado por Gilles Deleuze (1992) para designar a sociedade contemporânea, é uma sucessão à sociedade disciplinar, sendo esta descrita por Michel Foucault (1997) como o modelo societal compreendido entre os séculos XVIII e XIX, atingindo o seu apogeu no século XX.

Destarte, a sociedade disciplinar representa a noção de um pensamento iluminista e ontológico, no qual os conceitos de “verdade”, “razão”, “sujeito” e “totalidade” fazem parte do pensamento da modernidade, para marcar-se e inscrever-se através das abordagens de unidade, integralidade, estaticidade e fixidez. Esses valores metafísicos representam um modelo teórico dialético, que, entre outras questões, definem claramente as separações entre os conceitos de natureza e cultura, homem e artifício, humano e não-humano, por exemplo. Ou seja, pressupõe as idéias da espacialidade, cuja lógica está baseada na diferença dos espaços, na divisão do “dentro” e do “fora”, na separação e domesticação dos corpos, nas idéias do sujeito ao confinamento e espaço fechado. O pensamento filosófico disciplinar implica em estratégias para moldar o indivíduo à condição de massa. Isto é, uma sociedade padronizada, panoptizada, maniqueísta e massificada por aparelhos panóptico-ideológicos como o Estado, a família, o trabalho, a escola e, principalmente, a mídia.

Na sociedade de controle, que é concebida segundo um olhar pós-moderno como uma sociedade de consumo (Tavares, 2004), tem-se uma perspectiva rizomática (Deleuze e Guattari, 1995), ou seja, de um agenciamento (e um atravessamento) através da multiplicidade de sentidos, valores, conceitos e conhecimentos. A sociedade contemporânea se constrói através de uma moldagem auto-deformante em mudança permanente, cujas malhas, processos, vetores e redes estão em contínua transformação e desconstrução (Hardt in Alliez, 2000). Tudo e todos estão se produzindo e se controlando.

A partir do controle, e do seu movimento sinóptico (Bauman, 1999), observa-se uma sociedade fluída, mutável, onde as marcas e os produtos

verdes devem ser pensados através da estratégia de produção como um Biopoder (Hardt e Negri, 2001), que inscreve o consumo como fenômeno de inclusão na lógica de um império, onde não há mais a separação entre o que está “dentro” ou “fora”, segundo Hardt e Negri.

O consumo na modernidade líquida

Se a sociedade de controle é o perfil da sociedade contemporânea, pode-se dizer que a “Nossa sociedade é uma sociedade de consumo”. Com este aforismo, Bauman (1999) retrata a contemporaneidade global descrita como uma modernidade líquida (Bauman, 2001), na qual o ato de consumir é o passaporte para pertencer a um contexto social e ter assegurado o direito ao reconhecimento.

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (Bauman, 1999:88)

Em *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais de globalização*, Canclini complementa, afirmando que o consumo é uma ordenação política e social: “É neste jogo entre desejos e estruturas que as mercadorias e o consumo servem também para ordenar politicamente cada sociedade. O consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (Canclini, 1999:83).

Ser cidadão é portar a identidade de consumidor. Na axiologia pós-moderna, o consumo se configura como a própria existencialidade. Ou seja, o homem vive para poder desejar consumir. É a morte do ser humano e o nascimento do “ter” humano (Tavares, 2004).

O consumidor busca produzir sua subjetividade, através da política da não realização do desejo, perpetuando a própria insatisfação, já que “o desejo não deseja satisfação. Ao contrário, o desejo deseja o desejo” (Bauman, 1999:91). A concretude do desejo (thanatos) faz por dissipar a vida (eros).

O consumo deve ser efêmero e volátil (Lipovetsky, 2002), em um estado líquido, através do espelho binômico de uma infinita e ininterrupta sedução-desejo. Sendo essa subjetividade, no sentido ecosófico (Guattari, 1991), produzida por agenciamentos de enunciação, ou seja, baseada em produção de sentido, de discurso, de eficiência semiótica, como, por exem-

plo, sistemas sociais, econômicos, ecológicos, de mídia, de imagens e de desejos (Guattari e Rolnik, 2000:30-31).

O pensamento de Bauman é igualmente esclarecedor para confirmar esse olhar:

Para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação.

(..) É dito com frequência que o mercado de consumo seduz os consumidores. Mas para fazê-lo ele precisa de consumidores que queiram ser seduzidos.

Numa sociedade de consumo que funcione de forma adequada os consumidores buscam com todo empenho ser seduzidos. (Bauman, 1999:91-92)

O consumidor é uma subjetividade em movimento; uma subjetividade móvel: “Há também a inquietude, a mania de mudanças constantes, de movimento, de diversidade – ficar sentado, parado, é a morte... O consumismo é assim o análogo social da psicopatologia da depressão, com seus sintomas gêmeos em choque: o nervosismo e a insônia” (Bauman, 1999:91).

Agir assim é uma compulsão, um must para os consumidores. Na cultura do consumo, não se pode erradicar o desejo.

Se por um lado Freud diz que o homem é um ser incompleto, que fantasia e tem desejos e, assim sendo, precisa consumir para ser satisfeito, por outro, ele não é feliz, porque deseja, e só será feliz, totalmente, quando não mais desejar o consumo e o desejo de consumir, segundo Schopenhauer (Távares, 2001:112).

Mas nem todos podem aspirar ao desejo de consumo. Os consumidores são os turistas. Os vagabundos são os sem-consumo, assim re-trata Bauman para conceituar as diferenças entre mobilidade e imobilidade de consumo.

Mas seu crime é apenas desejar ser como os turistas... sem ter os meios de realizar os seus desejos como os turistas. Mas se os turistas os acham detestáveis, vergonhosos e ofensivos, mostrando-se incomodados com sua companhia indesejada, é por razões mais profundas que o tão badalado “custo público” de manter os vagabundos vivos. Os turistas têm horror dos vagabundos pela mesmíssima razão que os vagabundos encaram os turistas como gurus e ídolos: na sociedade dos viajantes, na sociedade viajante, o turismo e a vagabundagem são as duas faces da mesma moeda. O vagabundo, repito, é o alter ego do turista (Bauman, 1999:104-105).

Na metáfora dos turistas e vagabundos, tendo como pano de fundo a globalização, Bauman explora as diferenças entre essas duas classes. E afirma que “tanto o turista como o vagabundo foram transformados em consumidores, mas o vagabundo é um consumidor frustrado” (Bauman, 1999:104).

A sociedade global é marcada por profundas diferenças estruturais. Os pobres, os desvalidos são os vagabundos; imóveis, fixos, locais e confinados a uma subjetividade estaticamente perversa, guetificados na modernidade foucaultiana da sociedade disciplinar (Foucault, 1987). Enquanto os “consumidores” são os turistas; móveis, globais, transterritoriais e libertos em uma subjetividade fragmentária de alta mobilidade; os “viajantes” que têm passaporte para a sociedade de controle deleuziana (Hardt in Alliez, 2000). “Sinal verde para os turistas. Sinal vermelho para os vagabundos”, assim afirma, laconicamente, Bauman (1999).

Os turistas consomem, existem. Os vagabundos não passam de uma sombra maldita, que precisa “existir” para a produção de mais consumo.

Ao focalizar as premissas filosóficas de Bauman, pode-se situar que a pós-modernidade é a matriz para explicar, em parte, o fenômeno desse consumo no Brasil. Para Bauman, “o consumidor é uma pessoa em movimento e fadada a se mover sempre” (Bauman, 1999:93). Se a globalização arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil, em um estado de atrações e seduções que não podem parar, pode-se supor que até a subjetividade do consumidor – um sujeito psicossocial cuja identidade é uma celebração móvel tecida, formada e transformada em contato com os sistemas sociais e culturais¹⁴ –, como, inclusive, tendo autonomia, liberdade e poder, está influenciando e sendo influenciado pela estratégia rizomática (pós-moderna) do consumo verde.

Consumindo o meio ambiente

Correlacionando os olhares apresentados, o meio ambiente se constitui, de certa maneira, como uma nova mercadoria, sob a égide de espetacularização semiótica, através da estratégia do discurso promovido pelos diferentes atores sociais (mídia, empresas, ONGs e sociedade civil organizada), que, por sua vez, agenciam estratégias politicamente corretas transmitidas ao “consumidor cidadão” – turistas – a idéia verde como um novo apelo de mercado, ou seja, comunica a idéia da ecologia (vida) e a imagem do “fazer o bem” à sociedade para fazê-la ser incluída na fantasia de ser pura, límpida e ética. Isto é, significa que estar em harmonia com o meio ambiente é estar fazendo bem a si mesmo, tanto como indivíduo / consumidor quanto cidadão do mundo, sendo, pois, o passaporte para ser aceito e pertencer à sociedade dos turistas ou estar “dentro” da sociedade de controle. Ou seja, consumir para existir.

Capitalismo mundial integrado e “mídia verde”

Na sociedade de consumo – ou de controle, segundo Deleuze (1992) –, o capitalismo global é leve (Bauman, 2001) e não tem fronteiras; eliminando a separação que existia anteriormente entre o “dentro” e o “fora”. Com isso, o poder corporativo, através da estratégia de um poder descentralizado, em um ambiente no qual o público e o privado estão em plena conexão, atua como uma serpente de produção social, política e econômica sob o prisma do Biopoder, que sublima o consumo dos produtos e marcas verdes a ser um dos novos dispositivos de controle, que alimenta a espiral de consumo de modos de ser em aceleração crescente.

Através desse capitalismo mundial integrado (Guattari e Rolnik, 2000) ou rizomático, no qual a vida também torna-se um produto espetacular, que precisa estar sempre se reinventando com novos apelos, dispositivos e valores, o meio ambiente é visto na sociedade de controle, também, como uma marca, um objeto. A máquina capitalista da mídia opera um sentido estético da temática ambiental através da legitimação da imagem como um simulacro. No sentido de Deleuze (2000), essa imagem é a própria potência do falso. Ser carregada de vazio é o que dá a ela o seu conteúdo.

Se na contemporaneidade a mídia agencia os indivíduos, mas também é influenciada por eles, é igualmente válido reconhecer que os próprios su-

jeitos são também, produtos a serem comprados e vendidos no mercado (Sibilia, 2002), pela sua própria mediação.

Se examinarmos a temática ambiental nesse contexto, a imagem que é “vendida” pela mídia é de um “agir politicamente correto”, quase sempre superficial, mas de um impacto considerável. Ou seja, através de um discurso pró-consumo verde, a mídia deseduca a audiência para servir a interesses “mais nobres” do mercado. Isto porque, o sistema midiático promove imagens que seduzem o imaginário, por meio da simplificação e até mesmo do senso comum.

Contudo, não se pode negar o papel social e biopolítico da mídia nos ensinamentos da temática ambiental. Porém, é sabido que outras questões gravitam na órbita midiática. E uma delas é o consumo, que influenciado e produzido pelas máquinas midiáticas através de um complexo rizoma, atomiza o imaginário do consumidor oferecendo-lhe uma nova estratégia a ser explorada no mercado: o consumo de produtos e marcas verdes.

Com isso, o consumo verde através de idéias como “natureza industrializada”, “produtos ecológicos” e “ecorrótulos” por exemplo, passam a ter visibilidade como sendo os novos aforismos pós-modernos do Biopoder, que tutelam o verde como vida e negócio (Jöhr, 1994) e o meio ambiente como uma nova marca a ser consumida pela sociedade contemporânea. Segundo o marketing, é um “produto com alto valor agregado” (Ottman, 1993). Sabonetes, shampoos, camisas, perfumes, bichos de pelúcia, e tantos outros, vêm agora com um novo diferencial: o selo verde de qualidade. Ser ecologicamente correto é a nova estratégia de marketing que está em produção, e incentivando uma extensa rede de atores sociais – onde se inclui além da mídia, as empresas, o poder público, as ONGs e a sociedade civil – interessada nesse novo mercado: o mercado verde.

Nessa perspectiva, a vida é o produto a ser consumido, embalada pela estética verde e uma ética de pureza, bem-estar, tornando-se uma marca de grande valor, através da sociedade do espetáculo, rizomática e ondulatória, que a mídia também ajuda a produzir.

Os atores sociais e a estratégia do consumo verde: a lógica de um rizoma

O fenômeno do consumo verde no Brasil é resultado da multiplicidade da composição de vários fatores articulados através das lógicas da socieda-

de de controle e do capitalismo mundial integrado, do paradigma da sustentabilidade e, principalmente, pela participação dos atores sociais (empresas, consumidores, mídia e ONGs), por intermédio do conceito de rizoma (rede).

Como biopoder, esse fenômeno é desenvolvido na modernidade líquida (pós-modernidade) como um dispositivo de controle capaz de articular vida, modos de ser; além de produzir subjetividades, ordenações políticas e sociais, cultura de consumo e, também, responsabilidade ambiental.

O consumo de produtos e marcas verdes se apresenta graças a um agenciamento mútuo e coletivo, em que cada um dos atores influencia e é influenciado por esse movimento sinóptico (Bauman, 1999).

Nesse sentido, existem aspectos importantes a serem destacados na sua produção: uma sociedade mais responsável e preocupada com assuntos relacionados à temática ambiental; uma demanda por “produtos ecologicamente corretos”; uma mídia mundial, dinâmica e transparente, que passa a incorporar valores e princípios éticos; parcerias entre ONGs, governos, empresas e sociedade civil com intuito de buscarem ações que ratifiquem a estratégia da sustentabilidade; e também uma nova estratégia para as empresas se diferenciarem no mercado e na percepção dos seus consumidores.

Ou seja, fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais se interconectam, por meio da política de um rizoma com sua multiplicidade de vetores e movimentos; individualmente e coletivamente, tendo a mídia um papel estratégico de difusão e produção de sentido, sendo um dos atores em condições de atravessar os demais na criação da cultura de consumo verde no Brasil.

As complexidades dos fatores e a produção do consumo verde

Se os atores sociais ajudam a constituir o fenômeno do consumo de produtos e marcas verdes, a sua construção também passa pela complexa rede de fatores a ele ligados, ou seja, os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais.

Nessa perspectiva, os principais são: a mundialização, no sentido de Ortiz (2000), a noção de rizoma descrita por Deleuze e Guattari (1995), o desenvolvimento sustentável e o capitalismo mundial integrado, inseridos no âmbito da sociedade de controle.

Deve-se, ainda, considerar o tempo dos fatos e acontecimentos, isto é, contextualizar a noção de modernidade líquida como o marco temporal que corrobora a idéia de uma sociedade volátil, consumista, que busca ter para pertencer. E, nesse sentido, os produtos e as marcas verdes podem ser entendidos como dispositivos de controle dessa nova sociedade de consumo.

Considerações finais

Nessa nova ordem mundial, em que as relações entre sociedade e meio ambiente ganham novos contornos e dimensões, através do olhar do desenvolvimento sustentável, desponta o consumo de produtos e marcas verdes como um novo dispositivo de controle social identificado na modernidade líquida (pós-modernidade) como uma das possíveis estratégias de produção da sociedade de controle ou de consumo.

Através do paradigma do capitalismo mundial integrado, o consumo verde se alastra no Brasil, potencializado pela influência de diversos atores sociais (empresas, mídia, ONGs, consumidores), sob a forma de rizoma, como um biopoder capaz de articular vida, regular o social e produzir modos de ser (subjetividades), influenciando tanto a esfera coletiva quanto individual.

Nesse sentido, o consumo desses produtos vem crescendo, com a participação de empresas, da mídia, das ONGs e dos próprios consumidores.

Destarte, diversas empresas, no Brasil, vêm investindo em programas ambientais e desenvolvendo produtos “ecologicamente corretos”, tais como McDonald’s, Natura, Michelin, IBM, Xerox, entre outras, além, é claro, de já estarem certificadas com o ISO 14001. Definitivamente a questão ambiental entrou na pauta das decisões corporativas, uma prova disso, segundo o Inmetro, é que o número de empresas certificadas cresceu em mais de 400% de 2001 a 2004¹⁵.

Além disso, a participação da mídia com a veiculação de publicações especializadas, merchandising em programas de televisão, entre outras ações, vêm ajudando a produzir uma forte percepção de valor ambiental e influenciando o imaginário de todo o mercado, principalmente, pelo seu alcance e pela sua cobertura nacional.

Um outro ponto importante a ser destacado é a participação das ONGs no processo de difusão da responsabilidade ambiental e social, em progra-

mas como reciclagem de lixo, educação ambiental nas escolas e muitos outros projetos, inclusive através da mídia.

Nesse rizoma, os “consumidores verdes” também têm um papel relevante nessa produção, não como uma tendência, mas como uma realidade de consumo; esse mercado-alvo se encontra hoje em um estado de demanda latente, atuando de forma consistente na solicitação de produtos mais responsáveis em relação às práticas ambientais, se disposto a pagar mais caro (premium price), porém com mais consciência e preocupação ambiental.

O consumo verde é resultado dessa produção coletiva e individual. Todos influenciando todos; todos sendo influenciados por todos. A compreensão desse fenômeno passa por um olhar interparadigmático, utilizando-se, fundamentalmente, dos recursos teóricos da filosofia, psicossociologia, antropologia, administração, comunicação, economia, e das ciências ambientais, a fim de melhor radiografar e estabelecer a cartografia do consumo de produtos e marcas verdes no mercado brasileiro.

Notas

* Trabalho apresentado no I Congresso sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro – Administração para o Desenvolvimento Sustentável (CADMA) em dezembro de 2004 na Fundação Getúlio Vargas / RJ.

1. Neste ensaio, trabalha-se somente com o consumo relacionado à sociedade ocidental.
2. Teoria inicialmente pensada por Gilles Deleuze (1992), como a evolução da sociedade disciplinar apontada por Michel Foucault (1997), e desenvolvida por Hardt e Negri, em *Império*.
3. O movimento dos atores sociais vem sendo de grande importância no cenário ambiental. O físico austríaco Fritjof Capra traz a chave para elucidar os processos pelos quais as relações sociais estão sempre se remodelando e, assim, ajudar a compreender as cruciais mudanças que estão sendo vivenciadas neste novo milênio. Ver CAPRA, Fritjof. *Conexões ocultas*, 2003.
4. Ver VITERBO, Ênio. *Sistema integrado de gestão ambiental*, 1998: “a ‘gestão ambiental’ é parte integrante e indissolúvel da gestão pela qualidade total e, se por um lado não existe isoladamente como sistema de administração dos negócios, por outro lado todas as organizações que vêm adotando a gestão pela qualidade total necessitam aperfeiçoar a gestão para a satisfação da parte interessada, comunidade vizinha (e também da própria sociedade), através por exemplo da adequação à norma ISO 14001, para terem verdadeiramente implementada a GQT” (Viterbo, 1998:23).
5. O conceito de produto verde apresentado neste trabalho está baseado nas seguintes características / funções:
 - a) É um bem (durável ou não-durável) fabricado, segundo política deliberada de gestão ambiental de uma dada empresa, através do paradigma da sustentabilidade;
 - b) É produzido de acordo com as práticas ambientais vigentes e/ou em conformidade às normas de certificação ambiental (ISO 14000/ISO 14001);

- c) É um produto que valoriza o meio ambiente, transmitindo valores morais de ordem ecológica e/ou social associados à marca, com objetivo de posicionar a idéia de compromisso ambiental.
6. “Boate ecológica vira moda”. Em matéria publicada no jornal O Dia, do dia 21 de janeiro de 2003, aponta para o sucesso de um novo empreendimento em Búzios: “Prova disso é o sucesso alcançado pelo Espaço Ambiental Aldeia Búzios, inaugurado no fim de dezembro e que já se tornou a maior novidade deste verão em Búzios, na Região dos Lagos. O principal diferencial do empreendimento é o envolvimento de todo um conceito ecológico ao lazer” (O Dia, 21 de janeiro de 2003:16).
7. *Brand equity*: valor patrimonial da marca. Ver AAKER, David. *Marcas: brand equity. Gerenciando o valor da marca*, 1999.
8. Gonçalves, em Os (des)caminhos do meio ambiente, é arguto em suas palavras. Para ele, toda mercadoria é, como tal, produzida não para o uso de quem a faz, mas sim para a troca. Para ele, “o valor do uso é simplesmente um veículo para o valor de troca. Tal fenômeno não é natural, ao contrário, foi instituído com a sociedade burguesa. Não é de estranhar, portanto, que o ecológico fique subordinado ao econômico numa sociedade onde a generalização das relações mercantis é a tônica” (Gonçalves, 2001:113).
9. Ver HAUG, Wolfgang. *Crítica da estética da mercadoria*, 1997.
10. Ver KLEIN, Naomi. *Sem logo. A tirania das marcas em um planeta vendido*, 2001.
11. Pós-modernidade. Ver BAUMAN, Z. *O mal-estar na pós-modernidade*, 1998.
12. HARDT, M. In: ALLIEZ, E. *A sociedade mundial de controle*, 2000, p. 357.
13. Biopoder. Ver HARDT, M e NEGRI, A. *Império*, 2001.
14. Ver TAVARES, Fred. *Cultura e repressão. A subjetividade nas empresas*, 2002.
15. Segundo o site www.q.s.p.org.br/iso14000.shtml, acessado em 14 de agosto de 2004.

Referências bibliográficas

- AAKER, David. *Marcas: brand equity. Gerenciando o valor da marca*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.
- ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1998.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- CALLENBACH, E. et al. *Gerenciamento ecológico*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1993.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2003.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *A lógica dos sentidos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. e GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 14001 NO BRASIL. <http://www.q.s.p.org/iso14000.shtml>, acesso em 14 de agosto de 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papirus, 1991.

_____. e ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2001.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (org) et al. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAUGH, Wolfgang. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

JÖHR, H. *O verde é negócio*. São Paulo: Saraiva, 1994.

KLEIN, Naomi. *Sem logo*. A tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O Dia. “Boate ecológica vira moda em Búzios”. 21 de janeiro de 2003, p. 16.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OTTMAN, J. A. *Marketing verde: desafios e oportunidades para a nova era do marketing*. São Paulo: Makron Books, 1993.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TAVARES, Fred. Cultura e repressão. A subjetividade nas empresas. In: VÁRIOS. *Revista Contemporânea* vol. VI, nº 1 (ISSN 1516 – 72191). Rio de Janeiro: Instituto Metodista Bennett / NPPG, 2001/02: 209-227.

_____. *Do ser humano ao "ter humano". Os "camagurus" na cultura de consumo pós-moderna.* I Encontro Nacional de Antropologia do Consumo, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, maio/2004.

_____. O consumo na pós-modernidade. *Revista Comum da OHAEC*, Rio de Janeiro, vol. 9, no 22, pp. 122-143, 2004.

_____. O marketing pós-moderno nas sociedades midiáticas e temporais. *Revista Comum da OHAEC*, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 16, pp. 81-118, 2001.

VITERBO, Ê J. *Sistema integrado de gestão ambiental.* s.l., Aquariana, 1998.

Resumo

Este artigo procura analisar a dinâmica do fenômeno do consumo de produtos / marcas verdes no Brasil, através da rede de atores sociais responsáveis pela sua construção – empresas, mídia, consumidores e ONGs –, sob a lógica de um rizoma, enfatizando-se, também, os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais vinculados, sob a ótica da reflexão da sustentabilidade.

Como fundamentação teórica principal, utiliza-se dos pensamentos filosóficos de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Zygmunt Bauman, através das pistas da Sociedade do Controle, do capitalismo mundial integrado (rizomático) e da Modernidade Líquida (pós-modernidade) como possíveis vetores psicossociais relacionados à produção e ao agenciamento do consumo verde na contemporaneidade.

O objetivo do estudo é desvelar um novo olhar do consumo verde, através de uma perspectiva interparadigmática das ciências sociais e humanas.

A metodologia da investigação está fundamentada na pesquisa exploratória (levantamento bibliográfico) e no trabalho de campo, este por meio da técnica de análise de conteúdo.

O trabalho de pesquisa encontra-se em fase de campo, através da realização de entrevistas e aplicação de questionários. Os resultados preliminares apontam que a tendência para o consumo dessas marcas / produtos verdes é reforçada pela nova ordem mundial, na qual o consumo é uma estratégia de biopoder que produz subjetividades e regula a vida social.

Palavras-chave

Consumo Verde; Sustentabilidade; Psicossociologia; Rizoma; Biopoder.

Abstract

This essay attempts to analyse the phenomenon of the green products / brands consumption in Brazil, through the net of social actors responsible for its construction – companies, media, consumers and ONGs -, under the logic of a rhizome, emphasizing, also, the social, cultural, economic, politic e environmental factors linked, based on the sustainability reflexion.

As the main theoretical basis, the article uses the philosophical thoughts of Gilles Deleuze, Félix Guattari and Zygmunt Bauman, through the clues of the Society of Control, the Integrated World-wide Capitalism (rhizomatic) and the Liquid Modernity (post-modernity) as possible psychosocial vectors related to the production and management of green consumption in contemporary world.

The purpose of the study is to develop a new way of looking at green consumption, through an interparadigmatic perspective of social and human sciencies.

The methods of investigation are based on exploratorial research (bibliographic survey) and on camp work, this one through the analysis of content.

The research work is now on camp stage, carrying out interviews and applying questionnaires. Preliminary results shows that the tendency to consume those green brands / products is reinforced by the new world order, in which consumption is a biopower strategy that produces subjectivity and rules social life.

Key-words

Green Consumption; Sustainability; Psychosociology; Rhizoma; Biopower.

Retorno à brasilidade: *confissões e fissuras*

Ivo Lucchesi

Onde existe o perigo,
aí também cresce aquilo que salva.
Hölderlin

Uma minoria pode estar certa; a
maioria está sempre errada.
Ibsen

Confissões e definições

Ao longo de quase trinta anos de escrita em que se somam variadas modalidades (artigos, resenhas, ensaios), bem como diferentes canais comunicacionais (revistas, jornais, livros), e, afora breves escapadas do Brasil, mas sempre enraizado neste país, vejo-me, de tempo em tempo, impulsionado a revisitar um tema cujo teor já parece soar como fixação: a modelagem cultural brasileira, ora para focalizar o sistema educacional, ora para abordar aspectos gerais da política cultural, seja a partir de questões literárias, seja com base em incursões na cultura de massa.

A insistência, quase tangenciando a neurose, teve início em 1977, com a publicação de *O Indianismo: adoção e manifestação de uma ideologia*, continuou em dois artigos publicados no semanário Caderno de Educação (Jornal dos Sports – edições de 09/03 e 16/03/1980), com o título de “Proposições para a reestruturação do 2º grau”. O tema reapareceu, em publicação de 1981, no ensaio *Literatura latino-americana e dependência cultural*. Igualmente, a persistência, em 1983, com *O papel do educador na sociedade contemporânea*. Anos mais tarde, em 1996, como consequência do livro escrito em parceria com Gilda Korff Dieguez e publicado em 1993 (*Caetano. Por que não? Uma viagem entre a aurora e a sombra*), eis que o sintoma volta a manifestar-

se na escrita de *Política e cultura nos trópicos: a questão da brasilidade entre a erosfobia e a tanatocracia* e, como desdobramento, em 1997, a escrita de *Modernistas e tropicalistas* no projeto de estetização da brasilidade. Por fim, já sob os efeitos do novo século, numa série de três artigos, escritos em 2003, para a versão on-line do semanário Observatório da Imprensa, com o título de “O Brasil e o desafio cultural”. É desta mais recente fonte que, com o acréscimo de renovadas pontuações críticas, aquele sintoma retorna, acompanhado, talvez, de um aceno de provável despedida (quem sabe, rumo à “cura”), não tanto por esgotamento, mas por amadurecida decisão que, nesse contexto, significa a descoberta da serenidade ante o insuperável.

A serenidade aludida no parágrafo anterior é um certo estado subjetivo no qual tranqüilidade e inquietação assinam um pacto de reciprocidade, fundado no respeito e na convivência. Talvez seja o que se convencionou caracterizar como maturidade. A maturidade parece ter o poder de infundir doses precisas de inquietação onde tende a reinar tranqüilidade e inocular outra igual de tranqüilidade onde a tendência aponta para inquietação. Assim, no controle possível da dosagem necessária ao perfil de cada situação vivencial, vai-se procurando completar a travessia da vida, afastando dela tanto os fantasmas da desilusão, da depressão e da frustração quanto as ingênuas fantasias da alegria inautêntica, da euforia artificial e da esperança infundada.

Há um momento na vida em que algo começa a acusar certo cansaço e este, além de exigir correto diagnóstico, deve servir para redirecionar o prolongamento da vida intelectual saudável, capaz de afugentar, revolta juvenil, inconformismo adolescente e auto-afirmação, produto de perturbações edipianas. Para melhor definir esse estado subjetivo, é que recorri ao inventário de publicações auto-referenciais, bem como para dar visibilidade às tantas incursões engendradas no curso de décadas, sem haver nisso nenhuma contaminação de narcisismo primário ou espasmo egóico. É provável até que, no subtexto dessas recorrências, esteja a marca primordial, decorrente do fato de ser oriundo de outro Continente. Trazido para o Brasil aos sete anos de idade, e, abandonadas, em terras longínquas, as ruínas da II Grande Guerra Mundial, mas ainda conservadas na memória, creio que o acontecimento fez nascer a fixação em tentar assimilar e compreender o novo e promissor cenário. Se o fato é verdadeiro, alimentei o sintoma e eventuais leitores, ao longo do tempo, pagaram a conta. Talvez, coubesse um pedido oficial de desculpas (ou não).

Foram necessários bons pares de décadas para a percepção clara quanto ao fato de que, na verdade, fizera uma troca entre ruínas. A diferença fundamental é que as ruínas da infância estavam inteiramente expostas. Não havia espaço para equívocos. A guerra deixara claros sinais de sua brutalidade: escombros das construções e mutilados vagantes pelas ruas. Na realidade tropical, porém, tudo parecia recoberto por amplo manto de enganosa paisagem deslumbrante e convidativa. Assim, foi penoso o esforço em remover, passo a passo, a superfície a fim de poder ver o que abaixo dela existia. Seguramente o impacto da segunda dor, em muito, superou a impressão subjetiva da primeira. Esta tocava a territorialidade do emocional; aquela atingiu a consciência e fixou um olhar que, pelo conhecimento, procurou ajustes, visando obter o mais adequado foco. Ainda assim, por alongado tempo, várias “lentes” foram testadas até encontrar aquela que pudesse ser definitiva para o olhar e definidora para a consciência.

Imagino que alguns autores, pelo modo definitivo com que tratam (ou trataram) certas questões devem, após as concluírem, viver (ou devem ter vivido) uma espécie de estado de esmorecimento. Posso equivocarme-me, sem dúvida. Todavia, esta foi a percepção que extrai de Manoel Bomfim quando, ainda jovem, li *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (a primeira publicação data de 1931), de Osman Lins quando, em algum momento das finais décadas do século XX, li *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*, publicação de 1977. Sensação semelhante tive a respeito de Raymundo Faoro, tão logo concluí a leitura dos dois alentados volumes de *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*, obra primeiramente publicada em 1958. São, entre outros, dois exemplos de percepções e mapeamentos tão precisos e abrangentes que seus autores a tais temas nunca mais a eles retornaram.

Outros de igual grandeza aos citados no parágrafo anterior promoveram desdobramentos, a exemplo do que fez Sérgio Buarque de Holanda, primeiramente em *Raízes do Brasil* (1936) e, adiante, com *Visão do paraíso* (1958). Soma-se a Buarque de Holanda a constância da ampla e consistente obra de Celso Furtado, inaugurada em *Formação econômica do Brasil* (1959). É óbvio que, sequer à distância, sugiro a semelhança de minha experiência com a magnitude dos mencionados. A prova maior é a de que, insistentemente, ao tema dos “impasses culturais” fiz sucessivas e modestas revisitações enquanto, para Lins e Faoro, bastou única e radical investida e, para Buarque de Holanda e Furtado, sempre que ao tema central volta-

ram, empreenderam densas e detalhadas reflexões transformadas em referências obrigatórias a quem se queira entregar o penoso esforço de compreensão da sinuosa história brasileira e seus intrincados conflitos.

Afinal, ignorando qualquer rastro de amargura que um leitor menos atento poderia detectar nesta inicial reflexão, cabe afirmar, com toda a clareza, que assumir algumas derrotas é tão grandioso gesto quanto celebrar conquistas justas. A virtude estará na sabedoria em reconhecer a face real de uma e outra situações. Assim, o olhar a comandar a escrita adiante em nada se confunde com estado melancólico, atitude inercial, desencantamento intelectual ou indiferença ante a vida presente ou futura. Para tanto, não é demais, em nome da clareza, afirmar que não nutrir ilusões não significa abrigar desilusões. Ao contrário, não alimentar ilusões se torna proteção natural contra as dores advindas das desilusões. Nesse sentido, portanto, recusar a ilusão quer dizer refutar a “luz artificial” com a qual se pode formar um olhar capaz de ver além do devido, a ponto de perturbar a compreensão da cena efetivamente real, em favor da escolha por “luz natural”, adequada, pois, à exigência ditada pela coisa mesma. A mudança impõe reeducação e disciplina, além das abdições de tudo que tenha a capacidade de obstruir a contaminação oriunda dos excessos das fixações apaixonadas, das esquematizações consolidadas e dos apegos à rigidez imobilizadora do pensamento. Em resumo, trata-se apenas da adoção de um olhar dirigido pelo princípio de realidade, com a devida licença de Freud.

O Brasil em recortes atalhos e descaminhos

A tentativa de compreender o quadro atual em que se situa a sociedade brasileira não pode prescindir de uma leitura retrospectiva com base no modo como se processou sua narrativa histórica. Somente a partir de um olhar desapaixonado, torna-se viável a percepção objetiva, mediante a qual os acontecimentos devem ter a dimensão mais real possível, ou seja, é imprescindível reduzir a significação mínima o que possa eventualmente ter sugerido conquista máxima, ou mesmo salto grandioso. Assim estabelecido, proponho a secura de um recorte que apenas deixe exposta a ferida. É claro que a listagem a seguir se faz habitar por grosseira simplificação dos acontecimentos. Todavia, não se revela inviável que assim as ocorrências históricas possam também ser vistas. Trata-se

de uma questão de perspectiva, sem dúvida, redutora, porém portadora de algum vigor crítico. Vejamos.

Não será segredo para ninguém um pouco mais letrado que a visão histórica a respeito da trajetória brasileira, a julgar o gosto dominante, tende para uma contaminação de uma certa atmosfera “novelística”, cujo início é marcado pela “calmaria”, acidente climático, segundo o qual a terra brasílica teria sido descoberta. Esta imagem ainda é tão encontrável em fontes didáticas de qualidade sofrível quanto freqüente é sua circulação no meio estudantil.

Adiante, a Inconfidência Mineira se fixou como a rebeldia de pequeno grupo de “idealistas” que, à figura de Tiradentes, se soma indisfarçável alusão iconográfica, tradutora da vocação messiânica, na qual Tiradentes, na força, sugere Cristo na cruz. Dificilmente se tenta compreender no episódio o choque de interesses entre a Coroa e a emergente burguesia local.

Diferente não é o capítulo da Independência que, não bastasse o rompedor de um ambicioso, ainda traz a insólita marca de singularidade: o Brasil foi o caso singular de uma Colônia cuja independência foi decretada pelo próprio colonizador. A respeito de D. Pedro I, o imaginário societário parece vê-lo, reforçado pela pintura, como “herói romântico e excêntrico”.

Com o tema da abolição, o enredo não se comportaria de maneira distinta: por imposição da Coroa britânica, Princesa Isabel assina o decreto, lançando milhares de escravos ao abandono de suas precárias vidas. Nada foi preparado para permitir àquela sofrida gente mínima condição de auto-suficiência.

Se, por rompante e ambição, declarou-se a Independência, em iguais condições, determinou-se a República. O brasileiro dormiu no Império e acordou, no dia seguinte, republicano. Em lugar de um imperador, havia um marechal. Afora levantes aqui e ali, por divergências de interesses, a exemplo das batalhas no Sul e no Norte, a República foi instalada. Outra página abrir-se-ia no livro da história brasileira, abrigando a resistência promovida por Antonio Conselheiro e seus seguidores (Canudos) mais um de heroicização sob inspiração messiânica. Em não mais de três décadas, a ainda “nova” República já era motivo para ser rebatizada de “Velha República” (ou “República Velha”).

O fato a separar a “velha” da “nova” é ilustrado pela chegada de Getúlio Vargas ao poder. Por ser o primeiro mandatário da República com projeto de estadista, logo percebeu que o plano engendrado não seria viável, sem desmontar as oligarquias políticas já viciadas. Fechou o parlamento e, em 1937, firma o Estado Novo.

O cenário brasileiro volta a pulsar com o retorno de Vargas, presença assegurada pela vitória nas urnas em 1950. Campanha pelo petróleo, inauguração da Petrobrás (à época, por uma questão de lógica gramatical, usava-se o acento agudo), BNDS, CNPq, usina de Volta Redonda, Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos. Enfim, um estadista voltado para a execução de um efetivo programa de governo. Interesses contrários (nacionais e internacionais), a pretexto de reais irregularidades promovidas em escalões inferiores, mas próximos à presidência, desencadearam campanha ostensiva, conduzindo o presidente ao extremado ato de suicídio. Precisamente, em 24 de agosto de 1954, o Brasil se despedia de seu último estadista. Por todas as sucessivas décadas, nunca mais a cadeira da presidência da República foi ocupada por quem efetivamente tivesse para o Brasil um projeto de Nação.

Sucedeu-se o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Afora tentativas de tramas golpistas, vendeu-se a imagem do “mito do desenvolvimento”, sob a força apelativa do slogan “50 anos em 5”. Sem dúvida, o período sugeriu prosperidade e garantiu liberdades individuais. Fatos concorreram para disseminação de um perfil nacional afirmativo: Copa do Mundo, título mundial em tênis, boxe, bossa-nova. É bem verdade que nenhuma dessas conquistas tinha diretamente a ver com o governo. Tratava-se de talentos que se haviam formado bem antes. Do governo mesmo, provieram a criação de Brasília e implementação da indústria automobilística. Apenas com essas duas, tem-se o suficiente para a escalada do endividamento econômico e do desvio de rotas cujo custo a médio e longo prazo por ele ainda pagamos. O decantado impulso industrial provocado pela indústria automobilística se tornou o responsável por retalhar o país em rodovias, além de plantar no imaginário consumista nacional o culto ao automóvel. Desprezamos unir o país pelos meios mais baratos (hidrovias e ferrovias), para adotar-se o modelo mais caro e acelerador de nossa dependência, considerando que, à época, e décadas posteriores, praticamente importávamos o petróleo de que o país necessitava. Congestionamento no tráfego, manutenção das estradas, greves de caminhoneiros, afora os longos percursos, quase duplicam os gastos referentes a exportações e importações, o que se reflete no preço final dos produtos, bem como na balança comercial. Mas assim foi feito. Tudo sempre em nome do “desenvolvimento” e da “modernização”.

A euforia era tanta em terras brasílicas que, além de não conduzir à presidência da República seu sucessor, JK ainda teve de passar a faixa ao histriônico Jânio Quadros que conseguira arrecadar a maior votação na história eleitoral do país até então: 6 milhões de votos. Quando hoje se vêem imagens de época, fica-se a pensar como foi possível a massa majoritária do país entregar o posto máximo a alguém cujo comportamento, se não era indicador de distúrbios emocionais, sem dúvida era revelador de simulações cênicas. Bastaram minguados sete meses para que o país iniciasse um roteiro de turbulências e indefinições cujo epílogo redundaria em afiado corte na liberdade e no princípio da autonomia: a trama na qual entrou o governo de João Goulart serviu de suporte para manobras que estavam delineadas desde a almejada deposição de Vargas, contemplada em parte pelo suicídio. Enfim, a tomada do poder pelas forças militares, já ensaiada às vésperas da posse de JK, encontrou terreno propício para nele se consagrar em 31 de março de 1964. A partir daí, o país foi conduzido às profundezas onde, por muitas décadas, nenhuma luz a elas chegaria. Em 1968, com a assinatura do AI-5, o regime impingiu a escuridão total, um “duradouro corte de energia vital” na inteligência brasileira.

Um problema é detectável na cultura política tropical a envolver tanto a República quanto a democracia. Em relação a ambas, parece haver-se fixado um vínculo de caráter “patrimonialista”. Durante décadas, a República foi tutelada pelo severo controle das hostes militares. Por haver surgido de um levante (ou de uma “quartelada”), os militares sempre se julgaram detentores (e, por vezes, condutores) do que haviam feito “nascer” (embora saibamos todos que o desejo – ou intimação – provinha da coroa britânica). As sucessivas turbulências, precursoras do golpe de 64, não escondiam o propósito de os militares tomarem para si a direção do Estado. Afinal, um dia (ou numa noite), haviam substituído o brasão imperial pelas insígnias das fardas. Em muito, essa apropriação ideológica retardou e até turvou o conceito de regime civil sólido. Por outro lado, frise-se que inexiste nesse comentário qualquer intenção passível de ser confundido com disfarçado saudosismo monarquista. O sôfrego percurso brasileiro provém exatamente da dupla experiência dolorosa: na Monarquia e na República.

Vale assinalar que a formação militar mais recente dá sinais de reversibilidade, no tocante à função a ser desempenhada, o que não significa ignorar a existência de focos sempre disponíveis para estratégias capa-

zes de andar na contramão da democracia. A prudência não pode ser descartada, principalmente ao levar-se em conta a crescente onda de militarização no mundo, seja em nome de situações reais de conflitos, seja em nome de fantasmagorias estratégicas, direcionadas a planos de dominação com propósitos hegemônicos.

Dependência econômica e fragilidade intelectual

O devaneio que tanto turva o olhar crítico quanto deforma o vigor da criação tende a obstruir um pensar mais verticalizado a respeito dos problemas que nos assolam. Nas últimas décadas, parece que o país foi tomado de uma atmosfera cujo ar dá a impressão de oscilar entre a inércia e a efusividade descabida, o que tem inviabilizado o exercício de uma leitura mais consequente acerca das reais condições nas quais o Brasil está posto. Há décadas, vive-se sob impacto de ilusões políticas e ingenuidade cultural.

No mais, o que se constata, na trajetória brasileira, sem ter de se recorrer, não vai além de promessas unificadas pela construção discursiva, cujo propósito se pauta na realimentação do imaginário coletivo, sempre disposto a renovar esperanças, além de sustentar os noticiários e ratificar uma estrutura de poder (ou falso poder), prorrogando os enfrentamentos das reais necessidades de que carece a vida nacional.

Recolhendo, das últimas décadas, acontecimentos políticos do cenário nacional, pode-se montar o seguinte itinerário: 1. a ditadura, com o slogan do “milagre econômico”, conduziu o país ao endividamento impagável; 2. a abertura operou, além do leilão da democracia, pulverizando-a por completo com a avalanche do pluripartidarismo, a anistia, eximindo de qualquer responsabilidade os patrocinadores e executores da tortura, bem como os que, no auge do regime, com ele se locupletaram; 3. a montagem da “Nova República”, com o apelo popular das “Diretas-já”, serviu para entronizar no poder quem dele jamais se viu ausente; 4. a campanha pela constituinte gerou uma “Constituição” que, no ato de sua homologação, já previa a necessidade de futuras alterações, em grande parte pela elevada taxa de garantias irrealistas, em aliança com acentuado tom demagógico; 5. o envolvimento para a primeira eleição de um Presidente da República, após 29 anos, abriu espaço para o “fenômeno Collor”, com tudo que disso adveio; 6. a entrada em cena do expediente das CPIs, com o propósito de moralizar a vida pública, prestou-se, no fundo, para tornar mais midiáticas certas

personalidades que, até então, não angariavam popularidade maior; 7. instalação de um clima de “denuncismo”, capaz de apenas ratificar o sentido da impunidade; 8. a campanha para um plebiscito (República x Monarquia), sem o menor envolvimento da população, talvez por perceber sua inexpressividade, como debate nacional; 9. a proposta de mais um “salvífico” programa econômico (Plano Real), com resultados reais desoladores.

Como se vê, a primeira eleição majoritária, pós-redemocratização, mobilizou o imaginário societário, bem ao estilo brasileiro, no seu habitual descaso pela história. Optou por afirmar o mito: de um lado, o “mito da jovialidade”, “da virilidade”, “da autodeterminação”; de outro, o “mito da classe trabalhadora”, “dos oprimidos”, “dos puros”. Nomes que tinham raízes na história brasileira foram relegados a derrotas humilhantes. Consagrou-se o candidato “viril”.

Ante a (indi)gestão catastrófica do (des)governo Collor, pela segunda vez, as aspirações majoritárias foram guiadas pelo vetor mítico. Desta feita, emergiu o “mito do intelectual” que, embora para a maioria da população nacional se tratasse de alguém quase desconhecido, arrebatou, ainda em primeiro turno, a vitória. A propósito, vale registrar um detalhe que a mídia eletrônica não gosta muito de lembrar: o vitorioso não participou de nenhum debate na TV, sequer no rádio. O “mito do intelectual” vingou, deixando o “mito da classe trabalhadora”, pela segunda vez, em segundo.

O primeiro mandato, aproveitando o “sucesso” do novo plano implantado – aliás, diga-se de passagem, – nenhum plano econômico proposto por governos fracassou em sua fase inicial. Igualmente verdadeiro é o fato de que todos os planos econômicos fracassaram rotundamente em sua fase posterior. Assim, o governo FHC administrou, gota a gota, a ilusão de prosperidade até, graças a manobras politiqueiras, a reeleição. Mais um episódio lamentável da vida brasileira, dado o caráter casuístico cujo teor feria frontalmente o dispositivo constitucional, sem que a população demonstrasse maior atenção ao fato.

De novo, sem comparecer a nenhum debate em TV nem em rádio, o “mito do intelectual”, que pedira à nação o esquecimento de tudo que ele houvesse escrito no passado, já gozando de plena popularidade, ignorou adversários e, com ampla sobra, recebeu o segundo mandato. Em segundo, ficara, pela terceira vez, a sombra do “mito da classe trabalhadora”. Diferentemente, dos quatro anos anteriores, o “Plano Real” estava condenado a revelar sua irrealidade. Daí decorre o início do declínio. Uma vez

mais, o brasileiro fora dormir com a certeza de que cada real era um dólar. Ao acordar, percebeu que se tratava de uma novela. O real, na verdade, era ficção.

Não bastassem as claras demonstrações de uma política frágil, acompanhada de um dos maiores leilões a envolver patrimônio público (também sem maior indignação manifestada pela população), eis que, em 2001, o eleitor descobriu que vivia num país às escuras. O “apagão” iluminou as trevas da consciência. Como é próprio da conduta brasileira, ninguém protestou ou promoveu rebeliões. Nada. Apenas apagão e silêncio. A maioria guardou a arma da vingança para as eleições do ano seguinte. Chegara, enfim, a vez do “mito da classe trabalhadora”. Para as eleições de 2002, sempre com a estratégia de ninguém afirmar o que pretende fazer, criou-se mais um roteiro novelístico. Nesse caso, foi novelístico mesmo. A partir do depoimento de uma atriz bastante conhecida, propagou-se o duelo entre o “medo” e a “esperança”, lembrando que a novela de majoritária audiência e exibida durante a campanha eleitoral, pela maior emissora do país, tinha como título, simplesmente, “Esperança”. Eis que, na quarta tentativa, venceu o “mito da classe trabalhadora”. A “esperança na mudança” neutralizou os “medrosos”. É lamentável que, à época, a maioria dos eleitores desconhecesse André Comte-Sponville. Será que os marqueteiros das campanhas conheciam? O autor de, entre outros, *A felicidade, desesperadamente*, no último capítulo da obra, afirma: “A esperança e o temor não são dois contrários, mas antes as duas faces da mesma moeda: nunca temos uma sem a outra. O contrário de esperar não é temer; o contrário de esperar é saber, poder e gozar” (2001:63).

Em tempos atuais, não sei se alguém tem a clareza quanto ao que significava “medo” contra o qual ofereciam o insólito lema “continuação sem continuísmo” e o que pretendia anunciar “esperança e mudança”. É possível que algum mitólogo explique. Daí para frente, não se pode antecipar. Igualmente, não se sabe se reservas míticas ainda existem. Que faces novas do mito podem vir à tona? É possível até que, ante o esgotamento dos três mitos, o imaginário societário rompa com a atmosfera mítica e assuma o compromisso com a História. Outra possibilidade estará na realimentação de uma das três vertentes. Assim sendo, continuaremos nossa “viagem” em regime de fidelidade à sedução, apelo cujas raízes se alocam no mito.

Tão logo O Globo, na edição de 27.05.03, estampou, em primeira página, a frase do presidente da República, empossado dois meses antes (“Eu não mudei, a vida é que muda”), além de outra ainda mais estarrecedora

(“Eu nunca fui de esquerda!”), decidi que, centrado nas implicações semânticas e conjunturais suscitadas pela primeira afirmação, me deveria lançar, uma vez mais, a exercícios analíticos.

A frase em si não mereceria destaque maior, se o autor não representasse o cargo que exerce e, se a ela, não estivesse atrelado um contexto a sustentar o vigor de uma campanha eleitoral na qual à palavra “esperança” se somava, como fiel parceira, a palavra “mudança”. Ao ser proposto, no fervor de uma campanha, um projeto de mudança, pelo menos está implícita a idéia de que, até então, a vida era imutável. Admitindo, portanto, a imutabilidade da vida, o candidato, já presidente, concorreria para mudá-la. Por outro lado, ninguém há de se espantar com o fato de a vida mudar. Afinal, ela sempre esteve em mutação. Vida, desde os pré-socráticos (que o diga Heráclito), é movimento. Por extensão, quem não muda fica fora da vida. Analisada por esse ângulo, a frase proferida pelo presidente revela certo grau de incongruência semântica.

A rigor, a sentença parece insinuar outra mensagem: “eu quero, mas não posso”. Aí vem à tona a real natureza do conflito do qual o Brasil, há três décadas, se faz refém. Sob a inspiração do regime militar, de perfil eminentemente tecnocrático, instalou-se a hegemonia da razão economicista. Esta, perpetuada no regime democrático, fez (e faz) do político mero serviçal do economista. Como consequência, há trinta anos, a sociedade brasileira não vivencia experiência política na dimensão subjetiva desejada. Ao que parece, a democracia fica associada ao ato individual do voto com que o simples critério calcado na expressão majoritária consolida vitórias e derrotas. Nunca é demais o alerta quanto ao perigo desse princípio puramente quantitativo. É bom frisar que, pelo voto da maioria assembleísta, a vida de Jesus de Nazaré foi trocada pela de Barrabás. Igualmente por forças eleitorais, Hitler foi alçado ao poder.

Também outros debates decisivos para a emancipação da nação ficam absolutamente neutralizados (ou contaminados) pelo “raciocínio contábil”. Por incompetência ou por acomodação, o fato é que o discurso econômico dita os (des)caminhos do país, década após década. Tal avaliação, por conseguinte, não se dirige especificamente ao governo atual, e sim, literalmente, a todos os dirigentes, cuja missão seria a de conduzir o país à situação de Estado autônomo. Entre “políticas monetárias” e “fórmulas financeiras”, o Brasil se afigura um corpo amputado e assolado por flagelos sociais crescentes, disseminando-se por todos os segmentos populacionais.

Da elite econômica aos bolsões de excluídos, tem-se um tecido societário degradado pela dominante indigência cultural. A ditadura a reinar no Brasil foi a mais perversa da América Latina porque torturou e triturou a inteligência nacional, condenando gerações. A democracia que sucedeu ao regime militar, por sua vez, fez do restabelecimento da liberdade de expressão seu bastião e, para a liberdade de pensamento, deu as costas, sem o menor cuidado de promover mínimos reparos à qualidade cultural e, em certos aspectos, tem colaborado para o agravamento. “Políticas econômicas” serviram para assegurar ganhos de capital a alguns setores e, para segmentos populacionais, quando muito, inserção no consumo para gastarem em quin-quilharias e subprodutos. O resultado é deplorável: pobreza econômica e miséria intelectual. É nesse modelo gangrenado (e com alta taxa de riqueza concentrada) que proliferam o consumo de droga, a violência indiscriminada, a deformação do caráter, a diluição dos afetos, a competição destituída de critérios éticos e tudo, enfim, que torna a vida asfixiante.

O grande horizonte desenhado como meta, segundo repetidas mensagens, é a criação de um “mercado de massa”. Ótimo, vamos consumir o quê? O que isto culturalmente significa? Poder comprar o livro inútil? O CD mais indigente? Ver o filme mais medíocre? Não há sociedade com vida menos penosa, sem antes haver promovido realinhamento radical na formação dos indivíduos. Fora essa preparação, o que fica é o mero ato barbarizado pelo simples fato de que o consumidor tem poder de compra. Para a economia será, sem dúvida, promissor; para a qualidade cultural do país, uma lástima. Apenas fortalece a entronização do subproduto.

Ignacio Ramonet, jornalista e diretor do *Le Monde Diplomatique*, no ensaio “O Poder midiático”, publicado na coletânea organizada por Dênis de Moraes (*Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*), afirma: “(...), enquanto o nível educacional sobe, o nível midiático desce” (2003:220). É bom frisar que o jornalista sentencia com base na observação crítica quanto à realidade européia. No caso brasileiro, ignorando esparsas exceções, a frase deve ser outra: “enquanto o nível educacional (e cultural) despensa, o nível midiático desaba”. Não menos necessária se faz a menção ao desfecho do artigo “A questão da cultura”, do teórico e ensaísta, Luiz Costa Lima, publicado no caderno *Mais!* (Folha de S. Paulo, 18.05.03):

(...), para o governo atual ser de fato outro, precisa reconhecer que, ao lado do combate à fome, ao analfabetismo e à vio-

lência do crime organizado, a questão da cultura faz parte de nossas carências elementares. Considerar a cultura escrita coisa das ‘elites’ é um absurdo sem comentários. O cuidado com a cultura talvez não dê muitos votos. Mas significará um país menos desarvorado /.../.

Registre-se que o clamor presente é apenas eco de um brado já manifestado, entre outros, ainda ao longo dos anos 70 (no século passado), pelas palavras do escritor Osman Lins, no já citado livro *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. O autor chamava à reflexão e a uma atitude reativa contra a adoção de um “modelito educacional” que ele batizou de “Disneylândia pedagógica” (1977:138), voltado para estimular a “infantilização” da cultura, aspecto hoje mais que identificável em todos os níveis. Não se trata, pois, de “alarmismo”. É fato e reconhecível por qualquer profissional de ensino comprometido com a seriedade acerca do que faz. Há profunda deformação cultural na esmagadora maioria dos estudantes brasileiros: da educação fundamental à universidade. A situação é calamitosa e representa grave ameaça a qualquer projeto de aspiração à autonomia. Gerações têm sido “formadas” com claros sinais de deficiência cognitiva.

O país não está interessado em saber quem mudou ou não mudou. Isto fica para o círculo da “cultura da fofoca”. O que de efetivo deve preocupar a todos é se a vida – que sempre muda – pode mudar para melhor, ou ainda, para pior.

A reflexão até aqui proposta procurou destacar pontos genéricos que, há três décadas, respondem por certo imobilismo do qual resulta uma espécie de paralisia da inventividade. Reconhece-se sua origem no sistema educacional, forjado nos tempos sombrios do regime militar. Mais que o reconhecimento dessa questão, impõe-se-lhe o enfrentamento. Afinal, o que, no Brasil, foi feito (e o que não foi), para o corpo societário, em seu figurino cultural, chegar a um estágio que classifico de “anorexia cerebral”? A tentativa de encaminhar alguma resposta minimamente consistente passa pela necessidade de fazer o olhar retroceder ao processo histórico, atitude pouco freqüente numa “cultura” que se vangloria por negligenciar a memória.

O retorno à democracia

Não é necessário recorrer-se a teóricos do pensamento político ocidental no qual se perfilam, entre outros, Karl Marx, Max Weber, Hannah Arendt, Jurgen Habermas, Karl Popper, Elias Canetti, Norberto Bobbio, para sentenciar-se que a eficácia da democracia passa obrigatoriamente pela clareza na fixação de critérios para o exercício da política institucional e na afirmação da autoridade. Uma simples leitura, mesmo superficial, da experiência brasileira dá conta da ausência de ambos os requisitos. A imaturidade tropical deturpou os fundamentos basilares. A rigor, o primeiro corte profundo, marco de uma desventura política, está inscrito no movimento das “Diretas-já”, ocasião na qual, o sentimento majoritário da nação foi abortado. Em mais um episódio da vida brasileira, contra as pressões populares nas diversas cidades do país, 113 deputados covardemente não compareceram à votação. Os 298 votos favoráveis à emenda não foram suficientes. A madrugada de 25 de abril de 1984 revelava ao país quem nele realmente mandava. Nascia a “Nova República” sob o estigma da “morte”, cuja concretude emblemática se viu traduzida na morte do que seria o primeiro presidente civil, após o regime militar.

O retorno do país à democracia investiu na retórica demagógica. Para afugentar o espantallo do autoritarismo, eliminou o princípio da autoridade, o que de imediato atingiu a escola (conhecimento = prazer), vínculos afetivos (amizade colorida). Enfim, os “ventos da abertura” foram soprando na direção de uma “onda” no estilo new hippie. A partir daí, o restante veio em cascata. A fantasia do “tudo está liberado” fez desandar o que a realidade depois devolveu em pesadelo. Banalizou-se a representação política. Os critérios e a fiscalização para ingresso em partidos são pífios. O elenco de candidaturas não obedece a nenhum princípio lógico-funcional, menos ainda ético. Abriram-se as comportas para gaiatices e aventureiros de plantão, cuja legitimidade passa a existir, a partir do momento que eleitores lhes dão respaldo nas urnas. Ou seja, nesse modelito, democracia significa quantificação dominante e qualificação ausente.

Pleitear uma vaga de senador, sem sequer, em algum momento na vida ter sido humilde vereador, constitui-se, na democracia brasileira, um hábito que não causa mais nenhum embaraço. Igualmente normal passa a ser a formação de castas políticas de origem familiar, com pleno endosso da massa de eleitores. Sinal de grave retrocesso e de acriticidade. É uma es-

pécie de revitalização das “capitanias hereditárias” e do “coronelismo”, fenômeno típico de uma população dependente que outrora se restringia a comunidades rurais e hoje se multiplica em escala urbana. O mesmo se estende a representações religiosas, esportivas e outros mais.

No auge de uma “cultura infantilizada”, entre outros desvirtuamentos, a “democracia performática” deu opção de voto a adolescente de 16 anos. Seu voto tem idêntico peso ao de qualquer outro cidadão. Elegem-se candidatos a cargos majoritários, sem nenhuma informação prévia quanto às composições de ministérios e secretarias. É sempre um voto no “escuro”, à espera de uma traição. Concedeu-se livre arbítrio para, tanto em municípios quanto em estados, a classe política regular e legislar sobre seus próprios vencimentos, a exemplo do que já ocorria em âmbito federal, o que produz distorções aberratórias. E outras tantas deformações que encontram origem no mesmo fundamento: há um modelo de democracia destituído de total falta de critérios, bem como da inexistência de juízo crítico. Enfim, o caminho fica aberto para o declínio cujo traçado parece incluir três aspectos já pontuados pelo ensaísta e sociólogo alemão, Robert Kurz, no artigo “O declínio da classe média”, publicado no *Mais!* (Folha de S. Paulo, 19.09.04): 1. “proletarização cultural da burguesia”; 2. “anomização da classe média”; 3. “atomização dos processos produtivos”.

A democracia e o mito

Os mapeamentos até aqui formulados tentam configurar que, embora a sociedade brasileira tenha sido contemplada com algumas conquistas, a democracia brasileira é mais uma construção mítica que uma experiência cultural, refletida na prática societária. Vivemos, pois, a democracia da discursividade e, com ela, tendemos a negligenciar a observância de processos menos visíveis, mas que seriam substancialmente decisivos para a desejada autonomia.

Parte expressiva da sociedade parece haver-se inebriado com a “reconquista” da “liberdade de expressão”, sem atentar para o que pudesse estar sucedendo com a “expressão da liberdade”. Como se sabe, o mito sempre abriga uma estratégia de traição, seduzindo o devoto com o que é visível e com o que é promessa. Assim atua a força do mito, a fim de tornar oculta a fragilidade que a sustenta. O mito sempre aposta no “esquecimento”. Para tanto, precisa da cumplicidade do “tempo deslocado”, seja na forma

de uma memória passiva, seja na moldura de uma projeção utópica. O que o mito não quer é o olhar que criticamente revisita o passado, nem o olhar que questiona um “futuro em festa”. Talvez, por isso, o corpo societário brasileiro se tenha rendido à sedução do imaginário, em detrimento de uma atitude afirmativa e corajosa que seria conduzida pelo vigor da imaginação e da inventividade.

“Os cidadãos civilizados não são produto do acaso, mas de um processo educativo”, afirma Karl Popper, em *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade* (1996:83.). Em sociedade na qual o processo educativo (não apenas o sistema educacional) é debilitado, assim também se torna o perfil da civilidade. A idéia de “festa da democracia” (jargão freqüente da mídia, em época de eleição) é essencialmente uma formulação do ideário mítico norte-americano que, entre nós, foi assimilado. Em outras culturas, democracia é um valor de extremada seriedade e de não menor vigilância, sempre com o intuito de conter a expansão emocional de efeito deformador, capaz de transformar o eleitor em “torcedor”.

A democracia perde a dimensão mítica quando, à prática democrática, se agrega a percepção do processo histórico. É, portanto, essa direção que o corpo societário brasileiro se deveria esforçar por cumprir. Jamais haverá possibilidade de adesão a um projeto transformador, sem o envolvimento profundo dos seres com o conhecimento tanto da história societária quanto de sua própria história pessoal. Sem esse fator de mudança perceptiva, ficaremos sempre depositários do “saudosismo” e/ou do “devaneio”. Ambos nos retiram do “princípio de realidade” e traduzem atitudes improdutivas ante a necessidade histórica que reclama redirecionamentos.

Na vertente do saudosismo, identifica-se o “mito das origens”. Nele predomina a idéia equivocada de que houve um tempo no qual éramos puros e o mundo, por conseguinte, um dadivoso palco idílico, pronto para abrigar-nos. É quase uma imagem bíblica a respeito do paraíso. A propósito dessa questão, bem assinala Raoul Girardet, em seu rentável estudo *Mitos e mitologias políticas*, mais precisamente no capítulo “A pureza das origens”, ao recordar versos de Victor Hugo, sob impregnança de intensa visão romântica:

Dias inauditos! O bom, o belo, o justo
Fluía na torrente, estremeciam no arbusto.
... Nada tinha mácula e nada tinha sulco;
Dias puros! Nada sangrava por unha e por dente
O animal feliz era a inocência rondando (Girardet, R. 1987:106).

Obviamente o cenário evocado por Hugo jamais existiu e nem poderia, principalmente por aquilo que pontua o dramaturgo norueguês J. H. Ibsen na citação inclusa como uma das epígrafes deste escrito. Afora a deformação que o olhar da ingenuidade acarreta à razão, ainda se soma o perigoso sentido da “pureza”, dado seu fundamento fazer supor a idéia de que possam existir os “puros”, em oposição aos “impuros”. Não bastassem os horrores já praticados no passado, em nome de tais conceitos, eis que a contemporaneidade, para assombro de muitos, ressurgiu com os sintomas de uma fantasmagoria escatológica que julgávamos superada. Como defunto insepulto, o corpo do horror está exposto. Bem alertava E. M. Cioran, no capítulo “Genealogia do fanatismo”, presente em *Breviário de decomposição*: “É que toda fé exerce uma forma de terror, ainda mais temível quando os ‘puros’ são seus agentes” (1989:13).

Na vertente do “devaneio”, situa-se outra face deformadora que tem sido a responsável direta por inúmeros equívocos, independentemente dos regimes políticos pelos quais passamos. O devaneio (como ensina a etimologia: “vanu” = vão / vazio) projeta o indivíduo num estado de vacuidade que deixa a consciência em suspensão. Em tal condição, tudo se torna possível para bem e para mal. O devaneio tropical, infelizmente, no plano político, sempre se inclinou para o delírio incosequente. O lado virtuoso ficou restrito a genialidades que mapearam as artes e a construção do pensamento. Para a construção da nação, a força devaneante tendeu para o rótulo profético de Stefan Zweig: “o país do futuro”. O futuro como meta de realização sempre se chocou com as decisões do presente. Em nome do devaneio, selecionamos, a título de ilustração, três decisões estratégicas nas quais perdemos o rumo para o futuro, além das já serializadas em páginas anteriores:

1. quando o país precisava alavancar investimentos na agricultura (décadas de 60 e 70, no século passado), fez a opção por tecnologia em telecomunicações (veja-se que fim melancólico teve a Embratel). Na época propícia e necessária para investimentos em pesquisa e tecnologia, voltam-se esforços para incremento da agricultura. Vozes épicas alardeiam vitórias por conta de “empurrarmos” commodities no mercado mundial: soja, algodão, açúcar, com o agravante de ainda não havermos implementado a reforma agrária. Seremos, a exemplo da abolição da escravatura, o último país a promovê-la (se é que...).

Produtos primários e subordinados a políticas internacionais de preços soam, em tempos atuais, como grandes conquistas da balança comercial. Quem apostou em plantio de transgênicos já está amargando resultados menos promissores. Acreditaram no canto da sereia da Monsanto, empresa responsável pelas patentes das sementes transgênicas. Ela regula a oscilação dos custos que repercutem na rentabilidade.

Para os dois fatos, o teórico húngaro István Mészáros alerta, em *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, quanto às conseqüências em nome de opções erradas. Primeiramente, no tocante às telecomunicações e respectivas tecnologias:

Numa área crucial – tecnologia de computadores, tanto no hardware quanto no software – , a situação é extremamente grave. Para mencionar apenas um caso, a Microsoft desfruta de uma posição de quase absoluto monopólio mundial, por meio da qual seus programas geram conseqüências pesadas também para a aquisição de equipamentos mais adequado. Mas além dessa questão, descobriu-se há pouco um código secreto embutido nos programas da Microsoft, que permite aos serviços militares e de inteligência dos Estados Unidos espionar qualquer pessoa no mundo que seja usuária do Windows e da Internet (2003:51).

No que se refere ao domínio sobre o plantio, Mészáros adverte:

Também em outra área de vital interesse, a produção de alimentos geneticamente modificados por gigantes transnacionais americanos, como a Monsanto, o governo dos Estados Unidos está fazendo o possível para impor ao resto do mundo produtos cuja adoção garantiria – ao forçar eternamente os agricultores de todo o mundo a comprar sementes não renováveis da Monsanto – o domínio absoluto para os Estados Unidos no campo da agricultura. As tentativas de empresas norte-americanas de patentear genes visam objetivo semelhante (idem: 51-52)

Quem, no Brasil, acompanhou as seções de debate e de votação, na Câmara e no Senado sabe que tal denúncia não obteve nenhuma guarida.

O debate se conflitava entre a “visão modernizadora” (devaneio mítico) x “visão atrasada” (complexo de inferioridade).

2. O Brasil se fortaleceu no que não deveria (produção cultural de entretenimento) e enfraqueceu-se no que não poderia (produção cultural de conhecimento). Não há democracia que sobreviva em bases auto-sustentáveis, se destituída de vigoroso suporte atado à experiência do conhecimento. É o modelo do entretenimento – e de baixa qualidade – que realimenta a onda do devaneio, acarretando sucessivo processo de desfiguração da identidade nacional. Nela se esvai o talento para a arte, para a pesquisa de ponta, fazendo aqui e ali, mais por abnegação e obstinação, em nome de intensas privações, pontificar isoladamente algo mais vigoroso. Nada, porém, estruturalmente elaborado como projeto político a envolver uma nação. Como ilustração para embasar com dados reais, tradutores da fragilidade cultural do país, vale reproduzir estimativas recentes do IBGE: no país existem, em números redondos, 32000 bancas de jornal e 1500 livrarias. Não bastasse a acentuada disparidade entre o modelo do entretenimento e o do conhecimento, cabe ainda ressaltar que, das 1500 livrarias, resulta o seguinte estarrecedor quadro: 87,9% dos municípios brasileiros não dispõem de uma livraria sequer. No tocante a cinema, há, no Brasil, 1920 salas de projeção. Destas, mais de 800 estão concentradas em capitais, para uma média de 106.000 habitantes por sala. Em compensação é alarmante o número de farmácias e drogarias, o que dá conta das doenças das quais padecemos, seja física, seja mental (cultural). No campo da pesquisa, fiquemos com o exemplo do petróleo. Em 50 anos, realizou-se, no Brasil, em média, 25.000 prospecções enquanto os E.U.A prospectam, em média, 33.000 por ano e o Canadá, com a média anual de 24.000. Nos últimos quatro anos (de 2001 a 2004), a Petrobras (agora, por decisão do governo anterior, dada a orientação do marketing internacional, a palavra perdeu o acento agudo. Realmente foi uma medida “da maior importância” para o sucesso da Companhia) gerou R\$ 6 bilhões de receita; o governo repassou à empresa, em parcelas, para reinvestimento, manutenção e prospecção, a pífia quantia de R\$ 6 milhões. Será necessária alguma explicação a mais?

3. A formulação de política de Estado centrada na aposta do “capitalismo financeiro”, em detrimento do “capitalismo de produção / consumo”. Se as duas anteriores representam erros estratégicos, a terceira beira a insanidade e o abastardamento radical, atributos próprios de quem não vê

o país para além da ponta de seu próprio nariz. Deixamos o diagnóstico nas palavras de uma das mais brilhantes inteligências brasileiras. Vale dizer que nos referimos a Celso Furtado, numa de suas últimas publicações (*O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*) em que, no prefácio, pontuava: “Os ensaios aqui reunidos respondem a uma indagação: que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação?”. Todavia, a passagem que, efetivamente selecionamos é a que se aproxima do final do livro e, em certo grau, responde à questão formulada por Furtado no prefácio:

(...), hoje várias empresas européias vêm se instalando fora de seus respectivos países. A outra globalização, a financeira e monetária, é dominada pelo capital especulativo, que está localizado em qualquer lugar, mas de preferência em paraísos fiscais. É um capital que não tem cara, só pensa a curto prazo e pesa enormemente na utilização dos fundos de pensão, que são hoje uma das principais fontes de liquidez internacional. Esses fundos são administrados por funcionários, e não pelos grandes capitalistas do passado. E esses funcionários querem maximizar vantagens a curto prazo, porque podem perder o emprego amanhã e querem ganhar dinheiro logo. (...) Para essa gente, o Brasil tornou-se um negócio pouco seguro (...). Do dia para a noite podem escapar 10 bilhões de dólares. Quando o país acordar, a situação já é outra. (pp. 89-90)

Ainda sob efeito da perda de Celso Furtado, falecido em 20.11.2004, bem como pela natureza temática desta escrita, é mais que oportuno reproduzir aqui parte de um artigo que, sob impacto da notícia, publiquei na edição de 23.11.2004 do site Observatório da Imprensa. Nele procurava caracterizar como a “tanatocracia”, presente na história brasileira, expusera Celso Furtado a “três mortes”:

A primeira das mortes – e provavelmente a mais penosa e implacável – deu-se com o exílio imposto pelo regime militar em 1964. O fato de haver integrado o governo de João Goulart, à frente do Ministério do Planejamento, serviu de justificativa para eliminar da vida brasileira uma das mais pródigas inte-

ligências criadas nos Trópicos. Triste nação aquela que se desfaz do melhor, seja em nome do que for. Pior ainda se ela se descarta do melhor em nome do que há de pior.

Com o decreto da Anistia, eis que se abria uma nova oportunidade para a sociedade brasileira redefinir seus caminhos em direção a conquistas que haviam sido abortadas. Todavia, interesses menores somados a equívocos maiores desprezaram um dos mais ilustres nomes. Assim, o que significou tempos de abertura para uns continuou fechamento para outros. Entre esses, de novo, estava o nome de Celso Furtado. Uma segunda morte ali se deu. Tratado como membro de segundo escalão, nada de mais expressivo foi destinado a alguém que, por toda vida, se preparou para vãos bem mais altos. Celso Furtado era um daqueles perfis que, pelas qualidades, acaba sofrendo os efeitos daqueles que nelas percebem o incômodo.

Fico imaginando que rumos teria tomado o país se o primeiro presidente civil da redemocratização houvesse sido Celso Furtado, ou que, ao menos, tivesse sido o segundo. Nada além de conjecturas elaboradas por certa invasão de melancolia que aqui se associa à terceira e definitiva morte. Talvez Celso Furtado tenha cometido o erro de pensar muito num país que prima por pensar pouco e pequeno. Assim, para que não figurasse como alguém banido, o que espantaria o restante do mundo, concederam-lhe postos de decoração ou de imagem-exportação. Em 1985, foi designado embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Européia, à época sediada em Bruxelas. Em 1986, foi recrutado para ocupar (com sabor de prêmio de consolação) a simbólica pasta ministerial da Cultura. Daí para frente, embora sempre em intensa atividade funcional e intelectual, não mais a ele foi destinada projeção maior no âmbito da vida nacional. Contudo, poucos estavam, como ele, preparados para compreenderem o intrincado novelo da sociedade brasileira, o que Celso Furtado acabou consignando em centenas de páginas publicadas cujo teor a classe política não estava (e não está) à altura de assimilá-lo. Perde, com isso, o conjunto da nação.

É provável que, nessa terceira morte, tenha ido junto a última possibilidade de o país selar seu destino à figura de um estadista. Paciência, somos o quanto valemos e o que valemos é determinado pelas escolhas que fazemos. E, pelo que fazemos, repetimos para nós mesmos, década após década, quanto tão pouco valemos. Nessa lógica miúda na qual se move a pobreza da vida política e cultural brasileira, Celso Furtado, a exemplo de Roberto Mangabeira Unger, Luiz Costa Lima e Carlos Lessa, não podia ter lugar além do ocupado.

A propósito desse Brasil mais próximo, Celso Furtado, além de inúmeras outras obras, deixa, com rara nitidez, o retrato de nossos descaminhos. É prudente revisitarem-se as reflexões fixadas em três obras consecutivas: *A fantasia organizada* (Paz e Terra, 1985), *Transformação e crise na economia mundial* (Paz e Terra, 1987) e *A fantasia desfeita* (Paz e Terra, 1989). As visões alinhavadas nessa trilogia adquirem ainda maior consistência crítica e prospectiva ao somarem-se às configurações presentes em *Brasil, a construção interrompida* (Paz e Terra, 1992) e *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil* (Paz e Terra, 1999).

Para compreenderem-se mais claramente as razões das três mortes que couberam na história de Celso Furtado, bem as ilustra Gilson Schwartz no artigo *Celso Furtado, urgente e fora de moda* que, como apêndice, acompanha a reedição de *Formação econômica do Brasil* (2000:267). Assim, o autor inaugura o artigo:

“Celso Furtado é um economista completamente fora de moda. Ninguém no mercado financeiro está interessado no que ele tem eventualmente a dizer. Ele não abriu seu próprio banco, não virou cafetão de informações privilegiadas nem abriu firma de consultoria para repetir o óbvio sobre a conjuntura econômica. Não arranjou emprego público para nenhum parente. Ou seja, para os padrões atuais de cidadania e mesmo de atuação de ‘grandes’ economistas no Brasil, ele é um perdedor”.

Após a digressão, seja pelo incontida vontade de homenagear a privilegiada inteligência de Furtado, seja para ilustrar, com mais um exemplo, o desvio de rota presente na realidade brasileira, podemos retornar, como fechamento, às três configurações expostas. A soma delas permite uma sentença bastante objetiva a respeito do destino do Brasil. Enquanto os governantes de antes pensavam que sabiam o que faziam (e, na verdade, desfaziam), os governantes do presente fazem o que não sabem (e, na verdade, nem fazem). Enfim, não há muito o que lamentar. Afinal de contas, não existem mais estadistas no mundo. O que há são países nos quais atuam “administradores de condomínio” com as devidas variações que vão de “condomínios de luxo” a “conjuntos habitacionais”, passando por “comunidades da periferia”. Outro mundo está em processo de mutação. A esse respeito, bem se pronuncia Fernando Sá, na apresentação do volume *Globalização e regionalização: hegemonia e contra-hegemonia*:

Se o Estado nacional soberano encontra-se em via de extinção, faz-se necessário agora, mediante uma leitura atenta dos fenômenos econômicos e políticos que estão ocorrendo, proceder a uma nova síntese social, econômica, política e jurídica que seja capaz de racionalizar e disciplinar juridicamente as novas formas de poder que estão surgindo. (2004:11)

O processo econômico liberal se estruturou no Ocidente sob a alavanca do progresso industrial. Isto está formulado na vertente iluminista inglesa capitaneada por Adam Smith. O amadurecimento de tal concepção redundou na instalação, durante a segunda metade do século XX, das megacorporações do capital que, lentamente, foram loteando e sitiando a política, pela conjunção de seis “macroáreas” que, reunidas, integram o real poder: indústria armamentista, indústria extrativista, indústria tecnológico-científica, ordem financeira mundial, instituição religiosa e indústria cultural, recordando dois estudos publicados em 1993 e 1995 (cf. bibliografia). Ora irmanadas, ora em conflito de interesses, as macroáreas ditam e financiam os “projetos políticos”, além da intervenção (nem sempre indesejada) de um “estado paralelo”, sob a face nebulosa do “crime organizado”.

Compreendido o enredamento acima formulado, deduz-se o estreitamento progressivo a que ficou relegada a democracia ocidental.

A memória histórica

Não se formula sequer esboço de ajuizamento isento, sem a constatação prévia de que a passagem da ditadura para a democracia não contemplou mínimas exigências calçadas em critérios com os quais outro alinhamento cultural poderia ter prosperado, em tempo ainda de conter e, aos poucos, reverter o fluxo de “rotas alteradas”. Para tanto, três pilares com os quais se sustentara o regime anterior deveriam ter sido redefinidos: sistema educacional, aparelho jurídico e estrutura política. Isto significa afirmar que o processo de abertura foi implantado, mantendo “fechadas” as vias estratégicas à altura de assegurarem passos futuros com autonomia. A democracia foi negociada, ignorando-se que a manutenção dos três pilares perpetuaria a predominância de um imaginário societário a inibir a expansão da imaginação libertadora.

No episódio da anistia, na campanha pelas “Diretas-já”, na elaboração de nova constituição, vingou o preceito da intocabilidade. O esquecimento da crueldade dos torturadores, o descaso ao grito popular e a subordinação da classe política às pressões lobísticas firmaram, em três etapas, a morte lenta da autonomia. Tudo parecia suportável e justificado, em nome da erradicação da censura, do retorno dos exilados, da recuperação das liberdades individuais, sem a menor percepção quanto ao rumo de um processo cultural em direção ao “vale-tudo”.

Feitas as observações preliminares, agora cabe destinar foco particular a cada um dos três pilares nomeados. Início, pois, pelo sistema educacional.

O sistema educacional

Não são em pouco número as deficiências detectáveis na realidade educacional brasileira, a começar pelos tantos de excluídos e condenados pelo analfabetismo. Por outro lado, pouco tem a vangloriar-se o lote de inclusos na educação formal, a julgar pela suspeita qualidade que nela predomina. Do ensino fundamental à universidade, o Brasil é regido por um modelo dos mais deficitários, o que impede o país de promover saltos qualitativos, em que pese o empenho de experiências isoladas. Todavia, de todo o processo, o mais perverso se situa no nível secundário, seja por ser terminal para muitos, seja por habilitar tantos outros à experiência universitária, além da faixa etária que atinge o período mais delicado em toda a

formação de personalidade e caráter. Dos 14 aos 18 anos, tem-se a passagem definitiva para o despertar crítico ou para o desvio de conduta. É o período no qual o país perde ou ganha uma geração, razão pela qual centralizaremos a atenção.

Precisamente, há 23 anos, como consta na introdução desta escrita, em dois artigos publicados no semanário Caderno de Educação (Jornal dos Sports – edições de 09/03 e 16/03, em 1980), com o título de “Proposições para a reestruturação do 2º grau”. Testando os ventos da “abertura” com os quais o “novo” governo Figueiredo acenava à população brasileira, alertava para a deformação à qual ficara exposto o nível secundário, desde a implantação da Lei 5.692.

Na ocasião, ciente das deficiências detectáveis por qualquer profissional de ensino, propunha o nível secundário em quatro anos (vale registrar que o governo francês está agora por implementar), tripartido nas áreas de: Humanas, Biomédicas e Tecnológicas, compondo-se em duas etapas. Os primeiro e segundo anos comuns a todos os alunos (“Formação Geral”), com o restabelecimento de disciplinas de perfil humanístico: filosofia, sociologia, psicologia. Os terceiro e quarto anos (“Formação Específica”) para turmas separadas, com disciplinas atinentes aos campos profissionais escolhidos. Vale lembrar que, na referida publicação, a cada área, oferecia-se a grade curricular julgada necessária, acompanhada da devida carga horária. Já preocupado com as demandas de uma realidade futura não muito distante, à época, sugeria a inclusão de disciplinas como informática e ecologia, além de dedicar capítulo especial ao “ensino profissionalizante”. Bem, o propósito aqui não é o de “republicar” os artigos. Apenas ilustrar, com a remetência ao passado, a incapacidade que o país tem de promover transformações onde elas efetivamente seriam agentes de transformação e desenvolvimento.

A despeito de alguma repercussão em ocasionais veículos midiáticos (jornal e rádio), nenhuma consequência maior a proposta mereceu. Por outro lado, também não havia nenhuma expectativa quanto a diferente desfecho. Tratava-se apenas de pôr o dedo na ferida. A rigor, o projeto não convinha a nenhum setor. Limitava a lucratividade na rede do ensino particular, ampliava custos na rede pública, afetava interesses do mercado editorial voltado para publicação de livros didáticos, contrariava estratégias comerciais de mídias eletrônicas e, por fim, geraria novamente o risco de formarem-se jovens incômodos à ordem social, política e econômica.

Não foi por outra razão que o regime militar, ao assumir o controle da nação, logo se empenhou em desmontar o eficiente e democrático modelo educacional traçado pela bela inteligência de Anísio Teixeira cuja competência ficou inscrita em todas as missões por ele assumidas, seja no tocante à concepção e condução do sistema educacional brasileiro, centrado na eficácia da rede pública, seja no cargo de primeiro reitor da Universidade de Brasília, dividindo o projeto com Darcy Ribeiro.

Inexistência do 2º grau

Mais de duas décadas se passaram e nada rigorosamente, pelas mesmas razões de antes, foi alterado. Pelo tempo decorrido, não é difícil deduzir quanto de gravidade se multiplicou na deterioração intelectual da juventude brasileira. Em termos mais explícitos: a “cirurgia radical” engenhosamente urdida pelos “cérebros da ditadura” vem sendo corroborada, estrategicamente pela classe política e dirigente. Assim, a realidade educacional brasileira convive num processo de falsificação no qual o estudante egresso do 2º Grau, em vigência, e aspirante a uma vaga na universidade não se apresenta existencialmente afetado, menos ainda transformado. Como ser social e existencial, o jovem (na verdade, adolescente) ingressa na universidade com o perfil identitário do qual já o era portador ao final da 8ª série. Às alterações ocorridas no corpo, não correspondem novos estados mentais. Criticidade, eficácia argumentativa, exigência estética, capacidade analítica e interpretativa, fluência verbal e expressão afetiva são atributos cognitivos e perceptivos absolutamente ausentes na esmagadora maioria da juventude pré-universitária e prolongada no curso superior.

Enfim, a questão é essa: afora esforços individuais de profissionais sérios e comprometidos com o alcance histórico do que fazem, não existe nível secundário na formação escolar brasileira. O material didático, em sua grande maioria, é graficamente sofisticado e conteudisticamente nada além de sofrível, além de preços extorsivos. Paga-se caro por quase nada. Por sua vez, a “grande família nacional” parece haver perdido o senso de orientação, quanto à fragilidade intelectual de seus respectivos filhos. Ou dela também se tornaram portadores os próprios pais?

Apenas quando se dá materialidade a certas situações é que algum desconforto passa a ser registrado por pais menos alheios ao destino geracional. Então, citemos algumas situações. É cabível um jovem escolher o curso de

Letras, chegando à universidade absolutamente ignorante quanto a dramaturgos, poetas e ficcionistas como: Sófocles, Shakespeare, Balzac, Baudelaire, Eça de Queiroz, Flaubert, Dostoiévski, Kafka, Beckett, entre outro elenco infundável, simplesmente porque, no colégio, o aluno estuda (e mal) Literatura Brasileira? Claro que é fundamental conhecer sua própria literatura. Ocorre, porém, que tal incumbência deveria ser desempenhada pelo professor de Língua Portuguesa. Este, por sua vez, ministra, no nível secundário, o mesmo conteúdo cobrado no chamado ensino médio e sem nenhuma rentabilidade, já que os recém-chegados à universidade continuam desconhecendo princípios elementares atinentes a ortografia, pontuação, regência, concordância e concatenação de idéias. Ao professor de Literatura, a exemplo do ocorrido em outras partes do mundo, ficaria o encargo de municiar seus alunos com conhecimentos universais, com antologias capazes de ampliar o horizonte intelectual e estético.

Pelo modelo instituído, há décadas formam-se profissionais em áreas como Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Comunicação, Economia, Administração, Direito, entre outras, sem que a escolha feita tenha sido minimamente alvo de contato com os respectivos conteúdos, simplesmente porque a grade curricular do ensino secundário ignora por completo. Substituem a experiência com o conhecimento pela aplicação de “testes vocacionais”. E o pior: acreditam nisso. Resultado: centenas de universitários, ao longo do curso, pedem transferência, alegando inadequação do curso às suas expectativas subjetivas e objetivas.

A cultura infantilizante

Não bastassem as deficiências estruturais apontadas, soma-se à identidade dominante brasileira a característica de, tradicionalmente, ser uma sociedade da oralidade, ou como, em publicação de 1981 (*Dispersa demanda*), Luiz Costa Lima classificou de “cultura auditiva”, fruto do culto à oralidade. O sintoma fixado pela tradição nacional, sobre cujos aspectos históricos aqui não teceremos considerações – até para não reproduzir a correta e rica análise presente na obra citada – ainda se viu fortalecido e estimulado por conta da expansão dos meios audiovisuais, a partir dos anos 70, no século passado, quando se deu acentuado incremento. Principalmente, no tocante à televisão, políticas de difusão foram traçadas, de modo a, pela sedução da imagem, reter por mais tempo possível junto a

ela o olhar de milhões de receptores. Acompanhando a concepção de tal paradigma, demais meios de comunicação foram aderindo, com o intuito de tornarem o código verbal escrito cada vez mais assediado pelo padrão visual. Assim, o imaginário cultural brasileiro, já precário pelo regime da oralidade, migrou majoritariamente, para o da “imagibilidade”.

A mudança de padrões comunicacionais agravou o quadro na medida em que da oralidade para a imagem tem-se uma perda ainda maior quanto ao desprestígio que o código verbal passa a sofrer em favor do código icônico. Enquanto a palavra, bem ou mal, pela sua constituição mental, de base conceitual, obriga a certo esforço de compreensão, a imagem, pelo contrário, deixa a ilusão de tudo estar à mostra. Nesse estágio de transformação, o contexto cultural brasileiro não se dava conta de que o regime da imagem era a extensão do regime político: o autoritarismo a governar o país se casava com o caráter autoritário do qual a imagem se faz portadora. Por sua vez, o sistema educacional, insensível à tendência brasileira, não compreendeu que deveria inserir a linguagem audiovisual como tema de análise crítica. Quando tematizava a questão – o que ainda ocorre em grande escala no Brasil – conferia tratamento banal e/ou ingênuo, mera prática ratificadora do próprio veículo, a TV. Ou a televisão era alvo de discursos elogiosos, ou era objeto de menosprezo por parte dos supostamente mais esclarecidos.

À imagem e semelhança dos “modelitos televisivos”, a figura do professor era incentivada a trocar o perfil de autoridade do conhecimento, para assumir o papel de “animador cultural”, sob o respaldo de uma “pe(r)dagogia assistencialista”. As raras angulações críticas ficavam (como ainda permanecem) restritas a pequenos redutos acadêmicos.

Como se vê, o tema é um convite a tantos outros desdobramentos incompatíveis com os limites desta reflexão, já um tanto alongada. Fica, pois, o registro de um tom de alerta para os desafios que tanto exigem enfrentamento urgente quanto se intensificam aceleradamente os efeitos de uma avalanche que ameaça aprisionar a inteligência brasileira, condenando gerações a um tempo de carências progressivas, tão graves quando materiais e não menos preocupantes, quando culturais. É bom lembrar que, no relógio das vicissitudes sociais e existenciais, os ponteiros giram com mais velocidade.

É sabido que, na passagem de qualquer regime ditatorial para um regime democrático, se imponham redefinições tanto estruturais quanto funcionais, sob pena de o novo modelo abrigar as deformações geradas pelo anterior, comprometendo a eficiência e a autonomia exigidas pela nova

situação societária. Pois é justo aí que residiu o erro brasileiro, acarretando sérias deformações tanto políticas quanto culturais com as quais atualmente nos defrontamos. Nos três setores estratégicos, por aqodamento e/ou acomodação, inviabilizou-se o reencontro da democracia com a sociedade brasileira, em bases mais sólidas e justas. A conseqüência desse descompasso ditou (e vem ditando) o agigantamento de infortúnios e equívocos.

Como cultural e politicamente não se promoveram os indispensáveis ajustes éticos em relação ao regime anterior, a sociedade brasileira, sem maiores revisões, se viu num novo cenário mais voltado para a “festa” que propriamente para o significado real de democracia. Nesse contexto de deformações, liberdade e liberação passaram a equivaler-se; memória e esquecimento se neutralizaram e cobrança de responsabilidade e conciliação se fizeram parceiras. Nesse embaralhamento semântico, outras fronteiras se fragilizaram. Estas dizem respeito à tensão entre “transparência” e “opacidade”. No centro da questão, está o problema da “verdade”. Quanto a esse, dois agentes souberam construir “cortinas de fumaça”, alimentando a disseminação de “fantasmagorias”. Refiro-me aos sistemas midiático e político, seja quando informam sem as devidas clareza e profundidade, seja quando segregam informações ou fatos. São inúmeros os casos que, alimentados pela mídia, sugerem versões sobre acontecimentos impactantes e de perfil nebuloso. Como conseqüência, tem-se, no arco de experiências do imaginário societário brasileiro, tendência tanto para a mais absoluta credulidade que beira a ingenuidade infantil quanto para a expansão das mais insensatas e descabidas versões. Trata-se de dois comportamentos mentais deformados pela falta de ajuizamento.

O que é construção de mentes delirantes não se confunde com pensamentos prospectivos. Para estes, são indispensáveis atributos gnosiológicos que integram a análise, a crítica, a interpretação e, enfim, tudo que é demandado pela inteligência. A possibilidade de outras angulações para a tentativa de entendimento acerca do que envolve o sentido mais profundo de “conspiração” implica o empenho da razão em forçar a dialetização.

A “conspiração” diz respeito ao campo da “verdade encoberta”, expressão cunhada por Nietzsche. A rigor, o “pensar conspiratório”, entendido como “estado de mentação”, voltado para o exercício analítico – e diferente da “construção conspiratória” –, formula o que podemos nomear de “teoria co-inspiratória”. É, na verdade, uma situação perceptiva, instigada (ou “inspirada”) pela suspeita, pela dúvida acerca de algo posto como defi-

nitivo. Sob esse prisma, é a manifestação pura de um esforço de inteligência, a partir do momento em que um duelo é travado entre a verdade e o mistério. A origem das religiões tem a ver com esse embate, que também habitava o mundo pagão, sobretudo quanto ao sentido de “destino”. A noção em torno da existência de um “arquiteto do universo”, onisciente e onipresente, mas invisível e intangível, resvala nessa dimensão “co-inspiratória”. O olhar não se conforma com o que lhe é dado a ver. Há, portanto, nas construções “co-inspiratórias” – descartadas as elaborações mirabolantes que não passam de devaneios destituídos de mínima sustentação crítica – algo de belo, ao colocar em evidência a capacidade da inteligência reativa contra as forças estruturadoras do poder.

A linha de documentários é pródiga na oferta, ora pondo em dúvida a morte de Hitler, ora sugerindo complô na morte de Marilyn Monroe, Kennedy, entre muitos outros. Reportagens igualmente engrossam as fileiras. Quantos não se recordam das inúmeras conjecturas publicadas pelos mais diversos veículos a respeito do acidente que redundou na morte da Princesa Diana, Juscelino Kubitschek? Em outras situações, é a própria ingenuidade da versão oficial que praticamente denuncia a existência de “verdade encoberta” (ou acobertada), a exemplo do relatório da Comissão Warren sobre o assassinato do presidente Kennedy.

O Estado moderno desenvolveu, sob a ilusória prática da “transparência”, mecanismos potencializadores da opacidade. A população, por acaso, é informada sobre os reais termos de acordos internacionais, afora minutas que aqui e ali são distribuídas? A população é informada a respeito do que as CPIs apuram? Mesmo quem as acompanha não tem acesso às chamadas “sessões reservadas”. Que dizer do montante de documentos secretos, espalhados pelo mundo, aos quais apenas têm acesso altas patentes governamentais? Que verdades incômodas conterão? Ora, essa atmosfera não provém do imaginário individual. Ao contrário, tudo é gerado por instâncias de poder. Nelas figuram o Estado e a mídia. Não se pode ter a ingenuidade de que somos informados sem deformações. O difícil é sabermos encontrar o equilíbrio entre o “vôo da imaginação” e o recorte crítico-analítico. O que define a fronteira é a credibilidade da fonte, aliada ao discernimento exigido pela filtragem crítica do receptor.

Absurdos deslizam pelas páginas da Internet. Isto é inegável. Como ferramenta disponível, a Internet tanto se presta para eficientes e rentáveis acessos quanto para abrigar o amplo leque da patologia humana, razão

por que Internet é ferramenta e não, em si mesma, uma fonte. Sobre o 11/09, há uma avalanche de suposições bizarras. Todavia, não é em nome delas que se autoriza o fechamento de questão a envolver o ocorrido. É preciso lembrar que o relatório publicado sofreu inúmeras supressões. No tocante ao jogo político empreendido pelo governo norte-americano, não podem ser desprezados estudos e reflexões que se encontram disponíveis em algumas obras. Citemos algumas delas: de Gore Vidal, *Sonhando a guerra: sangue por petróleo e a junta Cheney-Bush* (Ed. Nova Fronteira, 2003); de Noam Chomsky, *Contendo a democracia* (Ed. Record, 2003); de John W. Dean, *Pior que Watergate: a presidência secreta de George W. Bush* (Ed. Francis, 2004); de Naomi Klein, *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização* (Ed. Record, 2003); de Peter Scowen, *O livro negro dos Estados Unidos* (Ed. Record, 2003); de Samantha Power, *Genocídio: a retórica americana em questão*. A leitura atenta dessas obras permite a construção de um outro “olhar”.

Formar conhecimento é um processo vagaroso e, por vezes, penoso mas não menos compensador. O perigo está na elucidação simplória e rápida. É nesse ponto que a mídia fraqueja. Ela atua no instantâneo e, passada a onda, deixa rastros para trás. Esses resíduos que depois não são revistos acabam se fixando na mente de receptores menos atentos e mais descompromissados com o conhecimento que formulam a atmosfera conspiratória na qual desfilam os devaneios do obscurantismo.

Conspirar contra a “conspiração” (sem jogo de palavras) pode acarretar o progressivo fortalecimento de discursos autoritários, entronizando o “monopólio da verdade”. Se é correto reconhecer que a “construção conspiratória” se origina de um impulso próprio daquele que busca adequar a realidade ao modelo de sua consciência – o que é deformante –, igualmente correto é identificar no exercício conjectural a recusa a imposições firmadas por paradigmas ideologizantes. A mídia exerce forte papel nas duas cenas. Claro está que os caminhos se separam a partir de como se estruturam subjetividades. A um cientista social que prioriza a observação do encadeamento dos fatos pode faltar a percepção de tudo que transcende. Por sua vez, a um psicanalista, a um teórico da arte, a um filósofo pode ausentar-se o contato mais íntimo com o que é da ordem da manifestação do imanente. Daí que a prudência de cada passo do pensar não deve abdicar da desconfiança sobre o pensado e, principalmente sobre o consolidado.

Enfim, a face conspiratória da História é tão frágil quanto a adesão acrítica às verdades entronizadas. Será que, com tudo que já ocorreu, alguém ainda acredita no fato de a invasão do Iraque ter sido motivada por nobres princípios de preservação civilizatória? É provável que sim. Bem, cada qual se identifique com o que melhor lhe parecer. Afinal de contas, a democracia não se pode alimentar de exclusões.

O amadurecimento para a fixação de uma experiência democrática e efetivamente transformadora depende da capacidade de o ser brasileiro perceber em profundidade o que perdeu, ao permitir a prevalência do “jogo das concessões”, em troca de “sensações”. Sem a consciência clara e desarmada a respeito da história como “construção”, a sociedade brasileira corre o risco de perpetuar um esboço de democracia. Mesmo ciente do quanto de discordância a idéia possa produzir, não receio afirmar que, majoritariamente, a sociedade brasileira ainda desconhece o sentido e a prática reais da democracia, bem como ignora o significado e a lógica funcional que regulam o modelo capitalista. Deram-se passos, passadas, por vezes, arrancadas, fazendo pairar uma nuvem com a qual o olhar desatento tende a embaralhamentos, em meio a sustos gerados por ocorrências do cotidiano.

Como desdobramento definitivo, resta agora pensar-se o que ainda se apresenta como dívida para o ingresso num modelo societário democrático, com o real significado emancipatório. Para tanto, o foco crítico que, até então, foi centrado em aspectos gerais e, em seguida, no âmbito educacional, agora se desloca para as esferas jurídica e política.

O aparelho jurídico e a democracia

Não bastasse, a história brasileira, desde as raízes coloniais, ser perpassada por uma ordem jurídica instituída pela cumplicidade com o fomento de uma cultura dos benefícios e dos privilégios, ainda o quadro se viu afetado, em decorrência de não se promoverem ajustes legais e funcionais, quando da transformação do regime autoritário em Estado de Direito. Em que efetivamente a “Nova República”, no âmbito judiciário, negligenciou? É sabido que, num regime ditatorial, justiça e polícia assumem prioritariamente a função de referendar e executar decisões ou operações engendrados pelo próprio regime, tornando secundário tudo que se refira a questões individuais ou setoriais. Em tal cenário, a justiça e os aparelhos repressores acabam, aos olhos da população, como instâncias extensoras e

tentaculares do Estado, cujo modelo parece consolidar o comprometimento com a ordem dos privilégios. Nesse formato, os quadros funcionais do Estado incorporam os ditames da lógica sistêmica. Era inevitável que, num cenário de redemocratização, se processasse mudança tanto de imagem quanto de funcionamento.

Outro ponto diz respeito a ritmo. O aparelho judiciário ingressou na regra democrática em total descompasso. É uma questão de lógica. Na democracia, em inexistindo uma legislação adequada, tende a haver multiplicação de demandas judiciais, por ser próprio do Estado de Direito qualquer cidadão (ou grupo) recorrer judicialmente, quando se imagina contrariado (ou prejudicado) em seus interesses, tanto pessoais quanto corporativos. Em regimes autoritários, dá-se efeito oposto: demanda reprimida. Portanto, ao crescimento de processos, tem de corresponder a aceleração do ritmo, sob pena de fixar-se a imagem (e real) da inoperância, da morosidade e, por fim, da impunidade. Por que, no regime democrático, intensificou-se o sentimento de impunidade senão pelo fato de, à sucessão de denúncias, não se seguir, no devido tempo, a consumação judicial?

Ao longo das últimas décadas, o sistema jurídico, na contramão das necessidades ditadas pela democracia, mantém-se engessado num enredamento que parece insolúvel. Acúmulo de remendos, emendas, artigos, pareceres, deliberações circunstanciais, liminares e jurisprudências traduzem o emaranhado incompreensível à vivência cotidiana do cidadão comum. Para esse, a justiça continua parecendo um “corpo estranho”, a serviço dos interesses dos poderosos, em meio a artimanhas e armadilhas lingüísticas e/ou tecnicistas. Subordinado a esse imperativo, mesmo o indivíduo letrado e culturalmente sofisticado se sente indefeso e refém de alguém que profissionalmente o conduza, passo a passo, no processo de “alfabetização jurídica”. Não há, pois, democracia auto-sustentável, sem a erradicação de deformações cristalizadas em regime de exceção. Trata-se de um princípio elementar. A ação crescente do Ministério Público, algo louvável de um passado recente e, felizmente, até aqui mantido, chega com décadas de atraso, já encontrando um quadro de corrupção de caráter sistêmico. Por mais empenho que se tenha agora, o resultado é frágil para a dissipação das redes criminosas.

O olhar retrospectivo e o olhar prospectivo

Compreender um processo histórico-político implica assumir uma atitude de distanciamento tanto temporal quanto emocional, de modo a reduzir, o máximo possível, efeitos contaminadores e deturpadores. Esta é condição essencial a todo e qualquer projeto de redirecionamento de uma realidade societária presente e, de modo a permitir o vislumbre de um futuro viável e liberto de frustrações.

É sabido que o ser brasileiro não é disciplinadamente educado a olhar o passado. Há, na cultura tropical, forte tendência em associar o passado histórico a postura saudosista e melancólica, em favor de visões esperançosas (e, por vezes, delirantes). Mais ainda o olhar retrospectivo em favor da esperança parece recusado pelo ser brasileiro até como afirmação de identidade cultural. Como se tal estado de ser evitasse confundir-se com traços presentes na tradição cultural lusitana, como saudosismo e melancolia apoiados numa vocação messiânica. Para a compreensão mais ampla dessa questão, vale a rica reflexão do renomado ensaísta português, Eduardo Lourenço, em dois densos livros: *Labirinto da saudade* (Publicações Dom Quixote, 1982) e *Mitologia da saudade* (Companhia das Letras, 1999). Merecem atenção especial os ensaios, no primeiro, *Psicanálise mítica do destino português* e, no segundo, *Melancolia e saudade*.

Há, no entanto, algo de diferente para além da frágil lógica binária a oscilar entre o saudosismo e a esperança: a vertente crítica que, como tal, não abdica da autocrítica. É justo esse olhar para dentro e, em seguida, para trás que equaliza o foco sobre o presente e o futuro. O imobilismo sim pode esconder-se na atitude defensiva (ou disfarçadamente incômoda) quanto ao fato de, porque não fizemos tal coisa no momento certo, não haveremos mais de realizá-la. Pois a razão histórica – que construiu a democracia em sociedades menos injustas – afirma exatamente o oposto: por não termos feito, é indispensável que o façamos. Não se conquista autonomia histórica, política e, menos ainda, cultural, acumulando lacunas e práticas conciliatórias como disfarce de quem não assume enfrentamentos. A respeito dessa característica dominante na trajetória brasileira, cabem algumas observações complementares.

Há algum tempo, em artigos para o Observatório da Imprensa, tenho feito pontuações reflexivas quanto ao procedimento acríptico assumido por grande parte da imprensa brasileira. Igualmente, não me tenho furtado em declinar sérias preocupações no tocante ao destino da América Latina e, em especial, a América do Sul que, notoriamente, se faz palco de sucessivos con-

flitos cujos desdobramentos e gravidade podem vir a tornar-se um “cenário de horror”, sem precedentes na história de seus povos. Há sérios indícios no tocante à progressão do que se pode classificar como “cinturão da miséria”, parceiro da “insurreição dos segregados”. A gravidade, para além dos indícios, consiste no fato de que eles começam a adquirir contornos sistêmicos. Talvez caiba reproduzir alguns que, num artigo de 2002, elenquei: 1. levantes urbanos na Argentina, seguidos de crescentes estados de tensão psíquica nos diferentes segmentos da população; 2. focos de guerrilha na Colômbia, Bolívia e Peru; 3. a rede de narcotráfico plantada e disseminada em diversas regiões do Brasil, afora conexões em rede com demais países sul-americanos; 4. incremento da pirataria econômica (falsificação industrial) como base do sistema financeiro do Paraguai; 5. proliferação de bolsões de excluídos e desempregados em todos os países do Continente; 6. instabilidade política na Venezuela e Argentina; 7. invasões de propriedade, entremeadas por práticas de violência da parte de proprietários e de violação da parte de errantes famílias marginalizadas; 8. aumento progressivo de impostos sobre setores estratégicos da economia e segmentos populacionais assalariados, inibindo numa ponta a produção e, na outra, o consumo, além de deteriorar a massa salarial do país, o que, reunindo os três vetores, inviabiliza a própria fórmula do capitalismo e qualquer política de desenvolvimento da nação; 9. crescimento da “economia informal”, afetando, em cascata, a arrecadação pela União, o que acarreta crises crescentes na implementação de projetos sociais e no setor da previdência pública; 10. fragilização dos sistemas educacionais, com a oferta de modelos cada vez mais empobrecedores, sob o ponto de vista da qualidade intelectual, de modo a contribuir para a brutalização cultural; 11. constantes agressões ao ecossistema, gerando sérios problemas de caráter ambiental, o que repercute diretamente nas saúde precária de populações majoritárias; 12. indícios de conflitos e de violência contra segmentos minoritários, envolvendo questões raciais e sexuais; 13. aumento de diferenças entre ricos e pobres, fato verificável em todos os países do Continente, em razão da falta de programas governamentais, à altura de redefinirem as políticas tributária e fiscal; 14. impossibilidade de, em meio a tantos impasses, dificuldades, disparidade de recursos e de problemas entre os países, promover-se, no Continente Sul, a homogeneidade monetária. A Europa, por conta de muito menos, adiou em quase uma década a fixação do euro. No caso do Continente Sul, o horizonte desse projeto está cada vez mais distante, para não classificá-lo de impossível; 15. as principais riquezas patrimoniais de que alguns países dispunham já fo-

ram sucateadas em privatizações voltadas para repasse de pagamentos da dívida externa, sem nenhum benefício revertido para as respectivas populações, principalmente as carentes em tudo.

Como bem se pode concluir, o quadro ao que estamos expostos acusa razões suficientes para um estado de alerta contra o qual não se vislumbram projetos saneadores.

A política, a mídia e a democracia *performática*

Não é apenas a grande imprensa brasileira a viver do que lhe ditam os “grandes senhores”. Também a política passa por igual submissão. Perdeu-se a autonomia decisória. Com ela, se foi a democracia. Não está, pois, equivocando o ensaísta espanhol Manuel Castells ao reconhecer, em “A necessidade de representação”, artigo publicado no caderno Mais! (Folha de S. Paulo, 27/01/02), o desafio por que passa o Ocidente quanto a que caminhos tomar: reconhecer a democracia como mero deleite para reflexão ou reinventar para ela uma prática ajustada aos conflitos dos novos tempos.

Claro está que o elemento perturbador a atravancar o curso das águas no rio da democracia se deve à subserviência que, principalmente nas últimas três décadas, a política se permitiu, ao fazer-se refém dos interesses do capital, seja na forma de financiamentos para campanhas eleitorais, seja na dotação de orçamentos governamentais, sem falar na invasão da publicidade e do marketing como promotores de situações artificiais, transformando políticos em “modelitos”. A contaminação é irreversível. A política foi “midiatizada”. O que hoje resta é a “cultura da fofoca”. Quem falou mal de quem... Quem foi visto jantando com quem... Fulaninho disse que... Idéias? Plataformas concretas? Posturas claras quanto a assuntos polêmicos? Nada. Todos evitam assumir posições, ante a ameaça de perda de votos. O que sobra são as migalhas do cotidiano revestidas de sensacionalismo para manter a “novela” no ar. Debates vigorosos e construções ideológicas são “ilusões perdidas” como bem antes as perdera Balzac.

Não menos problemática é a travessia acidentada da democracia. Para esta, a autonomia ficou, pelo menos, repartida entre classe política e redutos midiáticos, com destaque particular para os setores jornalísticos. Diga-se de passagem que, no caso, se culpa há, não é dos jornalistas. O fato é ainda mais reconhecível, ao observarmos o curso da “Nova República”. Não é infundada a desconfiança de que o país é gerido por economistas e jornalistas, com as devidas diferenças a

separá-los. Enquanto a “razão econômica” formula planos e manobras para equilibrar o que estruturalmente realimenta o desequilíbrio, a “vertente midiática” pauta a vida política diariamente para reproduzir falácias, intrigas e outras superficialidades, oferecendo em troca exposição de figuras públicas, escândalos que findam por não produzirem desfecho à altura das expectativas prometidas. Tal “presença” deixa a ilusão de a sociedade brasileira ser extremamente politizada, quando a verdade histórica e cultural revela justamente o contrário.

○ espaço dedicado pelas principais publicações jornalísticas (inclua-se a mídia eletrônica) à tematização da política (não raro sob a forma de matéria de capa em revistas, manchetes em jornais ou chamadas em telejornais) finda por formatar, em grande parte, a atuação de parlamentares e governantes. É claro que se trata de uma prática extensiva ao modelo ocidental. Todavia, na realidade brasileira, há em quantidade excessiva e com abordagens superficiais, além de verificar-se progressivamente um fenômeno particular. Diariamente, senadores, deputados e vereadores ocupam as tribunas, remetendo a oratória a matérias publicadas lá, exibidas acolá, ora como legitimação argumentativa, ora como exercício de autodefesa. Em segundo plano, ficam as verdadeiras pautas para as quais foram eleitos. O saldo não passa de incremento na “cultura da fofoca”. O círculo que se estabelece entre mídia e política tende a enfraquecer a qualidade do próprio debate político, em favor de um “disse-me-disse” cuja consequência se materializa na consolidação da mesmice. A democracia, quando reduzida a esse formato, é quem perde, pois a repercussão tanto das matérias quanto das atividades parlamentares também tematiza e restringe o teor das conversas nos mais diversificados redutos societários. Resultado final: proliferação de uma “democracia performática”, de perfil midiático, emocional e descartável. Enfim, a mídia, na ânsia de coberturas diárias, regula a atividade política. Esta, por sua vez, alicerça sua prática com base numa “cultura midiática”.

Parece-me que, nos últimos 20 anos, agravando-se na segunda década, a imprensa se ocupou demasiadamente com a democracia (ou o que considerou que ela seria), descuidando-se progressivamente do fator mais importante para a própria eficácia da democracia: nível cultural. Devem ter pensado que, criado o ministério da Cultura, em 1985, ao ministério deveria caber a questão. Como ministério nenhum pode dar conta do que é projeto cultural de uma nação, ninguém em setor nenhum, afora preocupações direcionadas a leis de incentivo e derivados, elaborou políticas efetivas das quais se pudesse extrair resultados transformadores.

É notório que, ao longo do tempo, com carências crescentes, se instalou expressivo (assombroso) rebaixamento cultural no país, contaminando, inclusive, o sentido profundo de democracia. Assim, o que deveria ser “democracia participativa e qualitativa” redundou na simplória “democracia representativa e quantitativa”. Nessa inversão de prioridades, também e principalmente, a imprensa caiu. Para fazer vingar a primeira, teria sido indispensável o envolvimento do exercício jornalístico com as reais questões nacionais, em sintonia com a permanente vigília crítica. A opção pela segunda consagrou um formato calcado em superficialidades cotidianas, exploração sensacionalista, “denuncismo” inconseqüente e ampla oferta de entretenimento. Sob o efeito de tais paradigmas que tendem à intensificação, fica o sabor amargo de um alerta que Gilson Caroni Filho, embora se referisse a um contexto diferente do aqui abordado, a certa altura do artigo “Nunca fomos tão felizes” (Jornal do Brasil, 11.12.04), título obviamente irônico, afirmava: “Deveriam ter aprendido com o Show de Truman que o horizonte termina na parede”. A despeito do transporte da frase prevista para outra temática, ela, por sua autonomia de significado bem se presta para a atmosfera de desfecho desta “confissão” que, doravante, não mais incluirá “fissuras”. A palavra final, entretanto, será entregue a mais uma observação crítica de Luiz Costa Lima, extraída do texto “Um desperdício de talentos”, constante no volume Para entender o Brasil. Costa Lima, em dado trecho do texto, sinaliza:

O Brasil assim dá a impressão de uma terra em que o tempo congelou. Como se García Márquez fosse o romancista de nosso país e o Caribe estivesse conosco. Agarramo-nos a alguns nomes, mitificamos algumas personalidades para não afundarmos na indiferença ou no desespero (2001:206-207).

Conclusão

A reflexão procurou fornecer um tímido quadro conjuntural, com a intenção de tornar a prática democrática uma vivência profunda, de modo a estimular a perseguição de princípios com os quais um corpo societário possa firmar um pacto ético, à altura de um futuro compatível com os padrões culturais, capazes de afirmar a identidade e o sentido de nação. Trazer à tona as “feridas” é um modo de dar o passo, em nome do respeito à cidadania. Sem o devido princípio de realidade, a consciência facilmente se deixa entregue à fantasia,

contraponto do fantasma, abdicando do investimento no conhecimento e na imaginação. Em resumo, a escrita procurou substituir o que outrora pautou a “consciência de um olhar” por uma experiência intimada pelo “olhar da consciência”. Trata-se de um novo tempo. Antes o fora tinha o poder de reverberar no dentro. Agora, é o estado interior que lança para o exterior.

Para fechar a escrita iniciada em tons confessionais, a ela, em caráter conclusivo, retorno. A rigor, creio que, em três décadas de escrita ininterrupta, nunca escrevi algo cujo teor, no íntimo, me fizesse mal. Sempre direcionei meu foco para algo que, com garra, me impulsionava. Contudo, quis a vida me impor nova experiência: escrever cada parágrafo como se cada um tivesse o poder de gerar a dor de uma facada. Bem, indagaria suposto leitor, por que então não recusou a tarefa, considerando que ninguém a impingiu? Sim, é verdade. Nenhuma força externa determinou o suplício desta travessia; portanto, alguma vontade, alocada em algum setor nebuloso da subjetividade tornou obrigatória a experiência. Seguramente, não foi pulsão masoquista. Apenas um acerto de contas com a própria história de vida. Esta conta de chegada revela um dado matematicamente irrefutável: a geração à qual pertencço não terá mais tempo de viver num país cuja realidade, em tese, seja diferente daquela que já é. Se alterações promissoras houver, outra geração delas desfrutará. Para nós, é fim de linha. O tempo da História não se harmoniza com o tempo biológico.

Ao lado do sentimento doloroso de uma escrita desencantada, outro não menos estranho sentimento ao primeiro se somou, o que abre mais um ângulo. Sempre que escrevemos para alguma publicação, assim o fazemos com a convicção de estarmos certos. Como tal, almejamos passar adiante aquilo que descobrimos ou definimos como sendo o certo. Pela primeira vez, porém, a despeito da voz da razão a dizer-me o contrário, torço tenazmente para que, em cada parágrafo, haja um erro colossal de análise, de perspectiva e de criticidade. Que a dimensão desse erro profundo corresponda à desqualificação intelectual de quem assinou esta reflexão. Confesso que me conformaria com a perda de credibilidade se, em troca, se promovesse a redenção do país. Aceitaria, até prazerosamente, o encargo de, pelo menos nos próximos 20 anos, ser obrigado a escrever a parte II na qual, por imperativo ético, tivesse de vir a público para penitenciar-me sobre o falso testemunho presente nesta publicação. Devo, portanto, finalizar, considerando que o preço de haver um dia adotado a brasilidade consiste em pagar com a minha derrota, já que, para sair-me vitorioso, seria inevitável que o povo brasileiro perdesse. Ainda assim, como parte dele, mesmo vencendo, igualmente perderia. É uma trama

engenhosa no bom estilo de um Sófocles ou de um Shakespeare. Eu terei doravante de torcer contra mim mesmo.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2005.

Referências bibliográficas

BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CIORAN, E. M. *Breviário de decomposição*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *História e utopia*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIEGUEZ, Gilda Korff. Deus e o diabo na terra da carnavalização. In: VÁRIOS. *Comum* (14). Rio de Janeiro, OHAEC / FACHA, 2000, pp. 141-159.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder* (2 vols). Porto Alegre: Globo, 1958.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Globo / Publifolha, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

_____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Trad. Christiano M. Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

HUGHES, Robert. *Cultura da reclamação: o desgaste americano*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.

_____. Um desperdício de talentos. In: AGUIAR, Luiz Antonio (org.). *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001, pp. 203-212.

LINS, Osman. *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus Editorial, 1977.

LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

- _____. *Mitologia da saúde*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LUCCHESI, Ivo e DIEGUEZ, Gilda Korff. Caetano. *Por que não: uma viagem entre a aurora e a sombra*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1993.
- LUCCHESI, Ivo. Literatura latino-americana e dependência cultural. In: Vários. *Anais do II Congresso Nacional de Letras e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, SUAM, 1981, pp. 112-128.
- _____. O papel do educador na sociedade contemporânea. In: VÁRIOS. *Anais do VIII Congresso Nacional de Estudos de Linguística e Literatura*. Rio de Janeiro: Corujinha / Conselho Federal de Cultura, 1983, pp. 1-20.
- _____. O poder e suas máscaras. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (1). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1993, pp. 31-36.
- _____. As macroáreas do poder. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (2). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1995, pp. 24-32.
- _____. Política e cultura nos trópicos: a questão da brasilidade entre a erosfobia e a tanatocracia. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (4). Rio de Janeiro, OHAEC, 1996, pp. 18-37.
- _____. Modernistas e tropicalistas no projeto de estetização da brasilidade. In: VÁRIOS. *Comum* (10). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1998, pp. 76-115.
- _____. Depoimento. In: CYNTRÃO, Sylvia H. *A forma da festa – tropicalismo: a explosão e seus estilhaços*. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, pp. 165-175.
- MÉSZÁROS, Ivstán. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- POPPER, Karl R. *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*. Trad. Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 1999. Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 27.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2003, pp. 243-254.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras / Publifolha, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

SÁ, Fernando. Apresentação. In: VÁRIOS. *Globalização e regionalização*. coleção hegemonia e contra-hegemonia, vol. III. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2004, pp. 09-14.

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de. *Filosofia da cultura: Brasil – luxo ou originalidade*. Rio de Janeiro: Agora da Ilha, 2002.

SCHWARTZ, Gilson. Celso Furtado, urgente e fora de moda. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro – Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000), pp. 267-271.

SENNET, Richard. *The conscience of the eye: the design and social life of cities*. New York – London: Norton, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Matéria em jornal:

“Eu não mudei, a vida é que muda” – O Globo, 27.05.2003.

Artigos em jornais:

CARONI FILHO, Gilson. Nunca fomos tão felizes (Jornal do Brasil, 11.12.2004).

CASTELLS, Manuel. A necessidade de representação – (Mais! – Folha de S. Paulo, 27.01.02).

KURZ, Robert. O declínio da classe média (Mais! – Folha de S. Paulo, 19.09.2004).

LIMA, Luiz Costa. A questão da cultura (Mais! – Folha de S. Paulo, 18/05/2003).

LUCCHESI, Ivo. Proposições para a reestruturação do 2º grau (I, II). Caderno de Educação (Jornal dos Sports, 09/03 e 16/03 de 1980).

Publicações em mídia eletrônica:

LUCCHESI, Ivo. O Brasil e o desafio cultural (I, II, III) – Observatório da Imprensa (on line), edições de 04.06, 12.06 e 19.06.2003. www.observatoriodaimprensa.com.br.

_____. Celso Furtado: uma vida em três mortes – Observatório da Imprensa (on-line) edição de 23.11.2004.

_____. Mídia & Conspiração: para refutar ‘verdades oficiais’. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 21.12.2004.

_____. Crise Argentina: o colapso pelas lentes do jornalismo. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 06/02/2002.

_____. Democracia & Capital: as limitações do jornalismo e da política. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 13/02/02.

Resumo

O presente estudo propõe o exercício de um olhar da consciência a respeito dos destinos da brasilidade, a partir de considerações retrospectivas e análises prospectivas.

Palavras-chave

História; Política; Cultura; Educação; Mídia; Brasilidade.

Abstract

This essay proposes a consciousness sight practice, concerning the destinies of brazilian identity, since a retrospective to a prospective analysis.

Key-words

History; Politics; Culture; Education; Mass Media; Brazilian Identity.

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete, digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
 2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
 3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
 4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
 5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
 6. Listar palavras-chave, *key-words* ou *mots-clés*.
 7. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
- No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.
8. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
 9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
 10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.